

Silvana Aparecida Lucato Moretti

# O território da produção orgânica no mundo da mercadoria





Silvana Aparecida Lucato Moretti

# O território da produção orgânica no mundo da mercadoria



UF  
GD editora

2014



Universidade Federal da Grande Dourados  
Editora UFGD

Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti

Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho

Revisão e normalização bibliográfica:

Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria

Programação visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Custódio de Oliveira

Marlene Estevão Marchetti

Fernando Miranda de Vargas Júnior

Sandro Menezes Silva

Célia Regina Delácio Fernandes

Rogério Silva Pereira

Luiza Mello Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

M845t	Moretti, Silvana Aparecida Lucato Território da produção orgânica no mundo da mercadoria [livro eletrônico] / Silvana Aparecida Lucato Moretti. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 210p. ; 7,01 MB ePub  ISBN: 978-85-8147-094-8 Possui referências  1. Agricultura orgânica. 2. Produtos orgânicos. 3. Commodities agrícola. I. Título.  CDD – 635.04
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

© Todos os direitos reservados. Conforme lei nº 9.610 de 1998

# O território da produção orgânica no mundo da mercadoria

Silvana Aparecida Lucato Moretti



*Aos homens da minha vida, sem eles  
a felicidade não teria sentido.  
Edvaldo companheiro de vida toda, sempre presente e  
atuante, construindo junto uma vida.  
Guilherme, um paulista tranquilo,  
humanista e biológico, me coloca no colo,  
me protegendo das angustias da vida.  
Leandro, um pantaneiro, “maruá”, termo usado no  
Pantanal para nomear pessoa difícil de ser dominado,  
está constantemente me levando a (re)pensar as  
atitudes da vida, como pessoa, mãe e profissional.  
São amores infinitos,  
que se completam perfazendo o ciclo da vida.*





## SUMÁRIO

Apresentação	11
INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1	
O REAL EM MOVIMENTO: DO EXTRATIVISMO, AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E À MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS	31
1.1 A produção da Região da Grande Dourados: a dimensão espacial do processo	31
1.1.1 O movimento histórico da sociedade e o espaço	36
1.2 Territórios Rurais Sustentáveis da Cidadania – escalas de intervenção	46
1.2.1 O programa do Território Rural Sustentável da Grande Dourados	60
Capítulo 2	
IDENTIDADE E AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ORGÂNICAS NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS	65
2.1 A valorização da natureza e a produção orgânica	71
2.2 Identidade dos produtores orgânicos na Região da Grande Dourados	80
Capítulo 3	
SIGNIFICADO DO MUNDO DA SUSTENTABILIDADE: PRODUTOS ORGÂNICOS NAS PRATELEIRAS	97
3.1 Discursos e práticas: os dilemas do consumo verde	101
3.2 O valor do produto orgânico no mundo da sustentabilidade	116
Capítulo 4	
A PRODUÇÃO DA MERCADORIA COM A MARCA DO VERDE: O ORGÂNICO NO MUNDO DO MERCADO	145
4.1 A circulação da mercadoria orgânica no mundo globalizado	149
4.2 O produto orgânico como mercadoria sustentável e as resistências	162
4.3 Sinais de resistência - Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul- APOMS	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	195



## Apresentação

A Geografia tem se revelado um campo fértil e constante para novas reflexões sobre os temas pertinentes à sociedade principalmente com leituras do território e do lugar. Um desafio para o geógrafo é a escolha das formas e estruturas produzidas espacialmente que possibilitem um apropriado e adequado olhar geográfico sobre o real.

No caso da geógrafa Silvana Lucato Moretti o olhar proposto foi sobre o ideário de desenvolvimento relacionado às políticas territoriais, sobre as articulações entre produção territorial, cultura e identidade, bem como sobre os movimentos cotidianos da sociedade na constituição territorial. Em outra escala, a pretensão foi cartografar a produção agrícola orgânica como produtora de território singular no Território Rural da Grande Dourados no qual há o domínio da produção de *commodities* agrícolas; além disso, ela buscou compreender o significado da produção e do consumo de produtos orgânicos no mundo moderno.

A constituição da ideia da Região da Grande Dourados está baseada na riqueza gerada pelo uso do solo para produção agropecuária destinada ao mercado internacional, mas, além disso, ocorre também a construção da ideia de região rica e próspera, que domina a natureza e elimina as culturas atrasadas.

Sua tese é que, mesmo considerando as diferenças existentes entre os agricultores, a produção de orgânicos por famílias proprietárias de pequenas porções de terras é uma resistência ao processo de homogeneização do território pelas formas capitalistas de produção mais rentáveis economicamente. Breve, o processo de participação da agricultura orgânica na constituição territorial rural da região da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul merece leituras mais acuradas.

O consumo de produtos orgânicos em seu formato atual, ou seja, dominado por redes de produção e comercialização mais amplas que os lugares de produção, acelera contemporaneamente. A procura por esse tipo de alimento cresce associada às mudanças nos hábitos alimentares promovidos pela revalorização da natureza e a ideia de sustentabilidade ambiental.

Isso faz com que debruçar sobre este universo complexo de produção e consumo, sustentabilidade e questões ambientais, a voracidade do agronegócio por terras e mercado no tempo e espaço da grandeza invisível da produção agrícola orgânica construindo identidades e territórios, é fazer uma Geografia de primeira grandeza. Uma Geografia em e de movimento. E esta Geografia marca presença nesta obra.

Silvana L. Moretti faz a história da produção da Região da Grande Dourados, com o entendimento que a análise da produção agrícola orgânica significa revelar o invisível, o produzido à margem do processo de produção da região. Nesse contexto de produção histórica se incluem os pequenos produtores agrícolas considerados como os precursores da produção de produtos orgânicos no Mato Grosso do Sul.

Para Silvana, há contradições sociais e sobre o entendimento da natureza que justificam esta existência da agricultura orgânica pois, a riqueza econômica local de Dourados é fruto das atividades do agronegócio. Este expandiu com a exploração dos elementos naturais e da mão de obra barata e subjugada ao trabalho na cadeia produtiva agrícola da grande produção para o exterior.

No que tange aos produtores há desencontro de olhares. Os produtores vinculados ao agronegócio apontam a inviabilidade econômica da produção orgânica e a incapacidade desta em atender à demanda mundial de alimentos.. Já os produtores de orgânicos retrucam realizando o atendimento ao mercado local, a venda direta ao consumidor, a produção realizada com insumos produzidos na própria propriedade.

Com base na sua análise da Região da Grande Dourados e nas análises teóricas, a autora identifica a existência de grupos de produtores or-

gânicos com diferentes perspectivas de produção e de vida, com relações contraditórias e tensas, inseridos no mundo moderno. Alguns produtores praticam a agricultura orgânica como resistência ao modelo de produção da moderna agricultura baseada na geração de valor. Estes são pequenos proprietários utilizando basicamente mão de obra familiar e restringem-se ao circuito curto de comercialização. Outros produtores praticam a agricultura orgânica sob a perspectiva da geração e acúmulo de riqueza, buscam a inserção no mercado das grandes cadeias de varejo e almejam a constituição de redes de produção e comercialização de produtos orgânicos com base nas diretrizes do agronegócio. A despeito das diferenças, eles se assemelham ao participarem do mundo moderno de geração de valor, no qual os produtos orgânicos assumem valor de troca e produzem territórios.

A agricultura orgânica é considerada por alguns teóricos e planejadores como uma agricultura alternativa, razão pela qual a autora respalda-se em autores para esclarecer o seu entendimento como resistência à forma dominante de produção e de vivência no campo. Em outras palavras, ela reafirma a agricultura alternativa como aquela que aponta para a produção agrícola vinculada ao domínio do conhecimento produtivo por parte do agricultor, com a cultura e o pertencimento territorial sendo essenciais na relação dos grupos sociais com a terra. Neste sentido, são fundamentais nas práticas alternativas a solidariedade social, o comércio justo e o uso dos recursos naturais de forma a garantir a sustentabilidade social.

Quatro alentados capítulos constituem esta obra. O primeiro capítulo trata do processo de ocupação da Região da Grande Dourados. Uma discussão pormenorizada das atividades de extrativismo, ressalta a contribuição da erva Mate. Destaque é feito a empresa Matte Laranjeira promotora da migração de contingente de trabalhadores para os ervais, sobretudo de nordestinos e mineiros, mas a maioria dos trabalhadores era de paraguaios e índios Guarani.

O extrativismo, a posse da terra, a exploração intensa do trabalho e o fluxo migratório foram a base de sustentação da constituição territorial,

no final do século XIX e início do século XX, da atual Região da Grande Dourados.

A segunda transformação significativa na produção da Região da Grande Dourados foi devido à instalação da CAND.- Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Esta, buscava a integração do interior com o centro, ou seja, promovendo a integração das “ilhas” e a chamada integração nacional. Este processo de colonização nacional e de distribuição de terras não teve o êxito esperado..

Diante do malogrado projeto de colonização o incentivo governamental volta-se para valorizar a iniciativa privada. A propriedade privada da terra e a mercantilização da natureza transformaram a Região da Grande Dourados em grande produtora mundial de grãos, devido ao uso de técnicas modernas para a transformação intensa da natureza. Foram nas décadas de 1950 a 1970 que delineou-se a terceira fase da constituição da Região da Grande Dourados. Entretanto, estudos recentes demonstram que o domínio econômico e político não foram suficientes para produzir um território homogeneizado. . O território é, portanto, múltiplo, dinâmico e rico de diversidades. Para a autora, uma quarta fase em curso tem como característica a estratégia de fortalecimentos dos grupos sociais organizados considerados como invisíveis nas políticas anteriores.

Estes grupos, marginalizados pelas políticas anteriormente traçadas e efetivadas, no chamado desenvolvimento socioeconômico, são alvos uma nova política de planejamento territorial, nos programas Territórios Rurais Sustentáveis (2000) e nos Territórios da Cidadania (2003).

A política pública dos Territórios Rurais tem como meta principal o desenvolvimento de ações destinadas aos pequenos produtores rurais. As ações pretendem, prioritariamente, fortalecer as identidades dos agricultores, bem como as territorialidades produzidas e relacionadas às identidades sob a perspectiva da valorização da unidade cultural e ambiental. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento baseado na perspectiva da sustentabilidade social.

No Território Rural Sustentável da Grande Dourados, a agricultura orgânica, a atividade turística rural e a piscicultura, formam alguns dos pilares do processo de incorporação produtiva de terras e de (a)gentes do desenvolvimento contemporâneo.

Observações *in loco* permitiram a autora constatar que, juntamente com as formas produtivas vinculadas ao mercado exportador, ocorre a produção “alternativa”, como o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de aves caipiras, de alimentos orgânicos, de fabricação de queijos, doces e outros. A produção “alternativa” possibilita a construção de identidade de produtores familiares. Todavia, esta é desconsiderada pela estrutura de circulação do mercado, uma vez que é comercializada por redes de solidariedade.

No capítulo dois defrontamos com uma discussão inovadora nos estudos de geografia agrária ao abordar a identidade e as práticas agrícolas orgânicas na Região da Grande Dourados. A produção da agricultura orgânica é entendida como uma das práticas possíveis de produção alternativa em relação à agricultura mecanizada e tecnificada, contribuindo para a construção de novas práticas de produção, além de caracterizar-se como uma forma de opção diante da monocultura industrial dominante na região.

A autora respalda-se no diálogo entre a leitura científica e a leitura das gentes produtoras do território, especificamente, os produtores de orgânicos, para entender a produção da identidade territorial construída nas relações sociais travadas no mundo moderno.

A leitura da produção orgânica associada à ideia de identidade permitiu a Silvana a construir uma classificação dos agricultores orgânicos que atuam na Região da Grande Dourados. Mesmo considerando a dificuldade em sistematizar e encaixar as práticas dos agricultores e suas identidades em uma classificação qualitativa foi possível ela identificar três grupos de produtores agrícolas de alimentos orgânicos. O primeiro dos grupos identificados é os “Independentes”, formado por produtores orgânicos que optaram pela produção de alimentos por acreditarem

na necessidade de alimentos livres de agrotóxicos; O segundo grupo foi denominado de “Fragilizados”. Neste caso, os assentados rurais que são dependentes de ajuda técnica e operacional do Estado; Por fim, o grupo de agricultores orgânicos denominados de “os produtores organizados em associação”, que se organizaram em torno de uma associação e foram reconhecidos como produtores orgânicos. São articulados com o poder público, conseguem dialogar com o Estado, elaboram projetos e estão inseridos em órgãos de colegiados e de representações.

Os capítulos finais foram enriquecidos pelo conhecimento e pesquisa efetuada sobre produtos orgânicos em Lisboa-Portugal. A inclusão de Portugal foi considerada como uma possibilidade de verificar o caso de uma sociedade inserida no continente europeu, suas preocupações com o consumo de produtos orgânicos. Além disso, Portugal é um país com histórico diferente do Brasil no contexto da chamada crise ambiental e construção da sustentabilidade. . A reflexão sobre a produção do mundo da sustentabilidade remete ao questionamento da própria construção do mundo ocidental moderno e a organização territorial assinalados por vários autores.

No terceiro capítulo a proposta é discutir a complexidade que envolve o consumo de produtos orgânicos, com casos no Brasil e em Portugal, com base em entrevistas realizadas com produtores e com consumidores de produtos orgânicos em Dourados-MS e em Lisboa-PT.

Um aspecto que deve ser destacado na produção e consumo de produtos orgânicos é sua capacidade de construção de identidades territoriais relacionadas ao campo e à moderna vida no urbano. A visibilidade da valorização da localização no mundo da sustentabilidade emerge na identificação da região e/ou país de origem do produto em sua embalagem. O lugar, a identidade territorial da produção agrega valor à mercadoria.

Algumas regiões atingem o reconhecimento do mercado verde mundial na produção de determinados produtos. Estas discussões sobre o mercado verde estão no cerne da concepção da sustentabilidade ambiental associada à propalada qualidade de vida, à saúde, à qualidade e ao



sabor dos alimentos.Paralelamente, à melhoria de renda para parcelas de agricultores marginalizados. Com um leque amplo de interesses animam-se seus defensores recorrendo ao termo sustentabilidade.

Contudo, a autora é desconfiada quanto ao seu emprego e alerta sobre os cuidados com as várias interpretações feitas sobre este termo..Para a autora, a defesa do tema sustentabilidade nos tempos atuais significa manutenção das estruturas do mundo moderno, que promovem a miséria social e a pilhagem ambiental. Também, ela critica o Desenvolvimento Sustentável esclarecendo que, igualmente, o discurso da perspectiva do desenvolvimento sustentável sinaliza para a existência de estruturas presentes criticadas e compreendidas como destrutivas.

No quarto e ultimo capitulo a preocupação é em contextualizar a mercantilização do verde, explorando a crescente demanda do orgânico no mundo globalizado .Neste sentido, ela aponta que a produção orgânica não é condizente com o sistema produtivo do mercado verde, porém parcelas significativas dos produtores se associam às práticas do mercado, seguindo as suas regras e as suas definições. Assim, a identidade territorial construída na prática do trabalho com a terra vem sendo superada por identidades vinculadas ao mercado quando grupos de produtores orgânicos interagem e participam da estrutura local do agronegócio.

Mas, como foi discutido nos capitulos dois e três, outros agricultores promovem práticas sociais que buscam novas alianças de conhecimentos com grupos de pesquisas, parcelas dos governos, entidades de classes, entre outros.Eles resistem e mostram a possibilidade de outro território, escapando do domínio do agronegócio. São os participantes e os construtores de territórios de resistências e alternativos que compreendem os conhecimentos popular e científico e defendem o diálogo entre os saberes como uma via para a superação dos problemas socioambientais. São produtores com uma identidade produzida historicamente.Ela foi construída por relações sociais e ambientais no trabalho com a terra, identidade esta fundadora da existência do grupo social de produtores de orgânicos em uma região dominada pela produção agroindustrial.

Para ilustrar, ela utiliza o caso do grupo de agricultores orgânicos denominados de “os produtores organizados em associação”, os produtores de café em Glória de Dourados. Eles são os precursores da associação de produtores orgânicos iniciada nos anos de 1980. A APOMS representa a institucionalização de um sistema produtivo “alternativo”, é a interlocutora dos produtores com o Estado, na consolidação dos programas e ações do poder público. A formação da APOMS, que atua na organização e operacionalização do Território Rural Sustentável da Grande Dourados, tem como significado a construção da sustentabilidade social.

Estes produtores orgânicos querem resistir ao domínio da grande propriedade, ao consumo sem limites de insumos agrícolas e à produção de mercadorias abastecendo os grandes centros consumidores. Por isso, a produção orgânica configura-se como um modelo de desenvolvimento rural diferenciado, construtora de uma territorialidade baseada na perspectiva de uma relação com a terra de valorização da natureza e da cultura.

Uma das lições que Silvana nos dá com esta discussão sobre a produção agrícola orgânica, é de procurar compreender a unidade entre cultura e natureza nas práticas dos agricultores e nas práticas culturais mesmo no mundo contemporâneo moderno. Estas práticas culturais foram consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante. Também, convém destacar que a autora se serve da produção orgânica como um pretexto para dar visibilidade a uma das novas faces da ruralidade presente na Região da Grande Dourados, fazendo emergir facetas de identidade territorial. O território apresenta-se diverso e mesmo com conflitos. E, sua crítica direciona-se ao Estado que tem um papel importante na produção do território. Porém, ela mesma pondera que o Estado é incapaz de atender os anseios do território real, pois existem limites para isto, justificados pela diferença entre gestão do território e política de território que no plano da política pública aparecem como iguais.

Pode-se concluir que a geografia dessa dinâmica resulta no território em movimento, em ebulição. É, portanto, um livro denso, provocador, estimulante, saboroso e a solidez da reflexão final ressalta a qualidade

e precisão dos argumentos desenvolvidos que o torna recomendado para aqueles da Agronomia, Ciências Sociais, Economia , Ciências Ambientais ,Geografia e Política, enfim, todos que queiram se atualizar no universo atual da produção e consumo de alimentos.

Muito me orgulha de ter acompanhado a produção desta reflexão, como orientadora.

**Em junho de 2014.**

**Maria Geralda de Almeida**

**Doutora. Docente do programa de pós-graduação em Geografia do IESA/UFG**



## INTRODUÇÃO

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver  
do Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra  
terra qualquer,  
Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...

O Guardador de Rebanhos.  
In Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa.  
Lisboa-PT: Ática, 1946 (10ª ed. 1993).

A reflexão proposta no livro é sobre a prática social da agricultura orgânica e sua participação na produção territorial da Região da Grande Dourados, tendo como centralidade as ideias de identidade, desenvolvimento e de natureza. Nesta introdução, apresento as questões fundadoras das inquietações que motivaram a realização da investigação científica conduzida. As conceituações temáticas serão apresentadas nos capítulos a seguir.

A agricultura orgânica configura-se como uma possível produção alternativa ao meio rural e à noção de desenvolvimento hegemônica na sociedade contemporânea. As ações dos produtores agrícolas orgânicos são consideradas como *sinais*<sup>1</sup> e possibilitam a reflexão sobre o conhecimento produzido acerca do mundo moderno.

---

1 Sinais aqui entendidos conforme apresentado por Boaventura de Souza Santos (2007): “Tentaremos ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são ‘descredibilizadas’ porque são embriões, porque são coisas não muito visíveis” (p.37).

A base produtiva do espaço rural da Grande Dourados é historicamente efetivada por meio de políticas de desenvolvimento que reforçam a reprodução do capital. Especificamente sobre a constituição do território da Grande Dourados, o processo de transformação da natureza em riqueza promoveu a produção de um território centrado no agronegócio e nas *commodities*.

Porém, essa riqueza tem seu contraponto na geração de problemas socioambientais como o grande número de trabalhadores com baixa remuneração salarial e condições de trabalho precárias, esvaziamento demográfico do campo e de pequenas cidades com a consequente concentração populacional nas chamadas “cidades polos” e a pilhagem dos elementos naturais como a terra e a água.

Esse processo é dinâmico e o Mato Grosso do Sul vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/natureza, nas relações sociais, no ambiente e na cultura. O movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades, desejos e visão de futuro diferenciado promovem o embate no processo de constituição do território.

Os produtores orgânicos que atuam em uma região dominada pela grande produção agrícola de *commodities* são importantes enquanto produtores do lugar, pois demonstram a possibilidade de um futuro diferente. De um lado, há a produção de riqueza para transferência de capital aos centros econômicos mundiais, do campo para a indústria; de outro, ocorre a política pública do território rural e valorização das chamadas “novas ruralidades”<sup>2</sup>.

---

2 Segundo Moreira (2003, p. 132): “Esse (novo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural)”.

Parcelas da sociedade urbana demandam o consumo de produtos alimentícios produzidos com técnicas que não utilizam agrotóxicos sintéticos, fruto de um movimento do mundo moderno de valorização das dinâmicas naturais na produção dos alimentos<sup>3</sup>. O movimento em direção ao consumo de alimentos orgânicos permite refletir sobre o processo contraditório da construção de organizações sociais locais de pequenos produtores que visam participar da rede global com a proposta de fortalecimento da identidade local. Entretanto, essa participação exige práticas produtivas e uso de normatizações definidas fora do grupo social local.

O processo ocorre de modo contraditório, pois para conseguirem a inserção de seus produtos no mercado global os produtores orgânicos necessitam do reconhecimento de uma normatização produzida pela racionalidade técnico-científica que seja compreendida, aceita e imposta globalmente. O reconhecimento é conferido através da certificação dos produtos orgânicos no mundo globalizado.

A linguagem técnica científica é o instrumento universal de diálogo entre os diferentes lugares e suas práticas. O reconhecimento dos produtos e sua aceitação pelas diferentes culturas são balizados pelo julgamento técnico e científico normatizado por critérios definidos pela racionalidade do mundo moderno. Nesse contexto, os produtos orgânicos são aceitos no mundo global ao atenderem especificações técnicas de produção e de comercialização definidas pelas certificadoras estabelecidas e aceitas como capazes de fazerem esta avaliação.

Os agricultores orgânicos do Mato Grosso do Sul, para inserirem seus produtos no mercado, também precisam do conhecimento das normas técnicas de produção estabelecidas pelas certificadoras. Tal condição provoca problemas internos quanto à organização social dos produtores e quanto à sua capacidade técnica e econômica para atenderem aos crité-

---

3 Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. *Cadeia produtiva de produtos orgânicos*. Brasília: IICA: MAPA, 2007, p. 84.

rios estabelecidos. São exigidos conhecimentos estranhos às práticas dos agricultores.

Nesse processo dinâmico e contraditório da construção e desconstrução da organização coletiva, torna-se essencial refletir sobre o significado das técnicas enquanto instrumento de poder. Estas se efetivam e se concretizam na construção do território, remodelado, definido e redefinido pelas redes, fluxos e fixos, e são modificadas a partir de processos históricos de acordo com as necessidades dos grupos sociais.

Outra questão relevante é a definição do recorte espacial – produtores rurais inseridos na Região da Grande Dourados, que no tempo moderno está associada à produção agrícola tecnificada voltada para a exportação de grãos.

É fundamental compreender como o Estado tem participado da mediação entre a produção orgânica e a produção convencional, com destaque para o entendimento da política pública do governo federal do Território Rural Sustentável - TRS, com a valorização da ideia de território como pertencimento – identidade e a cultura.

Em tese, a proposta do Território Rural Sustentável da Grande Dourados fortalece os pequenos produtores rurais orgânicos e coloca esse grupo social no centro do debate local acerca do modelo de desenvolvimento. A produção orgânica significa a possibilidade da valorização do trabalho na terra. É possível a mudança do eixo central das práticas sociais para a terra podendo esta ser (re)significada como o *lôcus* central da produção e não as máquinas?

Por fim, ressalto outras três questões fundadoras que necessitam ser desvendadas academicamente à luz do conhecimento geográfico: o significado da produção orgânica na perspectiva da alternativa à produção convencional; a valorização de uma mercadoria com o selo de “verde” e o significado da produção orgânica para os pequenos produtores; e a produção de um território múltiplo sob a perspectiva da produção orgânica enquanto geradora de um novo estatuto de cidadania para estes produtores.



As reflexões sobre essas questões, consideradas aqui como fundadoras das inquietações analíticas, permitiram realizar análises a partir das leituras teóricas, estudos de casos e de trabalhos de campo realizados na região da Grande Dourados e em Lisboa-PT. Aceitamos a existência do processo de construção da agricultura alternativa, mas compreendemos também que os estudos têm se mostrado aquém do real significado da produção orgânica no mundo moderno. A importância teórica do processo é reduzida devido ao fato de as análises estarem centradas ora nos aspectos técnicos aplicados à produção de alimentos, sendo as técnicas, neste caso, consideradas alternativas às formas de produção baseadas no uso de produtos agroquímicos; ora na supervalorização do processo da agricultura alternativa como capaz de promover uma revolução produtiva e de consumo da população mundial, associando este processo a transformação do mundo moderno e de seus paradigmas.

Antes de explicitamente caracterizar a agricultura alternativa, é importante a compreensão do que consideramos como “alternativas” e, por isso, o pressuposto apontado por Boaventura de Souza Santos (2002 p. 27) torna-se essencial: “Na falta de um termo melhor, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são frequentemente qualificadas como ‘alternativas’”.

As práticas qualificadas como “alternativas” neste trabalho são assim consideradas porque apontam para sinais de desafio à lógica hegemônica capitalista. A leitura de mundo construída pelos produtores orgânicos aponta para resistências sustentadas na perspectiva da emancipação e permanência na terra. A valorização das práticas sociais vinculadas à produção de identidades territoriais integradas à ideia de construção de um mundo socialmente sustentável é um dos objetivos do trabalho ao aceitar a leitura da agricultura orgânica como “alternativa”.

O uso do termo “alternativo” é limitado, mas aqui expressa a ideia de diferenciação de grupos de pequenos produtores agrícolas que procuram formas autônomas e emancipadas de sobrevivência na lida com a terra.

O desafio posto para este trabalho é ir além da leitura da agricultura alternativa vinculada à preservação ambiental. Para ser mais explícita, trata-se de uma análise sem as amarras do desenvolvimento qualificado como sustentável. Nesse sentido, é esclarecedora a análise apontada por Boaventura Santos (2001; 2007; 2008) que considera a necessidade de olhar para as práticas emancipatórias com olhar de uma ciência também emancipatória.

[...] não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas. (SANTOS, 2007, p.20).

Existe uma ampla diversidade de interpretações do chamado movimento da agricultura alternativa, sendo a mais aceita e difundida entre os analistas teóricos e os envolvidos na produção agrícola, a leitura de mundo a partir das questões ecológicas e ambientalistas, na qual, de acordo com Castells (2008) questões diferenciadas são tratadas como sinônimos:

Por ambientalismo refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional predominante. Por ecologia, do ponto de vista sociológico, entendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia prática e a ecologia é o ambientalismo na teoria [...] (CASTELLS, 2008, p.143-4).

As dualidades apontadas por Castells (2008) entre teoria e prática, e discursos e práticas, são algumas das centralidades presentes no entendimento das ações socioculturais elencadas como alternativas. As análises centradas nas dualidades comumente apontam para a perspectiva do bom e do mal, sendo, de maneira simplificada, o bom entendido como as ações sustentáveis e o mal como as ações não sustentáveis.

O relevante é considerar que tais análises não abarcam a complexidade do fenômeno. As chamadas práticas alternativas fazem parte de um processo societário e o fato de existirem é um indicativo de conterem em si contradições, sendo, a maior delas, a sua manutenção e existência em um mundo produzido por processos antagônicos. Com certeza, a questão não é de dualismo entre o bem e o mal, entre o ambientalmente sustentável e o não sustentável.

A leitura da agricultura qualificada como alternativa vinculada à sustentabilidade ambiental nasce no mundo moderno a partir da busca pela superação da produção de alimentos com base em elementos químicos sintéticos que, segundo Bové (2001), produz a *comida ruim*, sem gosto e sem identidade.

Brandenburg (2002, p.12) indica como agricultura alternativa aquela associada aos movimentos de preservação da saúde e/ou a um estilo de vida anticonsumista, “reação de contestação ao domínio técnico-industrial e crítico à agricultura de insumos químicos.”

Além da valorização apenas dos aspectos ambientais e/ou da monetarização da natureza, Paulus (1999) enfatiza a necessidade de superação do modelo agrícola convencional por outras práticas agrícolas que possam garantir a produtividade e a permanência do trabalhador campo, considerando os aspectos sociais e culturais.

[...] não pode haver dúvida de que a diversidade cultural é tão imprescindível quanto à diversidade vegetal e animal – e que pode se manifestar em distintas alternativas à agricultura moderna – quando se fala de agricultura sustentável. (PAULUS, 1999,p.61).

Concordando com este autor, neste trabalho a agricultura alternativa não pode ser analisada como sinônimo de agroecologia. Foi a partir dos anos 80, no contexto da consolidação ideológica dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, que se convencionou chamar o uso de técnicas agroecológicas de agricultura alternativa. De fato existem muitos tipos de técnicas de produção, e aquelas que permitem a emancipação do agricultor das amarras da lógica da concentração de renda são consideradas agriculturas alternativas. Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos alternativos ou orgânicos, não necessariamente será alternativa no sentido da autonomia e emancipação social.

Considerar o processo produtivo da agricultura alternativa apenas como sustentabilidade ambiental é negar todo o processo de construção dos movimentos sociais objetivando a liberdade humana. A produção sustentável indica metas de preservação ambiental em um mundo aparentemente sem conflitos e contradições, um mundo de desigualdades sociais invisíveis, um mundo onde todos sofreriam da mesma maneira as consequências do modelo de desenvolvimento.

Como contraponto à ideia de um mundo harmônico, a obra de Mazoyer & Roudart (2010), *A história da agricultura no mundo*, apresenta de maneira sistematizada as lutas e disputas inseridas na construção do poder e da hegemonia da produção agrícola no mundo moderno, culminando na vitória e consolidação da agricultura moderna como hegemônica, vinculada à produção industrial de insumos, ocultando e/ou destruindo todas as formas de conhecimento produzidas fora do padrão produtivo dominante. Essa vitória ficou conhecida como “revolução verde” (MAZOYER & ROUDART, 2010), ou seja, um processo prenhe de conflitos e embates, de dominação e imposição de práticas produtivas e de conhecimento sobre a natureza.

Como ensina Paulus (2010, p. 61) [...] “mais do que tratar de processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana”.

A agricultura alternativa neste trabalho é considerada como resistência à forma dominante de produção e de vivência no campo, ou seja, é aquela que aponta para a produção agrícola vinculada ao domínio do conhecimento produtivo por parte do agricultor, com a cultura e o pertencimento territorial tendo papel fundamental na relação dos grupos sociais com a terra.

Aspectos como solidariedade social, comércio justo e uso dos recursos naturais de forma a garantir a sustentabilidade social são fundamentais para identificar as práticas alternativas. Assim, quando inserimos a produção agrícola orgânica como alternativa ao modelo dominante de produção capitalista, temos claro que não é a totalidade dos produtores, mas apenas algumas parcelas deles é que são participantes das chamadas práticas alternativas. São pessoas com conhecimentos e leitura de mundo sustentado por princípios de solidariedade entre homens e mulheres.

Retornando à questão dos sinais, propomos iniciar a reflexão com a leitura da constituição da região da Grande Dourados, do movimento em direção ao território da Grande Dourados e da participação da agricultura orgânica em sua configuração territorial.



## Capítulo1

# O REAL EM MOVIMENTO: DO EXTRATIVISMO, AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E À MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

### 1.1 A produção da Região da Grande Dourados: a dimensão espacial do processo

O recorte estabelecido neste trabalho tem seu fio condutor no desvendar das contradições existentes no processo de participação da agricultura orgânica na constituição territorial rural da região da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul<sup>4</sup>. A pesquisa tem como base teórica a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e sua concretude espacial, conforme iremos discorrer neste capítulo.

A existência da prática da produção de alimentos orgânicos na região da Grande Dourados conduziu a reflexões acerca do processo de constituição de múltiplas atividades no campo, as quais nem sempre são valorizadas pelo conhecimento científico, que exclui de suas análises par-

---

4 Neste texto, utilizaremos o termo Região da Grande Dourados quando tratarmos da área compreendida por municípios localizados ao sul do Mato Grosso do Sul e polarizada pela cidade de Dourados. A definição dessa região aparece no cotidiano da cidade de Dourados, conhecida como sede da Grande Dourados. O termo é utilizado por empresas da região para sua identificação (por exemplo: Radio Grande Dourados, Comércio de Madeira Grande Dourados, Fiat Grande Dourados, Grande Dourados Seguros) e também por pesquisadores em suas análises científicas, como em dissertações e teses que definem e reconhecem a região como tal (por exemplo, ABREU, 2001; SILVA, 1992).

celas significativas do conhecimento produzido em um movimento, denominado por Boaventura de Souza Santos em sua obra “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social”, publicada em 2007, como “desperdício da experiência” . Na busca da elaboração de modelos analíticos que promovam o desenvolvimento econômico do lugar, experiências relacionadas diretamente à produção são desperdiçadas, ou seja, desconsideradas pelo mercado e muitas vezes desaparecem enquanto forma e conteúdo de vida.

Atividades praticadas pelos indígenas, por comunidades quilombolas e por grupos de pequenos agricultores, entre outros, são desconsideradas ou mesmo destruídas. As principais dificuldades enfrentadas por esses grupos sociais são a falta de terra para produzir, a eliminação das condições naturais que permitem a realização de suas práticas produtivas, a inexistência de apoio governamental para sua estruturação e a falta de organização produtiva e de comercialização dos produtos.

Especificamente na Região da Grande Dourados (figura 1) a atividade econômica e social dominante é a agroindústria baseada na produção de grãos e carne para o mercado internacional.



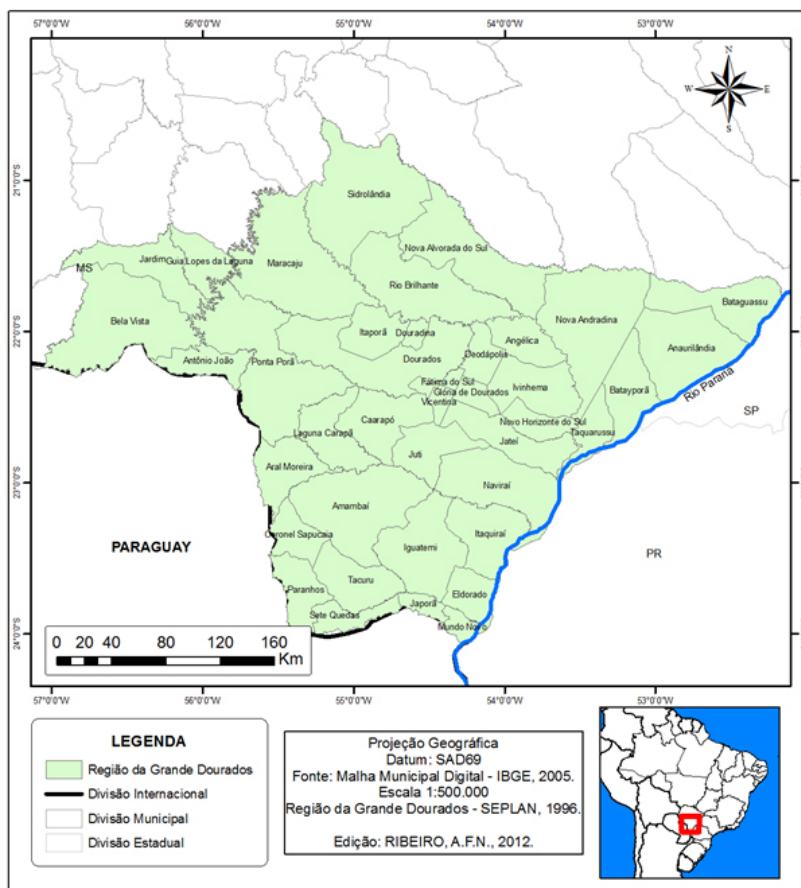


Figura 1. Municípios da Região da Grande Dourados

É possível visualizar na tabela 1 a força da produção de grãos, como soja e milho, incluídos na coluna Lavoura Temporários.

**Tabela 1. Distribuição das áreas ocupadas pelas diversas atividades econômicas nos municípios do território. Censo Agropecuário 1996.**

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área conforme a atividade (ha)							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Perm.	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic.	Pesca e aquicultura	Exploração do Carvão Vegetal
Caarapó	187.336	30.252	6	68	137.034	19.129	847	0	0
Deodápolis	75.043	6.470	7	0	64.493	4.029	0	30	13
Douradina	24.696	13.634	0	85	6.602	4.311	31	33	0
Dourados	350.325	111.872	191	23	199.549	38.515	62	112	0
Fátima do Sul	22.798	12.883	9	35	7.871	1.999	0	0	0
Glória de Dourados	45.252	2.081	0	230	41.664	1.259	17	0	0
Itaporã	113.063	47.346	67	11	54.548	11.092	0	0	0
Jateí	192.025	3.000	0	0	187.126	1.900	0	0	0
Juti	104.197	2.404	0	0	94.599	7.191	12	0	0
Rio Brilhante	359.136	99.368	0	0	224.842	33.723	1.202	0	0
Vicentina	29.266	5.628	0	51	21.083	1.503	0	0	0
Território	1.502.142	334.938	280	503	1.039.411	124.651	2.171	175	13

FONTE: MDA/SDT-EP Grande Dourados – 2005. Organizado: MORETTI, S.A.L.

A atuação do poder estatal para o desenvolvimento dessas populações tem sido mínima, conforme podemos aferir pelos dados apresentados na tabela 2.

**Tabela 2. Atendimento do PRONAF a grupos especiais de crédito, 2004 -2006- nos municípios da Grande Dourados.**

Atendimento PRONAF	Famílias identificadas no grupo social	Projetos atendidos com crédito		
		2004	2005	2006
Quilombolas	28	0	12	18
Artesão familiar	6	0	0	1
Populações Indígenas	530	0	54	130
Turismo rural	50	0	0	10
Agroindústrias	8	3	8	12
Agroecologia	88	20	13	44
Florestas	100	0	0	30
Total	810	23	87	245

**Fonte:** MDA/SDT-Território Rural Sustentável da Grande Dourados, 2006. **Organização:** MORETTI, S.A.L.

Apesar das dificuldades, algumas parcelas dos grupos sociais apresentados resistem e promovem práticas sociais alternativas na região por meio da produção e comercialização diferenciadas, configurando territórios de resistência ao processo de “desperdício da experiência” e ao desaparecimento conforme será visto neste trabalho.

### 1.1.1 O movimento histórico da sociedade e o espaço

No século XIX, em decorrência da Guerra do Paraguai (1864/1870), houve uma alteração profunda no perfil social da região, fruto da movimentação de milhares de soldados brasileiros e paraguaios disputando militarmente pontos estratégicos.

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) soldados e ex escravos ocuparam parte importante da área definida como sul da Província de Mato Grosso iniciando, assim, um processo lento, mas contínuo de ocupação pelo homem branco, com agricultura de subsistência e criatório de gado, além de pequeno comércio de secos e molhados.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, criada pelo Decreto nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943, a partir de uma iniciativa do Governo Federal que visava à colonização da fronteira com o Paraguai, foi um exemplo importante de reforma agrária no Brasil.

Transformou-se, em poucos anos, em um centro dinâmico, recebendo migrantes de todas as partes do Brasil, com destaque para os nordestinos que ali se instalaram em 1943, dando uma contribuição significativa para o crescimento de Dourados e de outras cidades do território surgidas com base no sucesso empresarial da colônia.

Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, atraídos pelo baixo preço e a fertilidade natural das terras, agricultores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, com capital e bom nível de conhecimento técnico, estabeleceram-se na região, contribuindo para a modernização da agricultura e da pecuária.

Nos anos setenta e oitenta, a região da Grande Dourados apresentou um vigoroso crescimento econômico estimulado pelos programas federais de apoio à modernização no campo, destacando-se, dentre eles, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, e o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados – PRODEGRAN, ambos voltados para modernizar a agricultura (ABREU, 2001).

A ação governamental promoveu um processo de modernização intensiva. As políticas públicas, associadas à qualidade da terra para a agri-

cultura, promoveram a construção de uma Região na qual a acumulação da riqueza baseia-se na produção agropecuária para exportação.

Na análise histórica da região da Grande Dourados, podemos identificar três momentos marcantes na produção da identidade dominante do local, estando ligados diretamente à exploração da terra: o extrativismo (meados do século XIX, início do século XX), a CAND (a partir dos anos 40 e 50 do século XX) e o processo de modernização do campo (a partir da década de 70 do século XX)<sup>5</sup>.

A privatização da terra e o forte contingente migratório foram elementos determinantes para a formação da identidade territorial da Grande Dourados, definida pelo valor civilizatório presente no discurso do “colonizador”, que considerava a região como “terra de ninguém”, facilitando a ocupação territorial e cultural. O discurso civilizatório contribuiu para reforçar a ideia dos diferentes significados simbólicos atribuídos ao território local e a imposição do modo de vida do colonizador.

A identidade do local foi transformada de lugar selvagem para lugar civilizado. A princípio, a cultura a ser dominada, alterada e dizimada foi a indígena, considerada como ausente no sentido de não ser útil ao processo de privatização e uso da terra para a produção, além de ser culturalmente identificada como atrasada.

A população indígena foi dizimada ou confinada em reservas, o território indígena foi desestruturado e a natureza transformada em mercadoria com valor de troca. Natureza e culturas foram transformadas, (re) significadas e carregadas de simbologias, produzindo territórios múltiplos, mas dominados pela privatização da terra e pela produção agropecuária para o mercado internacional.

Considerada como marco na região enquanto primeira intervenção capitalista oficial na área delimitada para este estudo, a implantação, em meados do século XIX, da empresa Matte Laranjeira foi responsável pela realização da atividade extrativista da Erva Matte, planta nativa da região

---

5 Esta sistematização temporal foi produzida com base nos estudos de Silva (1992), Abreu (2001), Souza (2002), e Rodrigues (2006).

que teve como destino o mercado consumidor da bacia platina. Segundo Silvana de Abreu (2001):

A Cia Matte Laranjeira surgiu logo após a Guerra do Paraguai e formou seu império ocupando, entre as suas terras e os arrendamentos, pelo menos 1 milhão de hectares de terras na áreas de vegetação de campos, abrangendo o sul do então Mato Grosso, onde a Erva-mate era nativa, exercendo, portanto, a atividade exploratória, voltada à exportação [...]. (ABREU, 2001, p.48).

A mesma autora afirma que “essa empresa é a que melhor expressa os primeiros passos do grande capital no espaço mato-grossense” (ABREU, 2001, p.48).

**Figura 2. Área de atuação da Matte Laranjeira no século XIX no atual Mato Grosso do Sul**



Fonte: ABREU. S.de (2001)

A atividade teve, no período de auge da empresa, relevância na constituição espacial, pois suas ações econômicas e políticas criaram uma “ilha” dentro do território brasileiro. Ocorreu um processo de monopólio na produção e comercialização da Erva mate, além da concentração de terras devolutas no poder da empresa e da exploração da mão de obra de acordo com suas necessidades de produção. As informações sobre a formação do capital da empresa e do seu monopólio são apresentadas por Carli (2008):

Thomas Laranjeira conseguiu o monopólio legal e, através dele, o controle, segundo Iolanda M. Perin de Barros (1996), de 5.400.000 hectares de terras devolutas, que arrendava do estado. Em 1902 a Mate Laranjeira foi assumida pela Sociedade Comercial Francisco Mendes Gonçalves & Companhia, com sede em Buenos Aires. A prática extrativista da Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso conservou-se por um longo período. A empresa atuava tanto no território paraguaio quanto no brasileiro, e em ambos exercia seu domínio. Sua produção era escoada para a Argentina, sendo este seu mais forte mercado consumidor. O escoamento era feito por meio dos portos locais, sendo um deles o que deu origem a Porto Murtinho, cidade que emergiu e se desenvolveu em torno do porto construído pela companhia. Mais tarde, a empresa mudou sua rota de exportação, passando a fazê-la por meio do rio Paraná (porto de Guairá).

Todo o desenvolvimento realizado pela Mate Laranjeira na área explorada girava em torno de suas necessidades. A empresa organizou o espaço regional, estruturou portos, construiu estradas e até mesmo alguns quilômetros de ferrovias, além da Fazenda Campanário, onde ficava sua sede. Toda essa implementação foi feita para garantir resultados satisfatórios na atividade extrativista e no escoamento de sua produção (CARLI, 2008, p. 46).

O domínio econômico da empresa Matte Laranjeira gerou o domínio político local, constituindo um “estado” com leis e regras específicas dentro do território brasileiro. Este poder somente foi quebrado com ações do governo central durante o mandato do presidente Getúlio Vargas que, com a implantação de leis de uso da terra, leis trabalhistas e estratégias fiscais, desarticulou o “poder local” constituído pela Matte Laranjeira.

Para garantir mão de obra abundante e barata no extrativismo da erva, a empresa Matte Laranjeira promoveu a migração de contingente de trabalhadores para os ervais, com destaque para brasileiros da região Nordeste e de Minas Gerais. Entretanto, a maioria dos trabalhadores era formada por paraguaios e índios Guarani habitante das terras paraguaias.

O extrativismo, a posse da terra, a exploração intensa do trabalho e o fluxo migratório foram a base de sustentação da constituição territorial, no final do século XIX e início do século XX, da hoje conhecida como Região da Grande Dourados.

Os trabalhadores migrantes tiveram papel decisivo na constituição do território, pois, devido à extensão da área sobre domínio da empresa, tal constituição ocorreu por meio da capacidade de atuação dos trabalhadores. Com o endividamento dos trabalhadores via cobrança pela moradia e pela alimentação, eles eram obrigados a cada vez mais aumentarem a área de coleta, favorecendo a concentração de terra nas mãos da empresa.

Mais um aspecto que se destaca na constituição do território com relação aos trabalhadores refere-se à cultura produzida pela interação entre brasileiros, nordestinos e mineiros, paraguaios, argentinos e indígenas que se instalaram nesse local e passaram a reproduzir suas festas, alimentação, práticas agrícolas e as tradições na relação com o ambiente e com o “outro”.

Foram inúmeras as ações voltadas para essa integração, como a “marcha para o oeste”, as normatizações das unidades federais referentes à ideia de estado-nação e suas legislações. Tais ações basicamente procuraram superar a formação do espaço brasileiro em “ilhas” isoladas entre si e articuladas diretamente ao mercado internacional.



As normatizações e efetivação das leis trabalhistas, a alteração na legislação referente a impostos e à exportação, a estratégia de ocupação humana das fronteiras nacionais e o processo de industrialização estabeleceram uma nova configuração na chamada Região da Grande Dourados.

A política de integração gerou a segunda transformação significativa na produção da Região da Grande Dourados devido à instalação da CAND. Esta, entre outros projetos de colonização espalhados pelo país, fez parte de um processo de colonização nacional e de distribuição de terras que buscava a integração do interior do país com o centro, ou seja, promovendo a integração das “ilhas” com o centro do país, constituindo-se, assim, a chamada integração nacional.

A CAND, considerada como o maior projeto de colonização do então Mato Grosso. Ela atraiu fluxo de trabalhadores de várias partes do Brasil e criou um mercado consumidor importante para a economia regional e nacional, marcado pelo binômio da agricultura/gado e pela construção de redes ligadas à produção da agroindústria.

Em meados do século XX, foram distribuídos lotes para 6.200 famílias, o que representou uma adição de aproximadamente 25.000 novos habitantes na região de acordo com Silva (1992, p. 62), promovendo um salto significativo no crescimento econômico e populacional. Migrantes de várias regiões do Brasil criaram nichos de produção e de relações sociais.

Nordestinos e mineiros praticavam a cultura do café e da criação do gado, e ocuparam as áreas que hoje constituem os municípios de Deodápolis, Glória de Dourados, Jatei, Vicentina e Fátima do Sul. Já os migrantes do sul do país e os *granjeiros*<sup>6</sup> instalaram-se nos atuais municípios de Dourados, Itaporã, Caarapó, Juti, Douradina, Rio Brillhante, Maracaju e Nova Alvorada, priorizando a produção de trigo e soja, e a criação de gado e de indústrias do campo.

---

6 Segundo Silva, os *Granjeiros* constituem “um tipo especial de agricultor com mentalidade empresarial consolidada, bom conhecimento do mercado, intimidade com o sistema financeiro e capacidade empreendedora” (1992, p.39).

Novamente, a terra e sua posse, bem como a centralidade deste processo de produção da região, conferiram um sentido simbólico para a totalidade espacial na qual se concretizou o desenvolvimento agrícola baseado na pilhagem dos elementos da natureza.

As práticas sociais constitutivas da região, baseadas nas qualidades dos elementos naturais, estavam centradas em políticas de planejamento do governo central brasileiro, que buscava integrar essas terras à divisão internacional do trabalho, conferindo à natureza valor de troca via a agropecuária moderna. Ocorreu então a repetição do ideário do período extrativista, de colonização de uma área simbolizada como “terra de ninguém”, negando-se a existência das populações locais, ou seja, a ideia de “espaços vazios” foi aplicada na produção da região da Grande Dourados.

Parcelas da população local passaram a ser excluídas do sucesso do modelo de reprodução capitalista, uma vez que a regulamentação trabalhista impunha restrições aos estrangeiros e àqueles que não possuíam a documentação necessária. Portanto, paraguaios, populações pobres do campo e índios ficaram de fora do processo produtivo de integração nacional.

As análises da ocupação territorial pelo capital planejado pelo Estado permitem concluir que houve o desmonte das relações socioculturais produzidas localmente para o recebimento de outros modelos de produção. O domínio da natureza foi definido pelo uso de práticas sociais importadas de outros locais e a cultura imposta foi a da produção em larga escala de produtos necessários ao mercado internacional.

A acumulação da riqueza se dá com a privatização da terra e a pilhagem da natureza, processos que são possíveis em função do desenvolvimento do conhecimento técnico e científico sobre o funcionamento da natureza.

A territorialização do capital promoveu na região a formação de uma classe dominante proprietária de terras, retratando um processo comum no desenvolvimento capitalista no Brasil. Especificamente no Mato

Grosso do Sul, o poder político está intimamente relacionado ao poder econômico dos proprietários de terras. Segundo Moreira (2007),

[...] nossa hipótese é de que o processo de mercantilização das terras, aqui entendido como a territorialização do capital, associa a apropriação das terras à formação de fração da classe capitalista: o capitalista agrário, enquanto proprietário do capital imobilizado em terra. (MOREIRA, 2007, p. 28).

O poder econômico, associado ao poder político, foi fundamental para a efetivação, nessa região, do modelo de desenvolvimento centrado na geração de riqueza pela exploração da mão de obra sem-terra e da natureza. A associação entre economia e política produziu riqueza, tornando-se um sucesso, mas também produziu miséria social e problemas ambientais.

A propriedade privada da terra e a mercantilização da natureza transformaram a Região da Grande Dourados produtora mundial de grãos devido ao uso de técnicas modernas para a transformação intensa da natureza em grande produtora mundial de grãos. Foram nas décadas de 50 a 70 do século XX que identificamos como a terceira fase da constituição da Região da Grande Dourados.

A terra, novamente possui o poder simbólico de transformação da região na década 70 do século XX com a “Revolução Verde”, responsável por efetivar a modernização por meio do uso intensivo da técnica no campo e de uma política financeira para a implantação da modernização agrícola.

Teve grande destaque nesse período, a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CPAO<sup>7</sup>, do curso de agronomia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, e a atuação do Banco do Brasil como financiador desse processo de moderni-

zação. Essas ações políticas significaram a busca pela modernização técnica do uso da terra. Tais fases da produção da região foram dominantes e produziram os processos de geração de riqueza e de miséria.

A constituição da ideia da Região da Grande Dourados está baseada na riqueza gerada pelo uso do solo para produção agropecuária destinada ao mercado internacional, mas, além disso, ocorre também a construção da ideia de região rica e próspera, que domina a natureza e elimina as culturas atrasadas, ou seja, ocorre a construção da ideia da civilidade branca ocidental. Como aponta Ernandes(2009),

[...] o mito fundador da identidade douradense, um discurso arregimentador que evidencia qualidades do antigo Patrimônio (solo, clima, construções, predisposição ao desenvolvimento e ao progresso), surgiu na década de 1920, por meio de quatro reportagens publicadas pelo jornal O Progresso em Ponta Porã. Nos anos 1930, depois da emancipação política, o governo municipal procurou fortalecer este mito organizando a cidade com o intuito de prepará-la para um futuro promissor: organização do espaço urbano, incentivos para abertura de novas casas comerciais, abertura de estradas para facilitar a locomoção e construção de pontes para ajudar no escoamento dos produtos foram ações que impulsionaram o progresso da cidade.

Medidas que destacaram um município localizado no interior do Brasil sertanejo, na faixa fronteira com o Paraguai, onde indivíduos e instituições procuraram enaltecer especificidades locais e positivar uma região considerada atrasada, longe, violenta, inculta e incivilizada. Especificidades que procuravam vincular a cidade ao projeto nacional e manter a coesão social. Progresso e civilização foram palavras muito utilizadas para reverter às características negativas que a fronteira sertão apresentava. (ERNANDES, 2009, p. 17).

A cidade de Dourados recebeu diferentes contingentes populacionais oriundos de várias partes do país e do mundo e, por isso, assistiu em seu território aos conflitos e às negociações entre esses grupos. Os povos que viviam no chamado sertão, que produziram um lugar considerado atrasado, foram reduzidos à condição de marginalizados: indígenas foram mortos ou confinados em reservas e os trabalhadores dos ervais foram mantidos em sua condição de mão de obra braçal.

As memórias produzidas sobre Dourados descrevem situações multiculturais, qualifica uma sociedade formada por diferentes culturas, em que problemas de governabilidade surgem a partir dessa formação, e exigem estratégias de regulação do “múltiplo” e do “diverso”. Na região da Grande Dourados, a regulação do múltiplo deu-se pela imposição política do confinamento indígena e da manutenção da concentração de terras nas mãos da parcela da população considerada capaz de dominar a natureza por meio das técnicas modernas de produção agropecuária.

Entretanto, as pesquisas têm demonstrado que o domínio econômico e político não foram suficientes para produzir um território homogeneizado. Parcelas significativas da população resistiram e mantiveram suas práticas sociais. O território é múltiplo, dinâmico e prenhe de diversidades.

Porém, a compreensão do real pela ciência produzida pelo mundo ocidental moderno é centrada em uma “racionalidade indolente, preguiçosa (...) e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”, nestes termos a ciência transforma práticas sociais presentes em invisíveis, “tem um conceito restrito de totalidade construído por partes homogêneas” (BOAVENTURA, 2007, p. 25-26) promove o desperdício de experiências sociais múltiplas, dinâmicas e diversas.

Em função da história da produção da Região da Grande Dourados, a análise da produção agrícola orgânica significa revelar o invisível, o produzido à margem do processo de produção da região. Compreender a existência desta produção e seu significado para os produtores e para os consumidores nos permite pensar o espaço constituído pelo movimento da sociedade, pela dinâmica das relações sociais e pelos diferentes entendimentos de natureza.

Nesse contexto de produção histórica é que estão inseridos os pequenos produtores agrícolas considerados como os precursores da produção de produtos orgânicos no estado, e que posteriormente se organizam e fundam a Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS nos anos de 1980.

A pressão social relacionada à propriedade da terra organizada pelos indígenas, quilombolas, pequenos produtores e também pelos sem-terra criou condições políticas para a inserção da Região da Grande Dourados na recente política nacional para o desenvolvimento agrário nomeada de Territórios Rurais.

Considerando o aporte técnico, financeiro e a abrangência da política dos Territórios Rurais, a ação pública pode ser considerada uma nova etapa no planejamento da região. Se forem consideradas as três etapas anteriormente citadas de constituição da Grande Dourados, a quarta etapa tem como característica a estratégia de fortalecimentos dos grupos sociais organizados considerados invisíveis nas políticas anteriores.

A política do Território Rural tem, na produção orgânica, um de seus pilares de atuação e sustentação, sobre o qual fortalece a organização dos pequenos produtores e promoção das identidades. Por esse motivo, é essencial a compreensão dos processos e impactos dessa política pública na constituição do espaço.

## **1.2 Territórios Rurais Sustentáveis da Cidadania – escalas de intervenção**

Como apresentado no item anterior, a produção do espaço da e na Região da Grande Dourados esteve e está em disputa, o território é reconhecido como categoria analítica fundamental, principalmente nos estudos das manifestações culturais e das identidades étnicas. O governo federal brasileiro, a partir do final do século XIX, atuou fortemente na Região da Grande Dourados principalmente em função da sua localização fronteira e pelo reconhecimento da qualidade das terras para atividade

agrícola. Essa atuação do poder central ocorreu através de políticas públicas de normatização do uso da terra e a definição das formas de ocupação territorial.

Como destacado anteriormente, tais políticas propiciaram a geração da riqueza e da miséria, ou seja, a produção de um território capitalista destinado a atender as necessidades do modelo de desenvolvimento traçado para o país.

Tal modelo de desenvolvimento produziu conflitos de interesses sociais em processo constante de construção. No ambiente de conflitos, diferentes grupos sociais foram consolidados e passaram a defender seus interesses em um movimento dinâmico de produção do espaço e suas múltiplas territorialidades.

Passado um século do início da produção da Região da Grande Dourados, o governo federal propõe e executa uma nova política de planejamento territorial, desta vez especificamente direcionada à inclusão de parcelas dos trabalhadores do campo, marginalizados pelas políticas anteriormente traçadas e efetivadas, no chamado desenvolvimento socioeconômico. É efetivado um modelo de desenvolvimento para os campos por meio dos programas Territórios Rurais Sustentáveis (2000) e dos Territórios da Cidadania (2003).

Os territórios rurais sustentáveis, em sua forma e conteúdo, foram apresentados publicamente no ano de 2003 no primeiro Salão dos Territórios Rural Sustentável realizado em Brasília. Neste evento foram relatadas as características dos primeiros 103 territórios rurais espalhados pelo Brasil, incluindo o Território Rural Sustentável da Grande Dourados – TRS-GD.

O programa dos Territórios Rurais Sustentáveis era, inicialmente, um projeto de ação administrativa criada pela recente Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, no qual se buscava um contraponto à política do Programa de Desenvolvimento do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que baseava sua proposta em ideais neoliberais, centrando as decisões relacionadas ao campo nos conselhos

municipais e efetivadas pelo financiamento do Banco do Povo e dos projetos setoriais. Essa estratégia de desenvolvimento para o campo está presente em relatório do Banco Mundial e ficou conhecida como Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

O programa sofreu inúmeras críticas dos movimentos sociais ligados ao campo, pois transformou o agricultor em um pequeno empreendedor endividado, incentivando a implantação de projetos agrícolas que não garantiam a efetivação do homem no campo. Outra crítica do movimento social ao PRONAF é que ele atendia apenas aos agricultores com posse da Terra, excluindo a massa de não proprietários de terras que vivia e trabalhava no campo brasileiro.

A efetivação do Território Rural Sustentável como política de desenvolvimento para o campo gerou uma disputa entre os defensores do modelo tecnificado, centrado no domínio das grandes empresas mundiais produtoras de alimentos, e aqueles que defendiam o modelo de desenvolvimento com base na valorização dos saberes locais, na cultura produzida pelo homem em sua relação com os diferentes aspectos da natureza.

Nesse contexto de disputa, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio da SDT, criou os Territórios Rurais Sustentáveis em 2003, cuja política pública baseia-se no modelo de Ordenamento Territorial da Comunidade Europeia.

Há de se considerar que tal articulação da abordagem territorial rural não vem ocorrendo isoladamente no Brasil. Ela é uma tendência mundial, efetivada em países da Europa pertencentes à Comunidade Europeia, como Portugal, Itália e França, e em países da América Latina, como o México, Colômbia, Uruguai e Argentina.

Na Europa, esse modelo de ordenamento territorial foi aprovado na Conferência Europeia de 1984, quando foram discutidas e eleitas as “vocações” agrícolas das diferentes regiões do continente com o objetivo de construir um modelo de desenvolvimento integrado e regionalizado.

No Brasil, essa proposta foi feita e efetivada no início dos anos 2000, incorporando, a princípio, o conceito de desenvolvimento do meio



rural. Posteriormente, foi fortalecida a abordagem da categoria de Territórios Rurais como uma maneira de abarcar o urbano e o rural e fortalecer categorias jamais mencionadas em outros planos, tais como: identidade, territorialidade, pertencimento, gestão do território, sustentabilidade, valores culturais, sociais e ambientais. Até então, tais categorias estavam ausentes das políticas públicas nacionais de desenvolvimento regional.

No programa das políticas públicas de Território Rural Sustentável - MDA/SDT (2003), ordenar o território é considerado uma forma de garantir, a cada uma das parcelas do espaço, valorização conforme a identificação de sua respectiva “vocação”, em uma clara alusão à proposta europeia de ordenamento territorial. A Carta Europeia do Ordenamento do Território de 1984 apresenta as seguintes premissas:

O ordenamento do território é, simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço geográfico segundo uma estratégia de conjunto. [...] O homem e o seu bem estar, bem como a sua interação com o meio ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território. [...] O ordenamento territorial deve ter em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais que influenciam a organização do espaço, o caráter aleatório de todo o estudo prospectivo, os constrangimentos do mercado, as particularidades dos sistemas administrativos, a diversidade socioeconômicas e ambientais. (DGOT, 1988, p. 9-10).

A proposta do Território Rural Sustentável – elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com Secretária de Desenvolvimento Territorial, do Governo Federal, apresenta avanços em relação a essa base teórica que fundamenta o documento europeu. Ela incorpora análises feitas por teóricos brasileiros, tratando da problemática da terri-

torialidade e seu uso para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento. A centralidade da proposta brasileira baseia-se no mapeamento de identidades no campo brasileiro, identificando fragmentos territoriais passíveis de apoio do Governo Federal, de um planejamento regional e desenvolvimento local.

A perspectiva territorial presente no Território Rural Sustentável possibilita repensar o processo de produção do espaço brasileiro, inserindo teorias territoriais voltadas para os sujeitos sociais locais. Especificamente, o entendimento político de ordenamento territorial possibilita a valorização e o fortalecimento das identidades locais, mapeadas em cada um dos territórios rurais constituídos, considerando a construção coletiva definida pelos grupos sociais.

A política pública dos territórios rurais tem como meta principal o desenvolvimento de ações voltadas aos pequenos produtores rurais. Estas são inicialmente definidas a partir da identificação de processos específicos e reconhecidas por meio da relação dos produtores com a terra e suas práticas agrícolas.

Os documentos relativos aos objetivos dos Territórios Rurais destacam-se especialmente quanto à valorização das práticas dos pequenos produtores agrícolas que atuam paralelamente à grande produção de *commodities*, realizando práticas alternativas de produção voltadas à questão ambiental e à cultura.

Em documento produzido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, a perspectiva territorial no projeto nacional de desenvolvimento rural encontra-se fortalecida. Segundo tal documento, a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural “está centrada numa concepção contemporânea de rural e na abordagem territorial do desenvolvimento” (2003 s/p.). Ainda nesse documento, é apresentado o entendimento de território como estratégia de desenvolvimento presente na política nacional para o rural:

[...] o território é visto como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, que compreende,

de forma interligada, as áreas rurais e urbanas e caracteriza-se por um sentimento de pertencimento e identidade sociocultural... a abordagem territorial se constitui num referencial para a renovação dos marcos conceituais sobre desenvolvimento, processo que coloca novos desafios para a intervenção do Estado, bem como para as organizações da sociedade civil. (BRASIL, 2003, s/p.).

A partir desta diretriz, o objetivo central a ser atingido pela política nacional de desenvolvimento rural apontado pelo Conselho:

Fazer cumprir as funções sociais, culturais, econômicas e ambientais dos espaços rurais, reduzindo as desigualdades regionais e sociais e garantindo os direitos da sociedade em relação à preservação dessas áreas. (BRASIL, 2003, s/p.).

As ações que visam atingir esse objetivo pretendem, prioritariamente, fortalecer as identidades dos agricultores, bem como as territorialidades produzidas e relacionadas às identidades sob a perspectiva da valorização da unidade cultural e ambiental. Em outras palavras, trata-se de um desenvolvimento baseado na perspectiva da sustentabilidade social<sup>8</sup>. Portanto, as palavras escritas no objetivo somente serão concretizadas se praticadas de forma plena, o que significa mudança na perspectiva da definição do desenvolvimento a ser atingido.

A proposta enfatiza a necessidade de pensar os paradigmas de desenvolvimento centrados no processo de pertencimento do território e de valorização da identidade produzida pelos pequenos produtores rurais, compreendida como estrutura democrática de gerir as prioridades e recursos financeiros.

---

8        Sustentabilidade social é apresentada como um contraponto a ideia de desenvolvimento sustentável, pressupõe a centralidade na sustentabilidade das pessoas e não do desenvolvimento econômico. A diversidade social e cultural como sustentabilidade.

Na análise da produção do território rural para além do modelo de desenvolvimento dominante, foi possível identificar preliminarmente práticas sociais desconsideradas pelas políticas públicas no que se refere à sua relevância social e ambiental. São as práticas dos indígenas, dos habitantes dos quilombolas, de parcelas dos assentamentos rurais, de pequenos produtores orgânicos, entre outros.

Até o ano de 2010, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram implantados 164 territórios rurais. Na Figura 3, é possível identificar o destaque para as regiões Norte e Nordeste do Brasil, que concentram o maior número de territórios rurais implantados, demonstrando a prioridade da política pública em atender as áreas rurais com maiores problemas de infraestrutura e dificuldades para produção e comercialização.

Especificamente no Mato Grosso do Sul, foram implantados quatro territórios rurais: o da Grande Dourados, da Reforma, do Cone Sul e do Vale do Ivinhema (Figura 4). A criação dos territórios rurais no Mato Grosso do Sul privilegiou as áreas com maior concentração de pequenas propriedades e assentamentos rurais no estado, ou seja, o sul do Mato Grosso do Sul.

A divisão e agrupamento dos municípios nos territórios rurais ocorreram pela proximidade física dos municípios e pelas práticas culturais relevantes para essa classificação. Estas aproximações estão presentes inclusive nos nomes escolhidos para os territórios, indicando suas principais características. No caso específico do território da Grande Dourados, o nome remete à polarização exercida por Dourados e à história da formação da região.

O Território Rural Sustentável da Grande Dourados e o Território Rural Sustentável da Reforma<sup>9</sup> são considerados, pelo MDA-SDT, os

---

9 O Território Da Reforma - MS abrange uma área de 38.498,00 Km<sup>2</sup> e é composto por 11 municípios: Bodoquena, Sidrolândia, Anastácio, Bela Vista, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque e Terenos. A po-

mais consolidados no estado e foram inseridos como Território da Cidadania, outra política pública do Governo Federal, que aglutina ações ministeriais de dezenove ministérios, desenvolvendo políticas voltadas para a soberania alimentar, conservação ambiental, infraestrutura, entre outras.

Ao optar pelo recorte do Território Rural Sustentável da Grande Dourados, para realizar a análise do processo de desenvolvimento rural e a produção territorial, foram consideradas as transformações vivenciadas no campo econômico, social, político e cultural por estarem intimamente relacionadas ao movimento global de valorização da natureza e aos sinais de reestruturação produtiva local. A agricultura orgânica está inserida tanto no consumo como na produção se a olharmos sob a perspectiva da mudança cultural de produção da natureza.

---

pulação total do território é de 230.739 habitantes, dos quais 59.653 vivem na área rural, o que corresponde a 25,85% do total. Possui 8.505 agricultores familiares, 9.019 famílias assentadas, 5 comunidades quilombolas e 6 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,75.

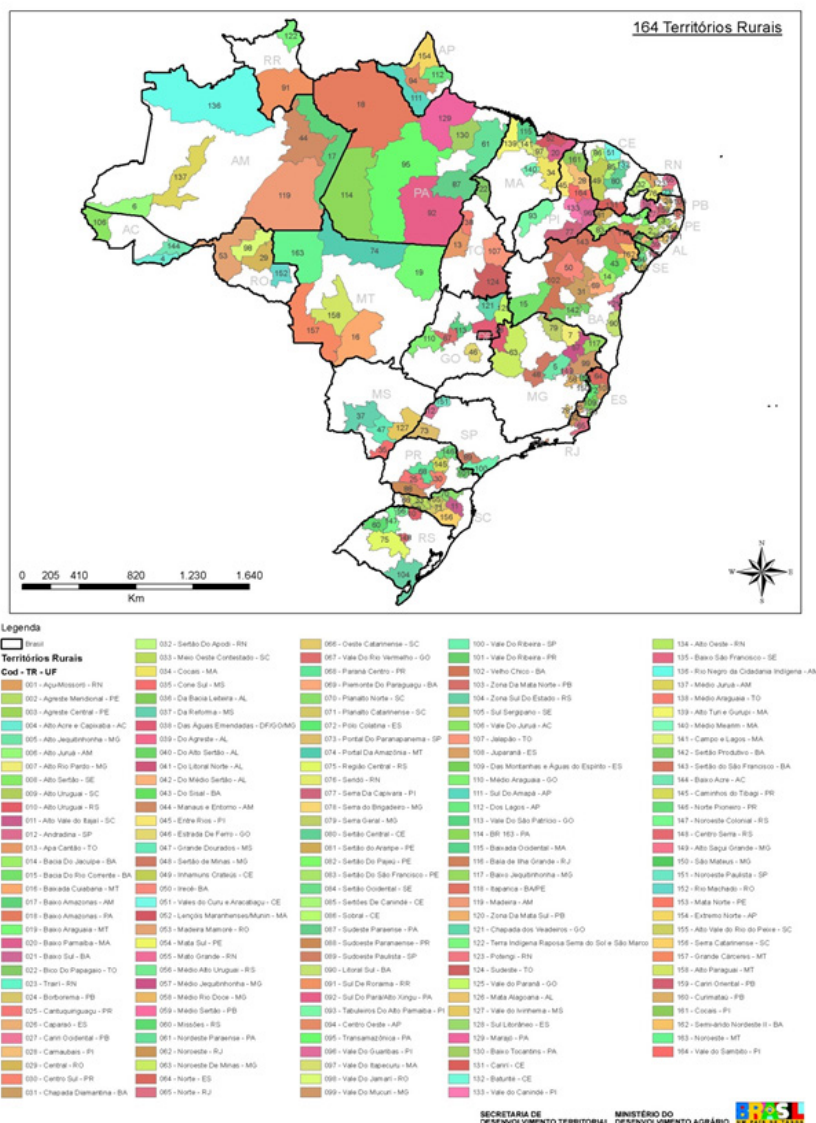
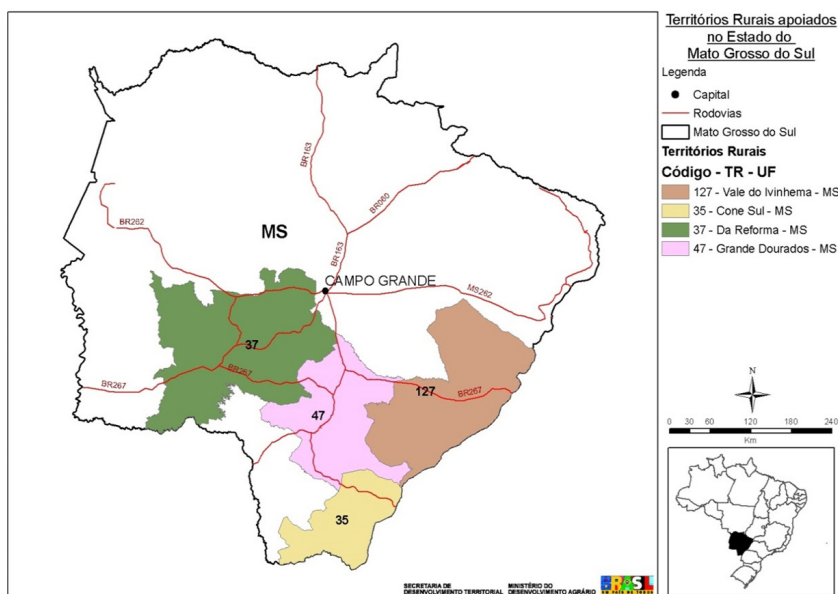


Figura 3. Mapa do Brasil com os 164 Territórios Rurais implantados até 2010  
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Informações Territoriais. 2010.



**Figura 4. Mapa do Mato Grosso do Sul com os 04 Territórios Rurais implantados até 2010**  
**Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Informações Territoriais. 2010**

A abordagem territorial apresentada na política pública dos Territórios Rurais Sustentável tem como premissa a valorização das práticas socioculturais na definição das estratégias para atingir o chamado desenvolvimento rural.

Nos documentos apresentados pelo MDA, é possível destacar a perspectiva do conceito de território adotada;

O conceito adotado é “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições –, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que

indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (MDA, 2004, p.3).

Considerando o entendimento de território do CONDRAF, apresentado anteriormente, e este do MDA, é atribuído ao território uma dimensão de complexidade e de múltiplas dimensões que interagem num processo dinâmico e são transformadas ao longo do tempo. Portanto, a ação no território não ocorre com a mesma intensidade em todos os Territórios definidos pela política pública; existem as diferenças regionais participantes da produção de culturas e identidades que definem o ritmo e o tipo de desenvolvimento nem sempre de acordo com as diretrizes desenvolvimentistas definidas pelo projeto dos Territórios Rurais.

Schneider e Blume (2005) apontam, com propriedade, que o tratamento dado à categoria território pela política pública difere da base conceitual que a geografia moderna vem teorizando.

(...) vale salientar que neste trabalho o emprego do termo território ou abordagem territorial não tem o mesmo sentido daquele que os geógrafos lhe atribuem, pois está sendo empregado de modo instrumental visando operacionalizar um recorte que poderá ser utilizado futuramente como subsídio à análise territorial. Ou seja, não se está tratando do conceito de território tal como as diferentes perspectivas analíticas da geografia o fazem. (SCHNEIDER & BLUME, 2005, p.115).

O território no projeto dos Territórios Rurais Sustentável é concebido como uma unidade de referência ao novo modelo de desenvolvimento proposto pelo estado. Esta categoria é apresentada como aglutinadora de práticas sociais alternativas ao modelo de desenvolvimento que domina a produção do território nacional.

Concomitante a uma perspectiva pragmática de território, ou seja, sua gestão, seu planejamento e seu ordenamento promoveriam o desen-



volvimento. A proposta de governo aponta para a possibilidade política de, por meio da leitura territorial do campo brasileiro, ser possível promover as transformações sociais e a produção de alternativas de sucesso.

O discurso da transformação social é colocado em segundo plano pelo discurso da inserção nos mercados, conforme aparece no documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

[...] concebido num quadro territorial, muito mais que setorial nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria é cada vez mais, como criar as condições para que a população valorize num conjunto variado de atividade e mercados. (MDA, 2003, p.4).

A centralidade do projeto governamental está na inserção do agricultor na competitividade dos mercados globais, em sua transformação em empreendedor e, portanto, em promover o desenvolvimento nos territórios constituídos.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Território Rural- PN-DTR mistura questões variadas do meio rural, como o combate à pobreza e à desigualdade social, a inserção no mercado, a questão cultural e a de identidade, e trata estes temas como pertencentes a todos os sujeitos envolvidos no território, ou seja, entende o território como homogêneo, preparado para receber a gestão adequada para seu crescimento.

Nos Documentos produzidos para a orientação do programa, existem afirmações referentes à abordagem territorial como “inovadora” e “avançada” sob a perspectiva de se pensar o desenvolvimento local e ordenar as ações do planejamento regional.

As novas modalidades de organização produtiva identificadas nesse programa e suas instâncias de representação do meio rural são elementos que não estavam presentes nos planos de desenvolvimento anteriores. O fato é que a proposta aponta para possíveis indicadores de mudanças e de valorização das práticas socioculturais dos moradores dos locais definidos para as ações do Território Rural Sustentável.

Na prática, o Estado assume a existência de desigualdades sociais e econômicas e de diferenças culturais especializadas regionalmente, e propõe um programa com diferentes escalas locais e regionais, possibilitando gestar o território e valorizar o pequeno produtor e práticas agrícolas diferenciadas.

Assim, o Estado estaria contribuindo para a ascensão dos pequenos produtores agrícolas (os assentados, os produtores da agricultura familiar e camponeses) e de outros movimentos sociais do campo e que a um enfraquecimento da elite rural dominante. A questão seria, estariam articulados e preparados para assumir a organização da gestão local do território? Pela proposta apresentada no programa do Território Rural, o caminho para se chegar a esse fim passaria pela valorização das múltiplas possibilidades existentes no meio rural.

As análises realizadas sobre os objetivos da política pública dos Territórios Rurais vão de encontro às críticas realizadas por Mattos (1990), ou seja, a proposta de alteração das estruturas de poder locais não ocorreu até então, sendo mantido o poder estabelecido pela confluência da posse da terra e do poder econômico e o político. A participação social nas instâncias de decisão política não foi rompida e os pequenos produtores, assentados, quilombolas e indígenas, enquanto sujeitos sociais continuam ausentes ou invisíveis.

Os avanços para a parcela da sociedade invisível ocorreram no campo econômico e social por meio de sua inserção no mercado, com o aumento da renda, melhoria das condições de moradia e de infraestrutura de produção e comercialização. Os avanços significaram transformações culturais e sociais no cotidiano desses sujeitos sociais, no tempo e no espaço do trabalho e do “não- trabalho”.

As mudanças econômicas não foram acompanhadas pelo fortalecimento dos significados construídos historicamente por essas populações quanto às relações sociais e às relações com a natureza. Os avanços econômicos foram acompanhados pela transformação das relações socioam-

bientais, ou seja, a política pública do Território Rural Sustentável, nos casos analisados, promoveu mudanças profundas nos processos sociais e culturais e possibilitou a existência dos territórios identificados e mapeados pelo poder estatal.

A princípio, defendo a tese de que a Política Pública dos Territórios Rurais Sustentável representa, para as populações rurais pobres, uma possível melhoria econômica e social de vida, mas ela não avança nas mudanças por não possibilitar autonomia produtiva e social a tais populações. As populações pobres do campo são incorporadas à moderna forma de desenvolvimento que promove a competição e individualização do sujeito, participando ativamente das relações de reprodução do campo brasileiro, mas não significa sua incorporação às esferas do poder local. Por mecanismos de coerção, manipulação e alienação, o poder local continua a ser exercido pelas elites locais, mesmo com os avanços econômicos e sociais de parcela significativa da população pobre.

No Território Rural Sustentável da Grande Dourados, a agricultura orgânica, juntamente com a atividade turística no campo e com a piscicultura, forma alguns dos pilares do processo de incorporação produtiva de terras e de “gentes” ao desenvolvimento do mundo moderno.

Em tese, essas populações participam do momento de reforma e de crescimento econômico, obtêm benefícios. Mas, a estrutura dominante decisória não é alterada, sendo mantido seu caráter subalterno e permanece atendendo às necessidades, no tempo e no espaço, dos detentores do poder político e econômico. É notório o caráter integrador da política pública, repetindo os objetivos das políticas anteriormente planejadas para a Região, sendo a busca da integração territorial uma das bases de sustentação do programa dos territórios rurais. Entretanto, também é evidente a manutenção das estruturas sociais, econômicas e políticas traçadas historicamente para a Grande Dourados.

### 1.2.1 O programa do Território Rural Sustentável da Grande Dourados

O Território Rural Sustentável da Grande Dourados abrange uma área de 21.329,50 Km<sup>2</sup> composta por 12 municípios: Nova Alvorada do Sul, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Rio Brilhante e Vicentina. (Figura5).

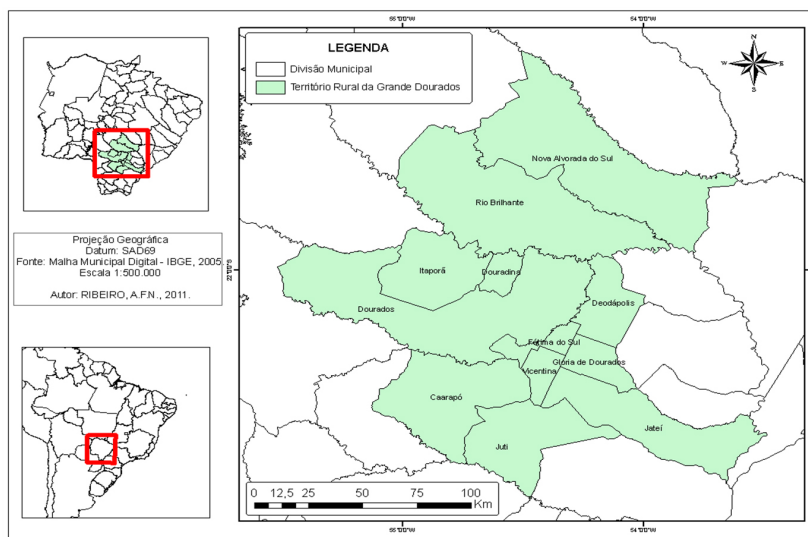
Com uma população total de 321.165 habitantes, dos quais 53.201 vivem na área rural, o que corresponde a 16,57% do total, a região possui 7.337 agricultores familiares, 2.083 famílias assentadas, 1 comunidade quilombola e 7 terras indígenas (SIT, 2010.).

A base de sustentação do espaço rural da Grande Dourados é projetada por meio de políticas de desenvolvimento que reforçam a reprodução do capital. Especificamente versando sobre a constituição do território da Grande Dourados, o processo de transformação na produção territorial gerou a riqueza da região.

A partir de 2007, um novo produto passou a ter incentivos governamentais para sua instalação na região: a produção canavieira. Até o momento, 05 usinas de cana-de-açúcar foram implantadas na área da Grande Dourados, e mais 06 usineiros entraram com solicitação de implantação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial, alterando a base produtiva da região. As alterações são sentidas nos municípios que recebem grandes contingentes populacionais de trabalhadores devido à intensificação do uso da malha viária e dos serviços públicos ainda desestruturados, como moradia, escolas, postos de saúde, conservação de estradas, dentre outros serviços.

Mas, além disso, cresce a riqueza que tem seu contraponto na geração de problemas socioambientais, tais como um grande número de trabalhadores com baixa remuneração salarial e condições de trabalho precárias; esvaziamento demográfico do campo e de pequenas cidades com a consequente concentração populacional nas chamadas cidades polos; pilhagem dos elementos naturais como a terra e a água.

**Figura 5. Municípios pertencentes ao Território Rural Sustentável da Grande Dourados**



Outro aspecto relevante é a concentração da propriedade da terra. Os dados do censo agropecuário de 2006<sup>10</sup> demonstram que 77,4% das propriedades do Território Rural Sustentável da Grande Dourados têm até 100 hectares e ocupam uma área de 10,8%, enquanto 22,6% das propriedades têm mais de 100 hectares e ocupam uma área de 80,2%.

Alguns índices oficiais são representativos dos problemas enfrentados pela população da região. Um deles é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 0,733 no Território da Grande Dourados, ficando abaixo da média estadual de 0,778. O IDH-M é formado pelo tratamento de três índices: longevidade, renda e educação. O índice renda é o que provoca a queda do IDH-M do território, demonstrando os baixos salários e a baixa distribuição de renda vivenciada nos municípios da Grande

<sup>10</sup> Fonte: Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Dourados (Fonte dos dados: MDA, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Grande Dourados, 2006).

Outro dado significativo se refere ao avanço da pobreza no território, como esta demonstrada no quadro “Intensidade de Pobreza nos Municípios”. Em dados compilados do Plano Territorial do MDA/SDT/SIT, é informado que 05 municípios do Território Rural Sustentável da Grande Dourados tiveram aumento na intensidade da pobreza – Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Juti e Rio Brilhante. Tais dados possuem maior destaque em função de Dourados, a cidade polo do Território Rural, apresentar índice negativo.

O Mato Grosso do Sul vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/natureza, nas relações sociais, no ambiente e na cultura. O movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades, desejos e visão de futuro diferenciado promovem o embate no processo de constituição do território. Assim, as populações “invisíveis” atuantes em uma região dominada pela grande produção agrícola de *commodities* são importantes enquanto produtores do lugar, pois demonstram a possibilidade de um futuro diferente.

De um lado há a produção de riqueza para transferência de capital aos centros econômicos mundiais, do campo para a indústria; de outro lado, ocorre a política pública do Território Rural Sustentável e a valorização das chamadas “novas ruralidades”<sup>11</sup>. A política pública objetiva em seu discurso a transformação do modelo de desenvolvimento dominante no campo mas, na prática, ao promover a inserção das populações rurais no mercado mundial as mantém dependentes dos interesses de frações es-

---

11 Segundo Moreira (2007, p. 291), “esse (novo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural)”.

pecíficas do capital. Entendo que os avanços possíveis estão relacionados à valorização da identidade territorial, superando a determinação exclusiva dos aspectos econômicos. Como discutiremos mais adiante, a produção orgânica é, no tempo presente, uma das possibilidades de inserção das populações do campo no mundo moderno.

Os estudos realizados sobre o campo na região demonstram que os pequenos produtores familiares têm participado da grande produção, seja plantando soja e milho, seja produzindo, na forma integrada, aves e suínos para as indústrias, ou ainda como trabalhadores nas propriedades com maior capacidade produtiva. Entretanto, as visitas de campo mais recente têm demonstrado que, juntamente com as formas produtivas vinculadas ao mercado exportador, ocorre a produção “alternativa”, como o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de aves caipiras, de alimentos orgânicos, de fabricação de queijos, doces e outros.

A produção “alternativa” é invisível aos olhos da estrutura de circulação do mercado, sendo praticada de forma familiar e comercializada por redes de solidariedade formadoras de um comércio local e venda direta ao consumidor.

É essa prática que está possibilitando a construção de identidade entre os produtores familiares por meio da troca de saberes sobre a produção e sua circulação. Em tese, a Política do Território Rural Sustentável valoriza e apoia essa produção, porém em contrapartida esta ação está promovendo a racionalização técnica e mercantil das práticas culturais existentes e resistentes. Com base nesta indaga-se: quais são as consequências sociais, políticas e culturais dessa política de desenvolvimento e as transformações das práticas produtivas, considerando que o dito desenvolvimento significa alterar a constituição das próprias especificidades que possibilitaram a limitação territorial?

O recorte analítico proposto, ou seja, o estudo da agricultura orgânica como produção territorial e a ideia de desenvolvimento relacionada às políticas territoriais, possibilita pensar teoricamente sobre as articulações entre produção territorial, cultura e identidade.

A categoria identidade é balizadora na constituição do programa dos Territórios Rurais, pois considera a identidade como um elemento de caráter central do território, estando relacionada com suas origens, com modos de ocupação no espaço, com o contexto social construído e com um futuro mais solidário e interdependente. A identidade, enquanto categoria analítica, é considerada um fator de aglutinação, que reconhece e valoriza a diversidade, promove a mediação de interesses, contribui para a coesão de princípios e para a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

Na essência do programa, a questão da valorização da identidade enquanto categoria central da política é motivo de embates. Em determinados momentos nos documentos do programa, as questões relativas à identidade são destituídas de relevância e apresentadas como pontos frágeis, sendo dada maior importância para as leituras do planejamento econômico. Muitas das vezes percebem-se tentativas de negá-las ou mesmo desqualificá-las. Portanto, o novo na política pública para o rural enfrenta as velhas barreiras de entendimento da ideia de desenvolvimento.

A proposta no capítulo dois é mapear a produção orgânica no território da Grande Dourados, entendida como produtora de identidade territorial e inserida na política pública para o rural, pensando sobre o sentido dos orgânicos no mundo moderno e no processo de desenvolvimento enquanto um processo de valorização da natureza iniciado no final do século XX, tarefa esta cuja reflexão parte do caminho trilhado por alguns autores e da leitura necessária das falas dos sujeitos entrevistados. Assim, a análise se dará pelo diálogo entre a leitura científica e a leitura das gentes produtoras do território, especificamente, os produtores de orgânicos, a partir da identidade territorial construída nas relações sociais travadas no mundo moderno.



## Capítulo 2

### IDENTIDADE E AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS ORGÂNICAS NA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

*Eu faço muitas pesquisas de produção orgânica no sítio. Tenho tudo arquivado, mas dizem que não posso dar palestra, nem ensinar porque não sou Doutor. Mas agora passei no curso de agroecologia e depois de acabar o curso posso dar palestra, aí vai ser diferente. (Produtor orgânico da Região da Grande Dourados, P01, entrevista em janeiro -2011).*

As discussões no capítulo apresentam as motivações existentes no mundo moderno e na constituição da Região da Grande Dourados que possibilitaram a existência da produção orgânica e buscam desvendar a diversidade da produção agrícola considerada alternativa no Território Rural Sustentável da Grande Dourados<sup>12</sup>. A produção da agricultura orgânica é entendida como uma das práticas possíveis de produção alternativa em relação à agricultura mecanizada e tecnificada, contribuindo para a construção de novas práticas de produção, além de caracterizar-se como uma forma de opção diante da monocultura industrial dominante na região.

A análise da produção agrícola orgânica representa uma estratégia para dar visibilidade a uma das novas faces da ruralidade presente na Região da Grande Dourados. Como já apontado no capítulo 1, parcelas

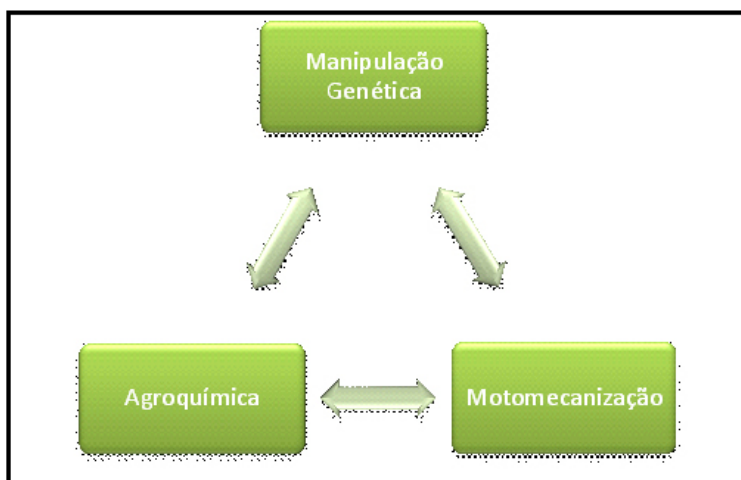
---

12 Termo que foi incorporado a partir da implantação da nova política pública do Governo Federal por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural/MDA-2000.

significativas de práticas e culturas produzidas na região foram historicamente desperdiçadas, não consideradas no processo de constituição do desenvolvimento regional devido à imposição da prática da agricultura convencional centrada na agroindústria exportadora. De acordo com Mazoryer & Roudart (2010) com a chamada “Revolução Verde”, foi fortalecido o movimento de valorização do produtor capitalizado:

Após a Segunda Guerra Mundial, centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo, de milho e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivo correspondentes. Nos anos 1960-1970, as difusões dessas variedades e desses métodos de cultivo permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, da América Latina e, em menor grau, da África. Esse vasto movimento de extensão de certos elementos da segunda revolução agrícola (seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, estrito controle da água) para três grandes cereais amplamente cultivados nos países em desenvolvimento recebeu o nome de “Revolução Verde”. Porém, por mais importantes que fossem os ganhos de rendimento e de produção ligados à revolução verde, eles beneficiaram principalmente as regiões férteis mais aptas a rentabilizar os caríssimos componentes necessários e os agricultores que dispunham de meios suficientes para comprá-los e para aplicar os aconselhamentos técnicos correspondentes. As regiões marginais e os agricultores pobres foram, mais uma vez, deixados à margem desse movimento. (MAZORYER & ROUDART, 2010, p.500/1).

A chamada “Revolução Verde” tornou-se o marco para o desenvolvimento da agricultura convencional. Além de possibilitar o aumento significativo da produção de produtos valorizados no mercado mundial de *commodities*, ela promoveu a precarização do trabalho no campo e a pilhagem ambiental por meio do uso da alta tecnologia. Neste processo, foi fundamental a assistência técnica e extensão rural realizada pelo Estado, que inculcam entre os pequenos produtores rurais as noções de moderno vinculado ao uso de técnicas produtivas dominadas pelo uso de máquinas e agrotóxicos, conforme sistematizado na Figura 6.



**Figura 6. Os Três pilares tecnológicos da agricultura convencional**

Fonte Jesus, E.L 2005, p.24. Modificado: Moretti, S.A.L. 2011

Na região da Grande Dourados, o movimento da “Revolução Verde” contribuiu para a expulsão de contingentes imensos da população rural, seja com a diminuição dos postos de trabalho no campo, seja com a seleção dos trabalhadores capacitados para o trabalho no campo tecnificado. Os dados populacionais das cidades incluídas no Território Rural Sustentável da Grande Dourados revelam o movimento campo–cidade e demonstram a concentração populacional nas áreas urbanas.

**Tabela 3. População total, urbana e rural, do conjunto dos municípios do Território Rural Sustentável da Grande Dourados<sup>13</sup>.**

Índices populacionais	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	43.868	143.239	166.197	216.751	297.524
População rural	112.169	75.869	80.665	54.771	54.532
População total	156.037	219.108	246.862	271.532	352.056

Fonte: IBGE – Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Org.: MORETTI, S.A.L., 2011.

Juntamente com a leitura quantitativa, a análise qualitativa permite compreender que o desenvolvimento do campo ocorreu, na dimensão econômica, alicerçado pela chamada modernização agrícola. O seu contraponto é a geração da pobreza, cuja concentração encontra-se em parcelas das áreas urbanas e também das áreas rurais, como os quilombolas, as áreas indígenas e os acampamentos de trabalhadores sem terra.

A concentração da propriedade da terra é um fator central para a geração da miséria no campo. É importante salientar ainda que, concomitantemente à questão da posse da terra, ocorre a marginalização de qualquer outro tipo de produção que não seja a tecnológica capaz de atingir altos índices de produtividade. Pequenos proprietários de terras não participantes do processo de produção em larga escala de produtos de commodities são marginalizados no contexto do desenvolvimento do campo. Práticas agrícolas consideradas atrasadas tornam-se invisíveis aos olhos do modelo de desenvolvimento pensado para a região.

A produção agrícola orgânica é uma das práticas invisíveis na região, produzindo uma territorialidade à margem do mercado produtivo. A agricultura orgânica praticada por pequenos produtores em parcelas da

13 Os dados referem-se ao conjunto dos municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante e Vicentina.

área produtiva da propriedade, a partir do início do século XXI, passa a ter visibilidade principalmente em função do movimento de valorização de produtos naturais e insere-se no chamado mundo da sustentabilidade.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA apresentou, em 2007, a definição de agricultura orgânica adotada pelo governo brasileiro:

Alimento orgânico são produtos de origem vegetal ou animal que estão livres de agrotóxicos ou de qualquer outro tipo de produto químico, pois estes são substituídos por práticas culturais que buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola. (MAPA, 2007, p.13).

Portanto, ela aponta para a produção agrícola diferenciada ou mesmo alternativa em relação à agricultura convencional no que se refere à produção livre de produtos químicos. Neste sentido, a chamada produção agrícola orgânica participa do movimento geral ambientalista de busca por alternativas para a agricultura convencional.

A produção alternativa pode ser classificada em diferentes tipos, conforme sistematizado no Quadro 1, mas apresenta características comuns apontadas por Buainain:

De um ponto de vista mais geral, assume-se como agricultura alternativa (orgânica, ecológica) aquela que tem como objetivo promover a agrobiodiversidade e ciclos biológicos, procurando a sustentabilidade social, ambiental e econômica da unidade, no tempo e no espaço. (BUAINAIN, 2006, p.47).

**Quadro 1. Principais tipos de “agricultura alternativa”**

Agriculturas Alternativas	Principais protagonistas e seguidores	Princípios básicos e alcance
Agricultura Biodinâmica	Rudolf Steiner desenvolveu uma série de conferências para agricultores na Alemanha (anos vinte) e estabeleceu os fundamentos básicos da biodinâmica. Pesquisas práticas realizadas nos EUA, Alemanha e Suíça (P.E. Pfeiffer, 1938; KOef, Shaumann & Petterson, 1974).	Princípios: Antroposofia (ciência espiritual), preparados biodinâmicos, calendário astrológico; possui marcas registradas (Cemetre y Biodyn). Muito difundida na Europa. Presente no Brasil: Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.
Agricultura Biológica	Inicia-se com o método de Lemaire-Boucher (França – anos sessenta). Um grupo dissidente funda a ‘Nature et Progrès’. Grande influência do investigador francês Claude Aubert, que critica o modelo convencional e apresenta os fundamentos básicos de L’agriculture biologique (1974).	Princípios: a saúde dos cultivos e alimentos depende da saúde dos solos; ênfase no manejo de solos e na rotação de cultivos. Influenciada pelas idéias de A. Voisin e pela Teoria da trofobiose (Chaboussou, 1980). Difundida na França, Suíça, Bélgica e Itália.
Agricultura Natural	Mokiti Okada: fundou a Igreja Messiânica e estabeleceu as bases da agricultura natural; M. Fukuoka difundiu-se na Austrália como Permacultura através de B. Mollison (1978).	Princípios: composto com vegetais (inoculados com ‘microorganismos eficientes’), valores religiosos e filosófico-éticos. Movimento organizado pela MOA-International e WSAA (EUA). Shiro Miyasaka dirige a atuação da MOA no Brasil.
Agricultura Orgânica	Albert Howard: desenvolveu pesquisas na Índia (anos vinte): publicou An agricultural testament na Inglaterra (1940). Técnicas aprimoradas por L.E. Balfour (Método Howard-Balfour). Introduzida nos EUA por I.J. Rodale (anos trinta). Outros: N. Lampkin (1990).	Princípios: uso de composto, plantas de raízes profundas, atuação de micorrizas na saúde dos cultivos. Difundida em vários continentes. O IFOAN atua na harmonização de normas técnica, certificação de produtos e intercâmbio de informações e experiências.
Agricultura Ecológica	Surgiu nos EUA (anos setenta) estimulada pelo movimento ecológico e influenciada por trabalhos de Rachel Carson, W.A. Albrecht, S.B. Hill, E.F. Schumacher. Na Alemanha, recebeu importante contribuição teórico-filosófica e prática do professor H. Vogtmann (Universidade Kassel): Ökologisches Landbau (1992).	Princípios: conceito de agroecossistema, métodos ecológicos de análise de sistemas; tecnologias suaves, fontes alternativas de energia. Está difundida em vários países. Sua introdução no Brasil está ligada a J.A. Lutzenberger, L.C. Pinheiro Machado, A. M. Primavessi, A. D. Paschoal e S. Pinheiro, entre outros.

**Fonte:** Caporal e Costabeber (2007).  
**Reorganizado:** MORETTI, S. A. L.(2011).

As classificações nem sempre são visíveis nas práticas dos agricultores: elas interagem, sendo práticas muitas vezes concomitantes, e assumem um caráter essencial para a compreensão da complexidade do movimento da sociedade na busca de formas de produção diferenciadas. A agricultura orgânica participa deste movimento mundial de pensar as possibilidades de produção. Ela apresenta diferenças fundamentais no campo da organização dos produtores e com relação às práticas produtivas e de comercialização, conforme podemos identificar na região da Grande Dourados e iremos tratar na sequência.

## 2.1 A valorização da natureza e a produção orgânica

Senhor Ramão (P02), um quilombola, com terras no distrito de Picadinha, distante 20 km da cidade de Dourados, em entrevista realizada em 2010, afirma que aprendeu com seu pai a usar apenas veneno na agricultura. Ao longo da vida desconhecia outras formas de produzir que não fossem as convencionais. Segundo ele, a mudança dessa prática ocorreu por meio de conversas na Associação de Produtores Orgânicos do Mato do Sul - APOMS e cursos técnicos de conversão de propriedade, nos quais aprendeu a diferenciar o modelo convencional de produção agrícola do alternativo.

A força da cultura da produção tecnificada na agricultura modificou, ao longo do tempo, o conhecimento tradicional dos agricultores sobre a produção agrícola e a relação com o ritmo da natureza e sua sustentabilidade real. Ou seja, esse conhecimento foi considerado inadequado, devendo ser superado.

O termo sustentabilidade real é pensado no sentido de contrapor a ideia de sustentabilidade construída no século XX, que tem como gênese a “internalização” do ambiente ao capital. Em sua essência, a sustentabilidade ambiental é virtual, não concretizada, pois não acontece de modo a resolver os problemas concretos advindos do desequilíbrio de aspectos naturais do planeta terra; desequilíbrio este que promove, por exemplo, a

falta de alimentos, a falta de água potável, entre tantos outros problemas gerados na construção do moderno. A sustentabilidade real é aquela que se refere às práticas sociais vinculadas às culturas que foram produzidas e sustentadas na relação com elementos da natureza, possibilitando a existência e coexistência unitária entre sociedade e natureza. A natureza é produzida, portanto, ela é cultural, tendo, no sentido conceitual, sua sustentabilidade vinculada à valorização sociocultural em cada período histórico.

Compreender a participação dos produtores orgânicos na produção territorial significa relacionar as práticas agrícolas “alternativas” e a busca por maneiras diferenciadas de organização social com a produção e organização social da agroindústria, ou seja, a agricultura orgânica é um contraponto à produção tecnificada e assume relevância política, social e cultural a partir da chamada crise ambiental e do entendimento da natureza como possuidora de qualidades “divinas”. Trata-se do retorno da ideia da natureza encantada que possui a cura para os males dos tempos modernos.

A dinâmica natureza → ambiente → problema ecológico → sustentabilidade constitui-se no “pulo-do-gato”: a natureza passa a vincular-se à lógica mercantil, e a vida é, em sua materialidade, vinculada ao capital. Assim como a terra é transformada em mercadoria apropriada privadamente, os elementos da natureza tornam-se escassos, sendo transformados em mercadorias.

As produções alternativa, orgânica e agroecológica estão inseridas no contexto do processo de revalorização da natureza a partir de meados do século XX. A valorização da biodiversidade passou a constituir um vértice de sustentação à sociedade moderna. Concorro com Almeida (2003) quando ela afirma que as concepções de natureza são diversas:

Várias foram às atividades dos homens em face da natureza, resultantes de suas concepções como selvagens, sublime, pura, divina, objeto de conhecimento, útil, recursos, sendo que estas ainda se mani-



festam, com variações, nas relações sociedades-coisas naturais. (ALMEIDA, 2003, p. 72).

As concepções de natureza são extremamente diversas no tempo e no espaço, porém apresentam um “fio condutor” central: a natureza entendida como separada da sociedade, externa a ela, e, portanto, produzida naturalmente. A essa perspectiva de natureza, separada do homem e passível de ser dominada e/ou eliminada, se junta à ideia de natureza fragmentada em elementos, em partes que constituem o todo.

Tal confluência promove o alicerce para a mercantilização da natureza, transformada radicalmente em valor de troca, sendo ora matéria-prima, ou seja, material para a produção de bens, ora valorizada subjetivamente como esteticamente bela e como mágica no sentido de promover a recuperação das energias humanas perdidas no tempo e no espaço do trabalho.

A produção de tais ideias de natureza promove a chamada “crise ambiental” moderna, entendida como a artificialização radical do natural. A superação desta ideia de natureza passa necessariamente pelo entendimento de que a natureza é um produto social, histórico e, portanto, cultural. Restabelecer o elo entre o cultural e o natural abre espaço para pensar a natureza como unidade e como produção social e histórica.

Refletir sobre a produção agrícola orgânica, ultrapassando as preocupações puramente econômicas, é compreender a unidade entre cultura e natureza nas práticas dos agricultores e nas práticas culturais que foram consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante.

A geografia desse movimento está no território produzido. A concretização dessa natureza e seu entendimento são realizados por meio do território e das territorialidades construídas pelos grupos sociais, suas identidades e suas culturas. Como afirma Almeida (2003), a análise do território inclui a dimensão material e instrumental, mas também a representação do mundo;

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em primeira instância, as necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: o território é também objetivo de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo, de natureza, e esta ocorrem em decorrência de uma cultura ecológica. (ALMEIDA, 2003, p. 75).

A produção agrícola orgânica produzida no interior do Mato Grosso do Sul é, em tese, identificada neste trabalho, sob a ótica da produção do território, como uma “alternativa” agrícola e contribui para novas perspectivas de desenvolvimento por ser fruto de relações e práticas sociais pautadas em representações de mundo, de simbolismos, de desejos. A ideia da produção agrícola orgânica como “alternativa” é compreendida, nesse contexto, como sendo uma agricultura capaz de superar o modelo convencional de produção de riqueza baseado na pilhagem ambiental e na separação do homem da terra.

A agricultura orgânica é praticada simbolicamente como a busca pela sustentabilidade ambiental. Mas, ao mesmo tempo, ela oportuniza a procura do comércio justo e solidário e, por fim, a tentativa da geração de riqueza mercantil com a criação de mecanismos de regulação que garantam a inserção dos produtos no mercado competitivo global. Porém, esse é um mercado que assume as preocupações da sustentabilidade e, portanto, um mercado diferenciado.

A produção orgânica está presente em todo o mundo e o consumo de produtos chamados de orgânicos vem crescendo rapidamente. Segundo Altieri & Nicholls (2003):

Na Europa, existem 3,5 milhões de hectares em produção orgânica certificada. Na Alemanha, são 8.000 produtores orgânicos que ocupam cerca de

2%da área total cultivada. Na Itália, há 18.000 e na Áustria outros 20.000, que representam quase 10% do total produzido pela agricultura. Na América do Norte, aproximadamente 1,1 milhões de hectares estão em produção orgânica certificada, com 12.500 produtores somente nos Estados Unidos, o que permitiu, de 1992 a 1997, dobrar a área dessa produção. Em 1999 a venda dos produtos orgânicos gerou US\$ 6 bilhões em lucro. Na Califórnia, esses produtos constituem um dos segmentos da economia agrícola que mais cresce, com incremento anual nas vendas de 20 a 25%, nos últimos seis anos. (ALTIERE & NICHOLLS, 2003 p.141).

Mesmo que teoricamente as divergências dos conceitos sejam complexas e não acordadas entre os principais pensadores da agroecologia, como Caporal e Costaberbe(2007), Altierri(2004), Almeida(2003), Dulle(2003) e Guzmán(2005 e 2006), todos destacam a importância dessa prática agrícola no mundo moderno e sua relevância enquanto prática social no campo. Mas, eles destacam sobretudo a fragilidade na construção conceitual e de interpretação das práticas cotidianas no meio rural.

A valorização da agricultura orgânica é relacionada diretamente aos ideais da vida moderna voltada para a questão ambiental: “qualidade de vida”, saúde, sabor dos alimentos, questões ambientais e melhoria de renda. Altieri (2004):

A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas locais. Nelas os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. (ALTIERI, 2004, p.36).

A sustentabilidade a que o autor se refere vai além do desenvolvimento econômico e do ambiente, e envolve a complexidade social, a segurança alimentar e a cultura.

A produção orgânica pode ser pensada a partir de aspectos que vão além da produção do capital, como a produção de valores e atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante e o uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas, em outras palavras, a técnica culturalmente valorizada no processo de produção, visando à sustentabilidade da sociedade e não apenas de modelos econômicos.

Os dados econômicos da produção orgânica indicam sua inserção no mercado mundial de produtos agrícolas, participando dos mecanismos e regras da reprodução ampliada do capital. A constatação da valorização econômica dos produtos orgânicos promove o debate sobre a influência das necessidades do consumo ampliado sobre a produção, por exemplo, com relação ao aumento da quantidade produzida e o tipo de produtos produzidos como orgânicos.

Em território brasileiro, parcelas de pequenos produtores e produtores da estrutura da agricultura familiar aderiram ao movimento orgânico com uma produção diversificada para atender ao mercado consumidor urbano próximo das áreas de produção.

Recentemente, já no século XXI, os produtos orgânicos passaram a ser comercializados também no mercado internacional como *commodities agrícolas*, e sua distribuição era feita pelas mesmas corporações internacionais que dominam o mercado convencional. A comercialização dos produtos orgânicos consolidou-se e redes nacionais e internacionais que ditam as regras do comércio foram formadas e, em alguns casos, passaram a exercer o controle sobre o modo de produzir. Assim, contraditoriamente, a preocupação com o resgate das práticas culturais de produção do homem do campo é deixada de lado e ocorre inversamente ao que se poderia desejar a imposição do outro: o homem urbano define o que e como produzir.

Altieri & Nicholls (2003), discutindo sobre a produção orgânica e sua inserção no mundo moderno, apontam três aspectos relevantes para

reflexão: o tamanho da propriedade, o padrão da certificação e o padrão social, sugerindo para a agricultura orgânica as seguintes considerações para normatizações:

- 1) o tamanho da propriedade a ser certificada – os autores defendem que a certificação seja estabelecida para pequenas propriedades, com o controle local da origem do produto;
- 2) com relação à certificação dos produtos, os autores defendem a certificação solidária e flexível, considerando as variações de condições naturais para produção e de culturas, evitando a imposição de regras homogêneas para todas as regiões produtoras. A alta variabilidade dos processos ecológicos e suas interações com fatores heterogêneos do ponto de vista social, cultural, político e econômico geram sistemas locais de produção orgânica que, em essência, são únicos. Contudo, a padronização da certificação se mostrou inapropriada cultural e economicamente para os pequenos produtores onde a produção baseia-se na biodiversidade e no conhecimento tradicional;
- c) outra questão relevante para os autores é a consideração social para a certificação dos produtos, ou seja, o autor defende a mudança da estrutura de poder construída nas relações de produção e circulação de mercadorias. Os produtores orgânicos continuam vinculados e submetidos ao poder de grandes empresas que controlam o processo produtivo e de circulação de produtos agrícolas promovendo a manutenção da concentração de riqueza. A perspectiva ambiental é fundamental para a agricultura orgânica, mas deve ser acompanhada da transformação das estruturas sociais do mercado, garantindo aos produtores o poder sobre o que foi produzido.

Portanto, para a produção orgânica constituir-se como alternativa, além de sua face ambiental (uso dos elementos da natureza, evitando a

interferência direta na produção, como a alteração do ritmo da produção natural, em oposição a elementos produzidos industrialmente), é fundamental repensar as estruturas de poder constituídas na produção e circulação dos produtos agrícolas com o domínio de grandes empresas em detrimento dos pequenos produtores, transformados em trabalhadores explorados pelos mecanismos de concentração de renda.

A produção orgânica no Mato Grosso do Sul cria um território específico, contrapondo-o ao espaço majoritariamente produzido com base na tecnificação industrial da agricultura cujo uso intensivo de insumos visa acelerar o ritmo da produção para atender as necessidades da produção em larga escala. A produção orgânica participa da formulação de uma territorialização contemporânea, caracterizada como itinerante, fluida e mesmo múltipla (Almeida, 2009, p. 212; Haesbaert, 2002, p. 344).

No caso da territorialidade, em textos já clássicos da geografia brasileira, “Territórios Alternativos” Haesbaert (2002), faz reflexões que permitem pensar em multiterritorialidades. Ele explica a existência dos territórios por nós considerados “alternativos” em uma região dominada pela monocultura exportadora mecanizada.

Avançando na análise, Almeida (2009) com base em Vanier (2008), insere a reflexão sobre a sociedade de indivíduos como fator na constituição territorial. A autora considera,

É verdade que existem combinações múltiplas entre o interterritório e o intraterritório, pois ambos podem compartilhar os mesmos territórios. Entre essas duas categorias, a maioria age constantemente *“entre um pouco de territorialidade e um pouco interterritorialidade, um pouco identificação a um grupo real ou projetado, é um pouco de exercício de diferenciação individual”* (VANI-ER, *apud* ALMEIDA, 2009. p.213-214, grifo nosso).

O território da produção orgânica é produzido por esta experiência de combinações múltiplas, relações espaço-tempo complexas e intimamente forjadas pelas relações de poder em seus diferentes níveis escalares.

Especificamente em relação às motivações para a existência da produção orgânica, é imperativo refletir sobre o papel da concepção de “sociedade sustentável” nessa multiplicidade territorial que considera a questão ambiental e a cultura como integrantes de um mesmo processo. É necessário levar em conta o fato de que a cultura possibilita a sustentação de práticas consideradas conservacionistas, e, no tempo presente, elas são entendidas como alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante e produzem territórios.

A convivência entre territórios produzidos na perspectiva da sustentabilidade socioambiental e na perspectiva do crescimento econômico ilimitado ocorre no cerne das disputas sociais, culturais e políticas, em um movimento de transformação das identidades dos diferentes grupos sociais. Em meio a estas disputas de poder, no início do século XXI, como resultado da valorização crescente da ideia da conservação ambiental, a produção orgânica tem ocupado terras e prateleiras de supermercados.

A dinâmica das transformações territoriais está associada às resistências do poder local em alterar suas estruturas de poder em função das exigências do poder global, que no movimento geral de produção do mundo moderno incorpora práticas consideradas conservacionistas, e, portanto, valoriza práticas consideradas ambientalmente saudáveis, como a produção orgânica.

As motivações internas e externas aos processos de construção da região da Grande Dourados foram fundamentais para a existência do trabalho de pequenos produtores agrícolas voltados para a produção de produtos considerados orgânicos. A confluência de fatores como crise ambiental, valorização da natureza, movimento da sociedade e histórias de vida formatou o que podemos denominar de identidade dos produtores orgânicos da Grande Dourados. Todavia, é fundamental, desvendar a formação do grupo social com identidade diferenciada. Mesmo com as forças contrárias à existência da produção agrícola orgânica, a identidade construída garante, e mesmo impulsiona sua continuidade enquanto pequenos produtores agrícolas orgânicos.

## 2.2 Identidade dos produtores orgânicos na Região da Grande Dourados

Inúmeras são as discussões que envolvem a temática da identidade na construção do território e das territorialidades. Especificamente para as reflexões realizadas neste trabalho, são importantes as contribuições de Almeida (2008), Haesbaert (2007), Castells (2008), Bogo (2008), Hall (2006), Barkin (2003), Araujo & Haesbaert (2007) Canclini (2007), Moreira (2005), Roca, Oliveira e Roca (2011) e Oliveira, Roca e Leitão (2011).

Considero como fundamental a ideia de identidade vinculada à perspectiva do “sujeito” como um indivíduo capaz de interagir com o “espaço vivido” e produzido, ao qual pertence a sua história e constitui-se como uma “herança” de vida. Assim, a ideia de identidade é dinâmica, é movimento no sentido de ser construída nas relações sociais históricas e espaciais. Como destaca Almeida (2008):

[...] é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território.

Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções (ALMEIDA, 2008, p.59).

A espacialidade da análise da identidade se dá na relação estabelecida entre o lugar e o sentimento de pertencimento produzido, ou seja, a identidade dos produtores orgânicos está intimamente ligada às práticas culturais estabelecidas no lugar, produzindo territórios que podemos considerar como múltiplos.

A leitura da produção orgânica associada à ideia de identidade permitiu arriscar-me a construir uma classificação dos agricultores orgânicos que atuam na Região da Grande Dourados. Mesmo considerando a dificuldade em sistematizar e encaixar as práticas dos agricultores e suas identidades em uma classificação qualitativa é possível identificar três grupos



de produtores agrícolas de alimentos orgânicos. Apesar desta fragmentação dos produtores em grupos, é possível considerar a existência de uma identidade entre eles – a resistência, no sentido apresentado por Castells (2008):

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistências e sobrevivências com bases em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo oposto a estes último [...].(CASTELLS, 2008, p. 24).

O primeiro dos grupos identificados é os “Independentes”, formado por produtores orgânicos que optaram pela produção de alimentos por acreditarem na necessidade de alimentos livres de agrotóxicos em função da melhoria da qualidade de vida, intimamente relacionada à saúde. Segundo as palavras de um produtor orgânico “Independente”, a iniciativa de trabalhar com produtos orgânicos partiu de um funcionário de seu sítio: “é uma opção, porque já sofreu muito com veneno, já esteve adoentado, intoxicado, não aguentando mais, começou a ver como produzir sem veneno e começou com orgânico aqui no sítio”. (Entrevista com produtor orgânico, P02, realizada em março de 2010).



**Foto 1. Área de produção orgânica na propriedade do entrevistado P03.**  
**Autoria: MORETTI, S.A.L.. Abril 2010.**

Sua motivação não é o lucro, e uma vez ou outra consegue apoio de instituições diversas, como ONGs ou entidades públicas – universidades e centros de pesquisa. Estes produtores possuem história de vida relacionada à produção no campo, com forte presença da tradição do homem do campo.

Esse grupo, caracterizado como “Independentes”, possui conhecimento técnico e mantém relações individuais com instituições de apoio técnico, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, universidades públicas e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Constroem uma rede informal de conhecimento e troca de experiências.

Antônio, trabalhador de um sítio nas proximidades da cidade de Dourados, é filho de produtores rurais, viveu no Paraguai, foi assentado e na luta pela terra conheceu a produção orgânica;

Eu sou do Paraná, criado no Paraguai. Eu fui lá na época da colonização. Depois vim de volta pra o Mato Grosso do Sul, junto com aquela dos Brasi-guaiois. Aquelas turma do Brasiaguaio, do Sul, de lá a gente foi pra Itaquiraí, minha mãe ganhou lote. Tem lote até hoje lá. De lá eu fui pra Sidrolândia as-sentamento... eu tenho origem na Pastoral da Juventude Rural, depois veio a CPT que era a Comissão Pastoral da Terra e, desde essa época, a gente já via estas discussões de plantar sem veneno, em 93, 94... Aqui na região mesmo. E havia as discussões a nível nacional também, aí interessei e aprendia plantar as-sim sem veneno. (Entrevista com produtor orgânico, P04, realizada em março de 2010).

Já outro produtor, narra sua inserção na produção orgânica na ousadia de ofertar um novo produto:

E aí conversa vai, conversa vem e veio esse negócio da pupunha. Mas, a gente não encontrava aqui, aí descobri pela internet, ela em São Tomé no Paraná, perto de Cianorte. Fomos pra lá buscar, mas como tudo, ela não anda a toa, por que o clima é mais quente que aqui. Levamos um prejuízo muito grande porque na hora trouxemos de lá e colocamos aqui ficou ainda 60 dias parado, nós perdemos muito, mas muito mesmo. Conversamos, fomos lá novamente. Hoje a pupunha está dando, produzindo pouco, mas está começando. (Entrevista com produtor orgânico, P03, realizada em março de 2010).



Foto 2. Produção de pupunha orgânica na propriedade do entrevistado P03.

Autoria: MORETTI, S.A.L. Março 2010.

Outro entrevistado, um produtor de arroz, em seu relato demonstra a capacidade de articulação com centros de pesquisa e de entendimento do momento atual de valorização do produto orgânico:

O IAC lançou uma variedade de arroz negro, publicou nos jornais, nas revistas, em 2005 eles publicaram isso. Eu me interessei, falei: “esse negócio é bom, hei?” Aí falei: “eu vou tentar,” quero vê se com 4 anos eu consigo expandir esse produto aqui no estado. No primeiro ano num teve praticamente comercialização, por que a gente começou e nem sabia por onde começar. Fui pensando vendo, todas essas dificuldades aí de embalagem, essas coisas. Surgiu a ideia de embalar melhor e ao mesmo tempo, tinha um senhor lá em Pindamonhangaba que o pesquisador da IAC fazia os experimento dele lá em Pindamonhangaba, né? No primeiro ano já estava com 30 hectares e eu aqui com 1, acho que nós pensamos a mesma coisa, pensamos na embalagem

a vácuo, comecei a fazer embalagem a vácuo junto com o pessoal da Fuji. Eles bolaram uma caixinha e, a partir daí, passamos já para embalagem a vácuo e comercializa. A caixinha, a AGRAER começou a divulgar o produto também e em todos os eventos que tinha essas coisa de alimentação da agricultura familiar eles passaram a pegar da gente. E nisso o SEBRAE ficou sabendo também através dos eventos aí, e hoje também o SEBRAE tá dando uma força pra gente muito grande. Nesses eventos a gente foi conhecendo vários agricultor e falando em agricultura orgânica e convido a gente pra participar desses eventos da agricultura orgânica. Comecei a participar e preocupado em agregar um pouquinho mais os valores do produto. Só que a dificuldade é grande, segundo ano sem sucesso, mais eu num... Ainda não desanimei, não, vou continua, ainda. No ano passado, com o SEBRAE, tivemos visitando as propriedades de agricultura orgânica do estado do Paraná. Bom, mas no meu caso aqui, tô sofrendo. (Entrevista com produtor orgânico, P05, realizados em março de 2010).



Foto 3. Área de produção do arroz negro na Fazenda MYA, Dourados-MS  
Autoria: MORETTI, S.A.L. Abril 2010.

Os produtores do grupo chamado de independentes comercializam seu produto localmente, possuem “conhecidos” no comércio local e colocam sua produção à venda de forma informal e direta. A produção não possui certificação oficial, o comércio é feito com base na confiança do consumidor em relação ao produto ser orgânico ou a venda é feita como um produto comum, sem a identificação de orgânico. Como pode ser analisado na entrevista com o produtor de limão orgânico, no município de Dourados:

O rapaz lá do Beef Beef (açougue localizado na cidade de Dourados) que é amigo nosso, todos são *amigo* nosso, foi perguntado se é verdade que o limão não tem veneno. Aí o dono do Beef Beef *falou*: “é verdade, não tem veneno.” O que, que acontece, em função que ele me conhece, sabe como é a minha propriedade... Passou a responsabilidade dele com a garantia.

Pegamos uma bandejinha de isopor e colocamos 2, 4, 6 *limão* embaixo casadinho e mais 3 em cima, então 9, passamos um filme e colocamos o telefone do Antônio por que ele tem mais tempo pra responder pergunta e colocamos sem veneno.

A bandeja colocamos em uns 5 pontos na cidade e a granel já é mais, uns 10 pontos *vende*. (Entrevista com produtor orgânico, P03, realizados em março de 2010).





Foto 4. Limão orgânico destinado ao mercado na cidade de Dourados-MS  
 Autoria: MORETTI, S.A.L.. Abril 2010.



Foto 5. Produto arroz negro embalado e à venda em mercados de Dourados.  
 Autoria: MORETTI, S.A.L. Abril 2010.

O grupo dos independentes consegue inserção seus produtos no mercado local, sem interferência de atacadas, utilizando relações interpessoais com comerciantes ou com órgãos do poder público. Constituindo uma venda direta, ou seja, circulo curto (Schmidt,2005) formando desta maneira um rede informal de troca de conhecimento sobre a produção orgânica e mantém outras formas de produção para garantir sua sobrevivência na terra.

O segundo grupo é nesta análise denominado de “Fragilizados”. Neste caso, identificamos os assentados rurais que são dependentes de ajuda técnica e operacional do estado. Eles não conseguem se organizar de forma independente, estão à margem das políticas para os proprietários rurais de terras e são vinculados a projetos desenvolvidos ou com o apoio das universidades. Não conseguiram o estatuto da cidadania, não compreendem o significado da produção orgânica no mundo moderno, mas a consideram uma possibilidade individual de melhoria da renda.



Foto 6. A produção familiar orgânica em quilombola.

Autoria: MORETTI, S.A.L.. Maio 2010.

Ramão, morador de área quilombola nas proximidades da cidade de Dourados e já mencionado, explica a opção por trabalhar com produto orgânico:

Por que nós entramos para esse sistema orgânico? Foi porque, quando na época da pupunha tinha o IDATERRA, ela que dava assistência para nós e fa-



lou da importância da gente não *trabalhar*.com veneno. Que era bom *pra* saúde nossa, das nossas crianças, e que o produto teria, uma aceitação melhor. Só que nós nunca *levou* assim pelo lado do preço. Por que sempre o orgânico é mais caro, então a gente *trabalha* no mesmo preço do convencional. A gente trabalha no mesmo preço, se é 1 real a verdura, é 1 real também, se é 50 centavo, nós *vende* a 50 centavos. Por que a gente pensa assim. É importante para nós, primeiro a gente vender o produto que tem, então se a gente consegue vender todo produto que a gente *produziu*, é bom que a gente atende a nossa necessidade, e segundo é que vai estar contribuindo com a saúde das *pessoa*, né?...Acho que a primeira coisa pôde construir. Eu acho que vem da pessoa se *conscientiza* contra o veneno, *sabe* que o veneno *tá* aí *pra* matar, para destruir. O problema desse câncer é, essa doença *braba* que a gente vê, é resultado do veneno. Só que eu acho assim, é muito difícil, cada um tem que *faça* sua parte. É muito difícil, nós que *trabalha* no sistema orgânico porque a gente procura num passar veneno, como fazem aí metendo veneno nas *lavora*. (Entrevista com produtor orgânico, P02, realizada em maio de 2010 – grifos nossos).

Outro produtor inserido nesse grupo é um assentado que possui lote no assentamento Amparo ele produz amendoim orgânico e produtos para subsistência. Não consegue produzir e comercializar seus produtos de forma independente da ajuda de projetos e órgãos públicos, não possui conhecimento técnico e não participa de rede de produção, de conhecimento ou de comercialização.

A gente trabalhava com lavoura grande. Aí a gente *parou* com lavoura grande e *pensou* em *mexe* com pequena lavoura. Plantamos mais *pra* subsistência, a gente decidiu plantar orgânico para gente *comer* mesmo, para subsistência da gente. Aí a gente começo aperfeiçoar com uma fruta, e depois *foi* outras plan-

tas. E assim, estamos construindo um *broquinho* aqui outro ali, e nosso sítio é bem arborizado, sítio do meu pai, a gente planta árvore sempre orgânica. [...]. Estamos vendo resultado já também, *nas* frutas, bananeira, cresceram laranja, goiaba, tudo que já também isso aí é velho. 12 anos já, então a gente tinha e outras frutas, mandioca, milho, batata doce, tudo orgânico no meio da sombra das árvores. (Entrevista com produtor orgânico, P06, realizada em maio de 2010).

A comercialização é realizada no comércio local, na feira, ou mesmo na rua: “É, a gente vende sim, vendo alguma coisa quando tem, é isso aí é assim a gente, vendo aqui na comunidade assim, quando tem feira ali, na Vila de Itahúm leva *pra*, tem lá e a gente sempre leva” (Entrevista com produtor orgânico, P06, realizadas em maio de 2010).



**Foto 7. Trabalho em assentamento rural na limpeza do amendoim orgânico**  
Autoria: MORETTI, S.A.L.. Maio 2010.

Os produtores fragilizados não possuem infraestrutura adequada para produção e vivem basicamente da agricultura de subsistência. A produção orgânica representa uma possibilidade de melhorar a renda obtida com o trabalho na terra.



**Foto 8. A produção de adubo orgânico realizada na propriedade do entrevistado P2.  
Autoria: MORETTI, S.A.L. Maio 2010.**

A ligação com projetos das universidades possibilitou o início de organização da produção e da comercialização. Mas tais produtores são totalmente dependentes desses projetos, não possuindo ainda capacidade técnica para atuarem de modo independente dos apoiadores. É um grupo de produtores com origem na produção agrícola, que conquistou a terra e procura uma forma de sobreviver dela.



**Foto 9. A formação de corredor de frutas orgânicas. Projeto junto a UFGD**  
**Autoria: MORETTI, S.A.L. Maio 2010.**

Por fim, o grupo de agricultores orgânicos denominados aqui de “os produtores organizados em associação”. São produtores que se organizaram em torno de uma associação e foram reconhecidos como produtores orgânicos. São articulados com o poder público, conseguem dialogar com o estado, elaboram projetos e estão inseridos em colegiados e representações. Portanto, são possuidores do estatuto de cidadania.

Este último grupo consegue, localmente, participar ativamente da construção da política pública do Governo Federal do Território Rural Sustentável da Grande Dourados. Esta ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário possibilita o fortalecimento do grupo organizado na Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS.

Neste caso, como um grupo organizado, a superação do processo de individualização é recente. A formação da APOMS, que atua na organização e operacionalização do Território Rural Sustentável da Grande Dourados, tem como significado a construção da sustentabilidade social.

Nos três grupos de produtores identificados anteriormente, a produção orgânica está, em parte, vinculada às relações de comercialização que também aparecem como alternativas à rede comercial hegemônica, com destaque para a participação na estruturação da economia solidária. Entretanto, a distribuição dos produtos também acontece na rede comercial hegemônica, com a submissão às redes de supermercados e mesmo ao comércio local das cidades.

O processo de distribuição também constitui um fator de diferenciação entre os produtores orgânicos e está intimamente relacionado à capacidade organizativa. Aqueles que conseguem se organizar em grupos possuem mais autonomia para negociar com as redes de distribuição e comercialização, enquanto aqueles que negociam individualmente com as redes são submetidos às imposições da estrutura de comercialização, como, por exemplo, na definição do preço do produto, do tipo de produto e da quantidade fornecida.

Em função de sua história e capacidade de organização, a construção do que estamos sistematizando como identidade dos agricultores orgânicos é percebida neste grupo. A formação da identidade remete, aproximadamente, à década de 50 no município de Glória de Dourados, com a produção do café.

Os produtores de café em Glória de Dourados são os precursores da associação de produtores orgânicos que teve início nos anos de 1980. A APOMS representa a institucionalização de um sistema produtivo “alternativo”, é a interlocutora dos produtores com o estado, na consolidação dos programas e ações do poder público.

Especificamente na área estudada, a produção orgânica ocorre de diferentes maneiras, assumindo formas variadas e participando diferenciadamente na produção territorial.

O reconhecimento da existência de diferenças e de interesses comuns entre os produtores orgânicos permite refletir sobre o processo contraditório da construção de organizações sociais locais de pequenos produtores. Elas visam também participar da rede global com a propos-

ta de fortalecimento da identidade local. Tal participação exige práticas produtivas e uso de normatizações definidas fora do grupo social local e contribuem para a diferenciação técnica e econômica entre os produtores. As diferenças culturais, econômicas e sociais entre os produtores orgânicos e a característica do mundo moderno de valorização das capacidades individuais dificultam a organização social dos produtores para a produção, comercialização solidária e, principalmente, para a atuação política na luta pela valorização da pequena produção familiar na região da Grande Dourados.

Notadamente, a questão ambiental promoveu a valorização comercial dos produtos orgânicos, como veremos no capítulo 3. Porém um embate entre dois encaminhamentos centrais referentes ao formato e à estrutura da produção agrícola orgânica foi causado.

A primeira possibilidade é a produção e a circulação dos produtos orgânicos que reproduz a estrutura da grande produção agrícola convencional. Com este encaminhamento os ganhos são transferidos para os setores dominantes da economia mundial, organizados em redes de empresas que controlam as formas de produção e, principalmente, ditam as regras de comercialização.

A segunda possibilidade é os produtores orgânicos desenvolverem estratégias e formas de produção e comercialização que rompam com o domínio das grandes empresas. Eles passariam a ter o controle sobre a organização do mercado dos orgânicos. Neste caso os ganhos e benefícios são voltados para os pequenos produtores. Nesta perspectiva, as propostas da economia solidária e do comércio justo e solidário apresentam avanços no Brasil com experiências bem sucedidas relacionadas à organização dos pequenos produtores.

Avançando na tentativa de desvendar a produção territorial, usamos das palavras de Di Méo (2008, p.4) que, ao se referir à relação do território com o cotidiano, afirma: *“Les territoires de notre vécu sont en part ceux de notre quotidien. Ils assemblent de manière souvent plus virtuelle que concrète les lieux de notre expérience, imprégnés de nos routines et de nos affects”*

As práticas culturais, sociais, produtivas, de comercialização e políticas dos agricultores orgânicos são diferenciadas entre eles. Como vimos neste capítulo, não podem ser consideradas homogêneas, mas possuem alicerces comuns na definição pela produção de alimentos orgânicos. Os alicerces são advindos da história de vida de cada produtor e de sua inserção nas lutas e práticas coletivas, conjuntamente com a construção da ideia societária moderna da sustentabilidade ambiental.

A identidade entre os agricultores orgânicos é produzida no entrelaçamento das escolhas pessoais, coletivas e no ideário de sustentabilidade ambiental presente no mundo moderno. O território da produção orgânica é, portanto, fruto de relações sociais internas à região, a saber, a resistência ao modelo de produção agrícola do monopólio da terra, e externas, devido à valorização de produtos orgânicos para o consumo.





## Capítulo 3

### Significado do mundo da sustentabilidade: produtos orgânicos nas prateleiras

A sociedade contemporânea vem apresentando mudanças em seus hábitos e estilo de consumo em decorrência do processo de modernização, influenciada pela transformação da natureza em ambiente, na vida urbana, na produção do problema ecológico e na consequente construção da sustentabilidade ambiental como solução.

A preocupação com o limite ambiental e a tensão produzida entre a natureza e o consumo têm seu marco inicial na metade do século XX, motivadas pelo aumento da pressão das atividades humanas sobre determinados elementos da natureza transformados em escassos e na ideia coletiva do distanciamento da vida na cidade em relação ao mundo natural. Consolida-se a ideia de natureza distante no tempo e espaço do trabalho e do habitar, e estes separados no tempo e espaço do lazer, do descanso, quando e onde o natural humanizado está próximo.

O consumo de produtos orgânicos aparece sob o ponto de vista da valorização do mercado, como solução para aspectos relevantes da chamada crise da modernidade. A mudança das práticas individuais dos consumidores urbanos seria a alternativa para a superação da “crise ambiental”, de maneira contrária à ideia expressa por este trabalho de pesquisa. Ou seja, a produção agrícola orgânica pode ser uma alternativa se considerada para além do econômico e para uma resistência ao modelo de desenvolvimento centrado apenas no indivíduo e no consumo.

Neste capítulo a proposta é destacar a complexidade que envolve o consumo de produtos orgânicos. Para as reflexões aqui apresentadas foram utilizados resultados das entrevistas realizadas com produtores - já

detalhadas no capítulo anterior, e com consumidores de produtos orgânicos. Foram entrevistados consumidores em Dourados-MS e em Lisboa-PT. A proposta de inclusão de Portugal foi para compreender consumo de orgânicos em um país com histórico diferente do Brasil no contexto da chamada crise ambiental e construção da sustentabilidade. Com relação às entrevistas o detalhamento metodológico aparece no momento da apresentação dos resultados.

O consumo de produtos orgânicos em seu formato atual, ou seja, dominado por redes de produção e comercialização que estão para além dos lugares de produção, está presente em grande parte do mundo moderno e a procura por esse tipo de alimento cresce de maneira rápida associada às mudanças nos hábitos alimentares promovidos pela revalorização da natureza e a ideia de sustentabilidade ambiental com a busca de “condições de saúde” mais adequadas. Segundo Altieri & Nicholls (2003):

A produção orgânica está presente em todo o mundo e cresce rapidamente. Na Europa, existem 3,5 milhões de hectares em produção orgânica certificada. Na Alemanha, são 8.000 produtores orgânicos que ocupam cerca de 2% da área total cultivada. Na Itália, há 18.000 e na Áustria outros 20.000, que representam quase 10% do total produzido pela agricultura. Na América do Norte, aproximadamente 1,1 milhões de hectares estão em produção orgânica certificada, com 12.500 produtores somente nos Estados Unidos, o que permitiu, de 1992 a 1997, dobrar a área dessa produção. Em 1999 a venda dos produtos orgânicos gerou US\$ 6 bilhões em lucro. Na Califórnia, esses produtos constituem um dos segmentos da economia agrícola que mais cresce, com incremento anual nas vendas de 20 a 25%, nos últimos seis anos. (ALTIERI & NICHOLLS, 2003, p.12).

O crescimento da produção orgânica é associado a sua incorporação ao sistema de produção financeiro da agricultura convencional, sendo

a certificação o meio de garantir o controle e o poder sobre a produção e o consumo dos produtos orgânicos. Faz sentido, portanto, refletir se a agricultura orgânica estaria assumindo as mesmas características do modelo convencional de produção e consumo de produtos agrícolas ou poderia representar um “sinal de alternativa” (Boaventura, 2002) ao modelo de produção e consumo construído modernamente no mundo ocidental capitalista.

Os autores Altieri & Nicholls (2003) e Gliessaman (2005), considerados referências nas pesquisas sobre a produção orgânica, destacam que o principal objetivo desta prática agrícola é manter a produtividade agrícola de modo sustentável, eliminando o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas. Portanto são aspectos técnicos relacionados à busca da sustentabilidade, mas, os mesmos autores, avançam na análise ao indicarem questões fundamentais como associação da produção e consumo de orgânico a aspectos culturais e de identidades na produção do espaço.

Gliessaman (2005) aponta, em um reducionismo analítico, para a busca da sustentabilidade ambiental como único caminho para garantir a preservação da cultura local associada à produtividade agrícola. Para a pesquisadora, a sustentabilidade só será alcançada por meio de práticas agrícolas “alternativas” orientadas pelo conhecimento aprofundado com relação à natureza e à cultura, o qual promovem mudanças sociais e econômicas, principalmente na produção de alimentos:

A sustentabilidade significa coisas diferentes para distintas pessoas, mas há uma concordância geral de que ela tem uma base ecológica. No sentido mais amplo, a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável - a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de renovar ou ser renovada não é comprometida.

Como a perpetuidade nunca pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro, fora do alcance. Assim, é impossível se saber, com certeza, se uma determinada

prática é, de fato, sustentável, ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade. Contudo, é possível demonstrar que uma prática está se afastando da sustentabilidade. (GLIESSAMAN, 2005, p.52-53).

Portanto, para a autora, a centralidade está na busca da sustentabilidade em sua lógica ambiental, desconsiderando aspectos centrais do mundo moderno, como o mercado, as desigualdades e a produção de riqueza, ou seja, as relações sociais em sua plenitude.

Associar a questão da sustentabilidade com a produção orgânica se transforma em um processo aparentemente lógico e racional. Mas diante das contradições existentes no conceito de sustentabilidade e, principalmente, no consumo e na comercialização dos produtos, a lógica e a racionalidade do discurso da sustentabilidade apresentam certa incapacidade explicativa.

Pela sua importância como possibilidade de transformação de formas de produção e de consumo, não parece ser adequado analisar a produção de produtos orgânicos apenas como capaz de manter a produtividade da terra. Este modelo agrícola possui outras funções que não sejam apenas a produtividade. Uma das possibilidades que deve ser destacada é a capacidade de construção de identidades territoriais relacionadas ao campo e à moderna vida no urbano.

A perspectiva da possível produção de novas formas territoriais relaciona-se diretamente à ideia de sustentabilidade ambiental associada a “qualidade de vida”, a saúde, à qualidade e ao sabor dos alimentos e à melhoria de renda para parcelas de agricultores pobres. Altieri (2004), sobre estas possibilidades, aponta para as associações temáticas entre agroecologia e produção do local:

A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas locais. Nelas os critérios de desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como

a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade. (ALTIERE, 2004, p.36).

A reflexão sobre o tema sustentabilidade assume relevância ímpar, e é permeada por perspectivas ideológicas associadas aos ditames do mercado, por muitos chamado de “mercado verde”. Isso dificultando um olhar mais cuidadoso para o mundo sob a chamada perspectiva sustentável. Ou seja, a defesa do tema sustentabilidade nos tempos modernos significa manutenção das estruturas do mundo moderno, que promovem a miséria social e a pilhagem ambiental.

Nesse sentido, considerar sustentáveis as práticas “alternativas” ao modelo produtivo agrícola dominante, criadas pelos pequenos produtores rurais e associadas ao consumo urbano de mercadorias consideradas “verdes”, é essencial para a compreensão da existência da prática da agricultura orgânica num local (região da Grande Dourados) produzido pelo processo de modernização agrícola.

### 3.1 Discursos e práticas: os dilemas do consumo verde

Ao aderir à prática da agricultura orgânica, os pequenos produtores rurais buscam atender ao mercado de consumo urbano. Os consumidores possuem um olhar parcial sobre o consumo verde e a sustentabilidade. É um olhar permeado pela perspectiva do *marketing* relacionado ao consumo de alimentos saudáveis e/ou produtos livres de “químicas” prejudiciais à saúde.

É visível nos centros comerciais em diferentes pontos do mundo, a proliferação de lojas destinadas à venda de produtos naturais, que vão desde lojas de alimentação para os humanos, passando por lojas destinadas à venda de produtos para animais de estimação e lojas de cosméticos, culminando com lojas que comercializam roupas e brinquedos infantis produzidos exclusivamente com os chamados produtos naturais (foto 10a e b).



**Foto 10.** Loja de cosméticos orgânicos em Lisboa-PT, fachada e interior.  
Autoria: MORETTI, S.A.L., Janeiro 2012.

Abastecer este comércio sofisticado e global é também função dos agricultores de produtos orgânicos, seja com produtos alimentícios, seja com madeiras e grãos, entre outros. Portanto, o agricultor de um local como a Região da Grande Dourados estará, devido à certificação orgânica internacional de seu produto, da rede mundial do comércio verde.

Esses agricultores, de acordo com as entrevistas realizadas, possuem o conhecimento e o discurso da necessidade de mudança das formas de produção para atingir a sustentabilidade ambiental, tendo como meta a preservação ambiental para o futuro. A percepção que possuem do mundo atual é de crise ambiental, de fim dos elementos naturais, e que participam do processo de salvação do planeta.

A natureza está sendo destruída. A plantação de produto orgânica salva a terra. (entrevista com produtor orgânico, P07, realizada em 14/10/2011);  
O futuro está na produção de sementes de florestas; não vai existir floresta e teremos de reflorestar. As

sementes será nosso maior bem da humanidade. (idem P01);

A natureza se vinga do homem, com o orgânico a natureza é preservada. (entrevista com produtor orgânico, P01, realizada em 07/02/2011).

O discurso é construído com a reprodução das ideias urbanas vinculadas pelos meios de comunicação, pelos técnicos dos órgãos de governo e pela própria experiência com o trabalho na terra, conforme relato dos agricultores entrevistados.

Passei a trabalhar com orgânicos depois que fui envenenado com veneno que aplicava na lavoura. Se faz mal para aplicar imagina para quem come? (entrevista realizada em 07/02/2011, com o entrevistado P08);

Produzir orgânico é hoje bem melhor que o convencional pra mim é. Eu acho que a gente tem que pensa no caso da garantir a terra e pra quem tá comercializar e pra quem ta comercializando e também para quem come. Porque hoje à questão da agroquímica é muito perigoso, você sabe que é perigoso. (entrevista realizada em 09/02/2011, com entrevistado P09);

Veneno sempre me fez mal. Trabalhava com veneno, eu tive isso como princípio não mais trabalhar com veneno e sim com orgânico. Não penso em ficar rico, mas na saúde mesmo. (entrevistas realizadas em março de 2010, P04).

Também assume relevância o discurso de harmonia nas relações sociais advinda do trabalho com orgânicos. É recorrente a fala do fim do conflito social na produção:

[...] trabalhar com o meio ambiente deixa o produtor criativo, o tempo todo faz novas transfor-

mações, precisa trocar conhecimentos com outros produtores, trocar ideias, se comunicar. Você nunca trabalha sozinho, o trabalho é coletivo. (entrevista realizada em 14/10/2011, entrevistado P07);

...o proprietário tinha esta terra aqui não tinha interesse em produzir nada aqui. Eu aprendi lidar com orgânicos, fiz a proposta para ele de plantar, experimentar com orgânicos, para a família dele, não era para vender, ele aceitou. Hoje esta assim como você vê, com muita coisa dando certo. (Entrevista com P04, em março de 2010).

A confluência das experiências na produção com o discurso moderno da sustentabilidade e da viabilidade econômica construiu as bases para o trabalho desses agricultores com produtos orgânicos.

A leitura de mundo dos pequenos agricultores que optam pela produção de produtos orgânicos aproxima-se da ideia de mito. Um mito moderno, relacionado com a harmonia entre o uso da natureza e as relações sociais para a construção da sustentabilidade ambiental como garantia de um futuro para a humanidade. A ideia de mito é reforçada pela impossibilidade de romper com os alicerces do desenvolvimento construído pela razão matemática apontada de maneira contundente por Castoriadis (1987):

(...) de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova 'ideia', a ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. Esta 'ideia' é o que eu chamo uma significação imaginária social. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta. Numa palavra: de agora em diante, o que conta é o que pode ser contado. Por outro lado, filósofos e cientistas impõem uma nova e específica torção ao pens-



amento e ao conhecimento: não há limites para os poderes e as possibilidades da Razão, e a Razão por excelência, ao menos quando se trata da res extensa é a matemática: *Cum Deus calculat, fit mundus* ('À medida que Deus calcula, o mundo se faz', Leibniz)." (CASTORIADIS, 1987, p. 144-145).

O significado alcançado pela noção de desenvolvimento — crescimento indefinido, maturidade, crescimento sem fim — é consubstanciado por algumas noções das quais, para Castoriadis (1987, p.146), as mais importantes são: “a ‘onipotência’ virtual da técnica; a ‘ilusão assintótica’ relativa ao conhecimento científico; a ‘racionalidade’ dos mecanismos econômicos”.

A busca de um novo formato para a construção da ideia de desenvolvimento deve ter como base a superação das noções de sustentação do modelo hegemônico, conforme apontadas pelo autor. A construção do chamado desenvolvimento sustentável não contribui para tal superação, pelo contrário: ela reforça o modelo dominante, mantendo a estrutura apontada por Castoriadis (1987). O discurso da perspectiva do desenvolvimento sustentável aponta para o futuro com as estruturas formatadas na produção do presente, criticados e compreendidos como destrutivos.

Esta crítica do desenvolvimento sustentável é observada nas entrevistas realizadas com agricultores inseridos no grupo de *produtores independentes* do território da Grande Dourados. Está presente no texto do Plano de Desenvolvimento Territórios Rurais Sustentáveis do MDA-SDT e no discurso dos consumidores de produtos orgânicos.

O cultivo de produtos orgânicos tem vantagens para mim, tem procura, e também é bom para o ambiente, tem o desenvolvimento sustentável, acho que pode dar certo, melhorar a renda e não usar venenos. (Entrevista com produtor orgânico em Dourados-MS, P01, em janeiro/2011);

Com os problemas ambientais, com problemas no clima, alimentos provocando doenças, acredito

que temos que comer produtos sem químicas, sem veneno, tem o desenvolvimento sustentável com o produtos orgânicos. (Entrevista com consumidor de produtos orgânicos em Dourados-MS, C01, 09/11/2011).

Este é o discurso presente, praticamente em todos os produtores orgânicos independentes, mesmo que estejam em realidades distintas, e escala diversificadas na capacidade de participação e intervenção nos processos sociais.

Em texto já clássico, Sader (1988, p.142) fala em matrizes discursivas, “modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições do significado”. E, mais importante para a discussão feita presentemente, o autor afirma: “os sujeitos não são livres para produzir seus discursos [...]”. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas, e em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais [...]”.

Nos documentos bases do programa de Territórios Rurais Sustentáveis do Ministério Desenvolvimento Agrário, os consultores Bacelar. T. (2009), Sachs. I.(2009) e Perico E. (2009) consideram necessária a mudança do eixo de desenvolvimento, até então presente nas políticas públicas para os pequenos produtores rurais. Eles enfatizam um eixo denominado por eles como desenvolvimento local e sustentável. Bacelar (2009) explicita a proposta:

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável que normalmente é apresentado com três círculos para indicar as dimensões econômicas, social e ambiental, supondo que a cultural esta considerando dentro do social. Como estou aqui dando ênfase a essa dimensão proponho um quatro circulo. Lembre que o Rafael Echeverri também deu essa ênfase importante a dimensão cultural.

Estamos tratando de um conceito novo, e não do conceito com o qual trabalhamos no século XX.

Uma mudança é que a dimensão ambiental se impôs no debate, assim como a dimensão social e cultural. O debate ficou mais complexo [...] (BACELAR, 2009, p.35).

Esta consultora propõe considerar o caráter multidimensional do desenvolvimento, superando a leitura exclusivamente economicista. Trata-se de uma tentativa de requalificar o desenvolvimento sustentável que, em sua origem, já considerava as diferentes dimensões – economia, ambiente e sociedade- com a inclusão da temática cultural uma dimensão que não rompe com os preceitos básicos da proposta construída no século XX. Ou seja, a manutenção da produção de mercadorias em escala adequada para a reprodução do capital, com o uso de técnicas que amenizam os efeitos colaterais ao ambiente. A inclusão da dimensão cultural aparece como mais uma tentativa de construir metodologias capazes de “darem conta” dessa tarefa utópica.

Considera-se, neste trabalho, a hipótese que o tratamento dos fenômenos e processos de maneira fragmentada, elencando diferentes dimensões, conforme proposto pelo desenvolvimento sustentável, não tem significado transformações reais e necessárias na direção da construção da sustentabilidade socioambiental. A construção da ideia de crise ambiental enquanto discurso hegemônico proporciona e possibilita a constituição de sinais de mudanças e de busca de novos caminhos. Mas, estes caminhos são limitados pela centralidade do capital e suas regras de reprodução.

A leitura das realidades do meio rural, com a introdução e a ressignificação de práticas produtivas tratadas como orgânicas, e das cidades, com o consumo crescente de “produtos verdes”, exija olhares e análises atentas e desprovidas de amarras metodológicas centradas na produtividade e “matematização” dos fenômenos.

Neste capítulo, procura-se apresentar os aspectos relacionados ao consumo de produtos orgânicos e seu significado. O consumo de produtos orgânicos é parte do discurso moderno do mundo da sustentabilidade, um mundo construído com base na ideia de crise ambiental e no entendi-

mento da técnica aliada ao mundo da mercadoria capaz de solucionar os problemas considerados ambientais.

Concomitantemente, no campo da “alternativa” social ao modelo de produção e consumo voltado para a reprodução do capital, ocorrem avanços na leitura dos processos sociais ao incorporar na análise crítica as formas de usos e apropriação da natureza, o entendimento que “a natureza e o ambiente são catalizadores de processos de emancipação social e política” (COSTA, 2008, p. 79). Em outras palavras, é importante e essencial para a superação das fragmentações analíticas e de luta política.

A emergência do mundo da sustentabilidade é uma produção social e, portanto, prenhe de contradições e conflitos, essencialmente territoriais, com o reforço do mundo comandado pela mercadoria, mas também com possibilidades de emancipação social e política para além do mundo das alternativas centradas no econômico.

Nas palavras de Lipietz (2003), encontramos a pista para um caminho a ser perseguido na busca da emancipação:

Portadora de grandes ambições durante todo o século [referindo-se ao século XX], hoje a política está muito debilitada. Não há nenhum mal em que a política se torne mais modesta, entretanto sua atual impotência e seu enfraquecimento face à economia são extremamente perniciosos. Uma sociedade sem projeto político, entregue às forças do mercado e sugada pela espiral do “produzir cada vez mais” só pode levar ao crescimento das desigualdades sociais e das crises ecológicas. É urgente, portanto, dar novamente sentido e conteúdo à política. (LIPIETZ, 2003, p. 21).

A construção da crise ambiental está intimamente relacionada ao enfraquecimento da política enquanto campo de ação na busca por soluções para as questões centrais do mundo moderno. A reflexão sobre a produção do mundo da sustentabilidade remete ao questionamento da própria constituição do mundo ocidental moderno e a organização terri-

torial, conforme aponta Costa, quando indica a existência de um pensamento ambiental:

Ao nascer de um questionamento geral ao projeto de modernidade, o pensamento ambiental, em suas diversas vertentes, questiona, também, o modelo de organização territorial associado àquele projeto, sendo a urbanização contemporânea sua forma mais visível. (COSTA, 2008, p. 79).

Apesar de o pensamento ambiental questionar as premissas do mundo moderno ocidental, a proposta central para a solução da chamada crise ambiental é o consenso construído por meio das proposições do desenvolvimento sustentável. Portanto, a produção e o consumo de orgânicos compreendido como uma das maneiras de resolver a crise ambiental aparece como vinculados aos princípios da nova qualificação do desenvolvimento, assumindo uma roupagem sustentável.

O consumo de orgânicos nas cidades tem, entre seus componentes, as ideias do mundo da sustentabilidade em contraponto à crise ambiental. Ele possui elementos ambientais, econômicos, sociais e culturais entre as motivações para a busca de produtos diferenciados.

A localização da origem do produto é um dos fatores fundamentais na definição do consumo. A localização, associada ao discurso da sustentabilidade, da técnica e da cultura, confere, a determinados locais, a primazia da produção orgânica e sua valorização no mercado verde. A identidade construída sobre o lugar da produção é um dos elementos fundamentais para o consumo no urbano, para Font (2006):

[...] existe um interesse cada vez maior em explorar a experiência de estar situado no mundo, de estar em um lugar, um interesse cada vez maior em tentar dar resposta a por que os seres humanos criam lugares no espaço e os preenchem de significado. O lugar proporciona o meio fundamental através do qual damos sentido ao mundo e através do qual atu-

amos. Quando criamos lugares quando vivemos os lugares, criamos identidades. (FONT, 2006, p.38).



Foto 11. Comercialização de produtos em feira de produtos orgânicos em Lisboa-PT, identificando a origem do produto. Autoria: MORETTI, S.A.L. Janeiro 2012.



Foto 12. Comercialização de produto orgânico, em supermercado em Dourados-MS, com identificação do lugar de origem. Autoria: MORETTI, S.A.L. Setembro 2011.

A perspectiva da valorização do lugar de origem do produto é um contraponto à ideia cultuada e verdadeira do desapareço do produto a um lugar específico. Conforme aponta Canclini (2008), a oposição dualista entre o próprio e o alheio perde sentido:

[...] quando compramos um carro Ford montado na Espanha, com vidros feitos no Canadá, carburador italiano, radiador austríaco, cilindros e bateria inglesa e eixo de transmissão francês... As grandes empresas que nos fornecem alimentos e roupas fazem-nos viajar e engarrafarmo-nos em autoestradas idênticas em todo o planeta, fragmentam o processo de produção fabricando cada parte dos bens nos países em que o curso é menor. (CANCLINI, p.31-32).

A visibilidade da valorização da localização no mundo da sustentabilidade aparece na identificação da região e/ou país de origem do produto em sua embalagem. O lugar da produção agrega valor à mercadoria.



Foto 13. Produto de origem brasileira à venda no mercado Brio em Lisboa-PT PT, identificação do lugar de produção em destaque. Autoria: MORETTI, S.A.L.. Janeiro 2012.



A valorização da localização ocorre em função da identidade do lugar e sua inserção no mundo da sustentabilidade. A capacidade de construção do discurso em torno do produto sustentável confere ao lugar maior ou menor agregação de valor ao produto comercializado, inclusive algumas regiões atingem o reconhecimento do mercado verde mundial na produção de determinados produtos. Por exemplo, o café orgânico costarriquenho, o azeite orgânico português, o queijo da Serra da Estrela em Portugal, o vinagre orgânico da Espanha, a matéria prima para cosméticos amazônicos.

Os produtos incluem na sua marca a identidade do lugar, a forma de organização e as práticas locais de produção. O domínio da técnica de produção e dos ritmos e configurações da natureza no local – relevo, solo, clima, umidade, e demais elementos. Este conjunto permite a produção de determinados produtos com qualidade superior reconhecida pelo consumidor. É destacado ainda no mercado mundial, o processamento industrial dos produtos de origem orgânica realizado na Alemanha e na Holanda, países com reconhecida capacidade de produção industrial de produtos orgânicos.



Foto 14. Comércio de produtos industrializados com selos de produtos orgânicos no mercado Brio em Lisboa-PT. Autoria: MORETTI, S.A.L.. Janeiro 2012.



O consumo de produtos orgânicos faz parte do mercado internacional utilizando a máxima *das necessidades criadas*, ou seja, a construção de imagens e desejos que constroem a necessidade do ter. Para Bauman (2001), a sociedade atual superou a busca da satisfação das necessidades, sendo guiada no consumo pelo desejo:

O consumismo de hoje, porém, não diz respeito à satisfação das necessidades [...] o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o desejo – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não referencial que as necessidades, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificativa ou causa. A despeito de suas sucessivas e sempre pouco duráveis reificações, o desejo tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado. (BAUMAN, 2001, p. 88).

A soberania do ter, impulsionada pelo desejo na sociedade moderna, é associada ao desenvolvimento mensurado pela da quantificação de consumo, por meio do crescimento linear sem fim da capacidade de consumir. O que conta é o mais, é o ter, principalmente, mais mercadorias. O estágio alcançado pelas sociedades ocidentais “ricas”, que estariam na maturidade industrial, possuindo a capacidade de crescer ilimitadamente, é definido como o modelo de consumo a ser atingido. Assim se constitui o mundo moderno na chamada sociedade do consumo. O consumo de produtos orgânicos ocorre por dentro deste processo de construção do consumismo enquanto definidor da vida cotidiana. O uso de mercadorias produzidas de forma orgânica, conforme as normas especificadas em outro capítulo representa a busca de um modo de vida diferenciado em um mundo dominado pela artificialização, sem romper, entretanto, com as estruturas do mundo do consumo.

Com relação ao consumo e seu papel no mundo moderno, Canclini (2008) chama a atenção para uma questão fundamental: a passagem do sujeito cidadão para o sujeito consumidor. No processo de radicalidade da modernidade, o sujeito passa a ter suas reivindicações atendidas pelo mercado, deixando a esfera jurídico-político de ser o meio de atender às demandas dos cidadãos. Nas palavras do autor:

A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz a uma defesa da existência [...] de uma cidadania cultural, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos o Estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e limitado) a essa variedade de participações na vida pública; atualmente, o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através do consumo. (CANCLINI, 2008, p. 37).

A estrutura criada pelo mercado para o comércio dos produtos orgânicos atende ao desejo de parcela dos cidadãos do mundo portadores da necessidade de alterar o tipo de produtos que utilizam em seu cotidiano. Ou seja, ela atende à cidadania ecológica, no sentido de conservação ambiental e de vida saudável. Em sua tese de doutorado, Brei (2007) conclui:

O consumo não é uma prática material, nem uma fenomenologia da 'abundância', ele não se define pelo alimento que digerimos, pela roupa que vestimos, pelo carro que utilizamos, nem tampouco pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isso de uma forma sistemática. É a totalidade dos objetos e das mensagens constituídas que resulta num discurso mais ou menos coerente. Para se tornar objeto de consumo, é preciso que ele se torne um signo. Assim, o consumo deixou de ter seu significado antigo

de satisfação de necessidades e passou a significar também um processo de comunicação e de transmissão de valores, mensagens, ideias, *status* social, etc. (BREI, 2007, p.83).

O consumidor de produto orgânico, na perspectiva de cidadão com desejo relacionado à cidadania ecológica, participa do processo de consumo enquanto significado de um modo de vida sistematizado na perspectiva individual da vida saudável e do coletivo na salvação ecológica do planeta pelo do chamado consumo consciente. Conforme os depoimentos:

Compro alimentos biológicos, procuro uma vida saudável. (Entrevista com consumidor em mercado biológico em Lisboa-PT. C05 - 05/01/2012);

Utilizo alimentos sem produtos químicos para alimentação de meu filho, evito que ele tenha problemas de saúde no futuro. (Entrevista com consumidor em mercado biológico em Lisboa-PT. C03 - 05/01/2012);

Os alimentos biológicos são produzidos sem destruir a natureza, compro os que têm selo biológico, comprando estes produtos ajudo a diminuir a destruição da natureza. (Entrevista com consumidor em mercado biológico em Lisboa-PT. C07 - 05/01/2012);

Comprando alimentos orgânicos ajudo os pequenos produtores e eles ajudam a não destruir os rios, a terra... (Entrevista com consumidor em mercado em Dourados-MS. C12 – 11/06/2011).

O documento Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aponta as motivação para o consumo de orgânicos:

As motivações para comprar produtos orgânicos seriam a saúde pessoal e familiar, seguida da não utilização do uso de agroquímicos, do valor biológico, do sabor e aroma e, por último, da preocupação com o meio ambiente. (BRASIL, 2007, p.46).

Esta informação repete os dados obtidos nas entrevistas realizadas para esta pesquisa com consumidores em Dourados - MS e Lisboa-PT: a procura por produtos orgânicos é, na sua maioria, relacionada ao desejo individual de utilizar alimentos saudáveis. Também ela atende ao significado social do mundo sustentável pelo consumo individual de mercadorias com significados relacionados à busca de status social, além de atender a valores morais e ideias produzidas e disseminadas pelo modo de vida urbana moderna.

### 3.2 O valor do produto orgânico no mundo da sustentabilidade

O domínio do modo de vida urbano promove o distanciamento radical do chamado ambiente natural do cotidiano dos habitantes das cidades. Os elementos que significam o natural são destruídos ou escondidos, tanto quanto paisagem, como quanto território. As chamadas áreas verdes nas cidades são transformadas paisagisticamente em refúgios, reflexos artificiais de ideias de natureza construídas pela sociedade moderna urbana. Parques com gramados, lagos, árvores cultivadas, esculturas de animais, entre outros elementos, conferem a esses lugares o *status* de áreas naturais no urbano. Não é objetivo deste trabalho a análise do processo de distanciamento da natureza no urbano, mas o entendimento de tal processo é importante para compreender a busca pelo natural presente em parcelas da sociedade urbana.

A origem desse distanciamento é a própria constituição do mundo moderno. Conforme aponta Gonçalves (1989, p. 35), a “ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem o que pressupõe uma ideia de homem

não natural e fora da natureza [...]”. De forma contundente, Castoriadis (1987) explicita:

O importante, aqui, é a ‘coincidência’ e a convergência, constatadas a partir, digamos, do século quatorze, entre o nascimento e a expansão da burguesia, o interesse obsessivo e crescente pelas invenções e descobertas, a progressiva dissolução da representação medieval do mundo e da sociedade, a Reforma, a passagem ‘do mundo fechado ao Universo infinito’, a matematização das ciências, a perspectiva de um ‘progresso indefinido do conhecimento’ e a ideia de que o emprego apropriado da Razão é condição necessária e suficiente para que nos tornemos ‘senhores e possuidores da Natureza’(Descartes). (CASTORIADS, C. 1987, p. 114.).

A configuração do mundo moderno pressupõe o domínio e o distanciamento do chamado mundo natural. Ela provoca na cidade a crescente e inevitável ausência de elementos naturais enquanto materialidade – vegetação, animais, rios, solo, etc. – e também imaterialidade – referindo-se à cultura produzida a partir da relação com os elementos naturais, alimentação, saúde, lazer, músicas, dança, e demais. O distanciamento da sociedade urbana dos elementos da natureza é compreendido por parcelas desta sociedade como responsável pela promoção dos problemas presentes no mundo moderno, principalmente, aqueles vinculados à saúde.

O processo de “reencantamento” da natureza, fenômeno que toma corpo pós década de 60 do século XX, refere-se à busca de práticas que se aproximem de elementos naturais. Por exemplos a procura por remédios naturais para cura de doenças, atividades de lazer realizadas no campo e o uso de alimentos orgânicos para a alimentação. Portanto, a radicalidade da separação entre sociedade e natureza promove, em parcelas da sociedade mundial moderna, a necessidade e o desejo por elementos materiais e imateriais que se aproximem da ideia de natural.

Assim, concordo com a reflexão apresentada por Almeida (2003) sobre a evolução da ideia de natureza:

Várias foram às atividades dos homens em face da natureza, resultantes de suas concepções como selvagens, sublime, pura, divina, objeto de conhecimento, útil, recursos, sendo que estas ainda se manifestam, com variações, nas relações sociedades-coisas naturais. Embora o leque de entendimento sobre o natural se tenha ampliado, permanece em comum nestas visões a sua concepção como realidade alheia à intervenção social, como um produto único e exclusivo das leis da seleção natural e a exclusão de sua dimensão histórica. A natureza se visualiza, então, como negação da vida urbana, da cultura e das práticas sociais. (ALMEIDA, 2003, p. 72).

Concordando com esta perspectiva analítica da natureza como negação da vida urbana, o “reencantamento” pela natureza, transformada em práticas cotidianas por parcelas da sociedade, aparece como alternativa ao modelo dominante do urbano radicalizado no mundo moderno. No entanto, essas práticas realizadas pelas classes sociais que possuem capacidade de compra são realizadas como consumo de mercadorias, no mais puro processo de reversão da cidadania política em cidadania individualizada pelo consumo.

Em cidades como Dourados, com a produção da geografia tendo como centralidade o agronegócio, o consumo de orgânicos tem significado de contraposição ao discurso de desenvolvimento centrado na grande propriedade e na produção de *commodities* para exportação. A riqueza econômica local é fruto das atividades do agronegócio, tendo como base a exploração dos elementos naturais e da mão-de-obra barata e subjugada ao trabalho na cadeia produtiva agrícola da grande produção para o exterior. Portanto, o desejo pelo consumo de alimentos orgânicos contrapõe-se à base produtiva local e, pelo menos como ideia, aparece como diferenciada e alternativa ao criar demanda por este tipo de alimentos.

A produção e consumo de produtos orgânicos pode ser pensada a partir de aspectos que vão além da produção do capital, como a produção de valores e de atividades produtivas que tecnicamente se apropriam de práticas culturais consideradas ultrapassadas pelo modelo agrícola dominante. Mas elas fazem uso do conhecimento moderno sobre a natureza para criar técnicas produtivas diferenciadas, ou seja, a técnica culturalmente valorizada no processo de produção que visa à sustentabilidade da sociedade e não apenas o rendimento econômico.

A produção da natureza e sua relação com o território são construídas pelos grupos sociais de acordo com as culturas, as identidades e suas representações. Especificamente, a participação da produção e consumo orgânicos na construção de um território é por interesses econômicos, mas, também pelas operações simbólicas essenciais para estruturação e consolidação da prática produtiva e do consumo. Almeida (2003) afirma sobre a constituição territorial;

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em primeira instância, às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Porém, sua função não se reduz a esta dimensão instrumental: o território é também objetivo de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo, de natureza, e esta ocorre em decorrência de uma cultura ecológica. (ALMEIDA, 2003, p. 75).

Tal processo é dinâmico e o Mato Grosso do Sul vivencia as contradições do mundo moderno, percebidas nas relações entre a sociedade/natureza, nas relações sociais, no ambiente e na cultura. O movimento, as práticas socioambientais de grupos sociais com necessidades e desejos alinhados ao mundo da sustentabilidade promovem o embate no processo de constituição do território.

Os grupos sociais demanda um consumo de produtos alimentícios produzidos com técnicas que não utilizam agrotóxicos sintéticos. Conforme já fruto de um movimento da sociedade moderna de valorização das dinâmicas naturais na produção dos alimentos, que ao mesmo tempo, exigindo garantias da procedência orgânica dos produtos.

Para Font e Rufi (2006, p.41), os conceitos de globalização e de identidade são essenciais para compreendermos as dinâmicas do mundo contemporâneo e do fenômeno recente da produção e do consumo de produtos orgânicos. A globalização implica em uma relação dialética entre o local e o global passando por uma ampla gama de estados intermediários, colocando em evidência a importância da análise de escala no sentido global de hierarquia geográfica de diferentes níveis e dinâmicas territoriais.

Para os produtores orgânicos conseguirem a inserção de seus produtos no mercado consumidor global, necessitam do reconhecimento de uma normatização produzida pela racionalidade técnico-científica que seja compreendida, aceita e imposta globalmente. O reconhecimento é conferido por meio da certificação.

A linguagem técnico-científica é o instrumento universal de diálogo entre os diferentes lugares e suas práticas. O reconhecimento dos produtos e sua aceitação por diferentes culturas são balizados pelo julgamento técnico e científico normatizado por critérios definidos pela racionalidade do mundo moderno. Generalizando, pode-se afirmar que o produto orgânico participa da lógica capitalista moderna de produção de mercadorias, e de forma específica, a mercadoria definida como orgânica contém em si a ideia de ser cientificamente considerada diferenciada. O saber produzir produtos agrícolas sem o uso de componentes agroquímicos é aprisionado pelo controle das técnicas científicas que definem o produto como orgânico ou não. Concordo com as palavras de Matos (2010) quando ele associa a privatização do conhecimento com a produção do monopólio e do controle;

Reduzindo o indivíduo à condição de consumidor, o capitalismo contemporâneo é regressivo e se impõe



pelo monopólio de acesso às tecnologias relacionais que ele converte em tecnologias do controle. Nesse sentido, o capitalismo é regressivo, curto-circuito a livre circulação dos saberes, privatizando o conhecimento, convertido assim em mercadoria escassa (MATOS, 2010, p.107).

Assim, os produtos orgânicos são aceitos no mundo global como mercadorias escassas ao atenderem especificações técnicas de produção e de comercialização definidas pelas certificadoras estabelecidas e aceitas como capazes de fazerem esta avaliação. São mercadorias escassas ao passarem pelo controle do conhecimento privatizado.

Especificamente em Dourados - MS ocorre a comercialização em supermercados de produtos industrializados com selos de certificadoras. Estes produtos orgânicos são padronizados por critérios técnicos e estão presentes em diferentes áreas urbanas do mundo. A pesquisa com consumidores em Dourados foi realizada durante o ano de 2011. Ela teve como objetivo compreender como ocorre o consumo de produtos orgânicos em um lugar cujo domínio econômico, social e cultural da produção agropecuária está centrado no uso intensivo de agrotóxico, ou seja, objetivou-se vincular produção e consumo de orgânicos na produção de um território diferenciado. Foram entrevistados 12 consumidores no momento de suas compras em estabelecimentos que comercializam produtos orgânicos, especificamente, em um supermercado, em uma loja de produtos naturais, numa frutaria e na feira-livre.

Os supermercados em Dourados, de maneira geral, possuem uma gôndola ou seção específica para produtos naturais, entre eles, produtos industrializados com selos de orgânicos. Para a pesquisa de campo foi escolhida uma das lojas da maior rede de supermercados da cidade, onde são comercializadas verduras produzidas por produtores locais de orgânicos.

As verduras comercializadas nesse supermercado não possuem identificação quanto à origem orgânica elas são disponibilizadas ao consumidor na seção de legumes e verduras, conjuntamente com produtos

não orgânicos. Segundo relato do gerente da loja, isso ocorre porque o produto orgânico comercializado não possui certificação;

Toda produção é vendida diariamente. Na loja pesquisada, são disponibilizados diariamente 30 pés de verduras orgânicas. Na terça e quarta-feira de todas as semanas, o supermercado realiza promoção de legumes e verduras. Nestes dias, a venda é maior que os outros dias da semana. (Entrevista com gerente do supermercado em Dourados-MS, 06/06/2011).



**Foto 15. Comercialização de verduras orgânicas em supermercado em Dourados-MS, sem identificação e misturada com verduras comuns. Autoria: MORETTI, S.A.L.. Maio 2012.**

A maioria dos consumidores de verduras da rede de supermercados considerada nesta pesquisa não tem a informação de que o produto é orgânico, portanto, não faz o consumo pelo fato de serem orgânicos.

Em Dourados, foi identificada uma loja voltada especificamente

para a comercialização de produtos naturais e que também comercializa produtos orgânicos. Ela está localizada na área central da cidade, onde são vendidos produtos industrializados como cereais, sucos, pães, alimentos prontos, entre outros produtos. A clientela dessa loja é composta por consumidores de alto poder aquisitivo, que utilizam os produtos orgânicos como complemento alimentar no seu dia-a-dia. Um consumidor relata:

Compro cereais orgânicos para comer junto com frutas, faço um mix de cereais com fruta para o café da manhã. [...] prefiro estes cereais porque são orgânicos, naturais. [...] Aproveito a vinda à loja e já compro o pão, que é feito com produtos naturais. (Entrevista com consumidor em Dourados. C09. Realizada em 12/06/2011).

A clientela da Frutaria Caxias do Sul, localizada no centro comercial de Dourados, considerada neste trabalho também atende a um público de classe média e alta que procura verduras, legumes e alimentos diferenciados, como produtos orientais.

Ou então a venda de orgânicos não é o principal atividade comercializado pela Frutaria, sendo complementar aos outros produtos vendidos. O consumidor deste estabelecimento não tem hábitos variados e de produtos orgânicos, de acordo com sua fala busca a qualidade “Faço compra normalmente aqui, as verduras e legumes são de ótima qualidade, quando encontro algum produto orgânico eu compro [...] não venho comprar aqui por causa dos orgânicos” (Entrevista com consumidor C05 - realizada em 12/06/2011).

A frutaria identifica acima, os produtos que são orgânicos, e os preços destes produtos são mais altos que os similares não orgânicos.



Foto 16. Tomate orgânico comercializado na Frutaria em Dourados-MS.  
Autoria: MORETTI, S.A.L.. Setembro 2011.

Os produtos de origem orgânica são comercializados nas mesmas prateleiras que os normais, colocados lado a lado, possibilitando ao cliente a escolha pelo tipo e preço. Segundo o gerente da loja, esta estratégia é positiva para o cliente que compara o preço e a qualidade e define a compra.

Por fim, encontramos produtos orgânicos comercializados em feiras semanais ou eventuais na cidade de Dourados. A feira maior e mais tradicional da cidade ocorre aos sábados e domingos, na Rua Cuiabá. Nesta feira, os produtores de orgânicos vendem seus produtos, mas não os identificam como orgânicos. Também neste caso, como no supermercado, os consumidores normalmente não sabem que estão comprando produtos orgânicos. Mas, diferentemente do supermercado, existem os clientes fixos dos produtores, que conhecem o trabalho dos agricultores e procuram comprar seus produtos semanalmente.

Outra forma de comercialização é a venda direta ao consumidor, realizada pelo produtor de porta em porta, sem a participação do comércio formal. Estes produtos orgânicos não possuem certificações e a compra e vendas têm como base a confiança do consumidor no produtor. O comércio de produtos orgânicos sem certificação em lojas e supermercados, o consumidor confia na palavra do comerciante sobre a origem e a qualidade orgânica do produto. A feira, menos conhecida, é a feira da Economia Solidária que ocorre semanalmente no interior da Cidade Universitária de Dourados<sup>14</sup>. Esta feira é organizada pelas incubadoras sociais da UEMS e da UFGD, e possui entre seus expositores pequenos produtores agrícolas de orgânicos.

Os consumidores dos produtos lá vendidos são técnicos administrativos, acadêmicos e professores das universidades. Estes consumidores procuram os produtos orgânicos e demonstram consciência sobre o tipo de produto que consomem. Conforme o relato “[...] compro os produtos da feirinha semanalmente. O problema é que ela não é constante; às vezes não tem produtos, ou não tem a feira. Mas, quando tem, sempre procuro comprar os produtos orgânicos. (Entrevista com consumidor – C04 – realizada em 04/04/2011).

As múltiplas formas de consumo de alimentos orgânicos demonstram a capacidade de inserção deste tipo de produto no mundo moderno, atendendo a diferentes necessidades e desejos dos cidadãos. A regulamentação da venda dos produtos locais, a princípio, cria dificuldade de escoamento, mas com a venda direta ao consumidor, ou seja, “*de porta em porta*”, cria-se uma demanda de consumo.

É comumente divulgado e aceito que a produção e o consumo dos produtos orgânicos estão intimamente relacionados ao processo de valorização e/ou de “reencantamento” da natureza, processo este fortalecido no final do século XX, em decorrência das diversidades das crises

---

14 A Cidade Universitária de Dourados é composta pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados.

apresentadas neste período, com destaque para a crise ambiental, com o risco presente de destruição das condições naturais de vida humana no planeta terra.

A noção de sustentabilidade surgiu como uma espécie de “antídoto” contra a panaceia da crise societária. Ela é apresentada como instrumento para solucionar os problemas impostos pela sociedade moderna. Em nome da sustentabilidade, são constituídas propostas para amenizar a crise ambiental, porém de um modo que garantam a continuidade do direito de consumir. Nesta linha de proposição, Khatounian (2001) apresenta a proposta da educação para o consumo como fundamental para avançar no processo de sustentabilidade.

A médio e longo prazo, a despeito de todos esses esforços anteriores, possivelmente pouco se atingirá sem uma política global de reeducação dos consumidores, seja com agricultura orgânica ou convencional. Essa reeducação vai além da alimentação, espraiando-se por todas as áreas do consumo. Por isso, também poderia ser chamada de educação para o consumo. (KHATOUNIAN, 2001, p. 51).

Em outras palavras, pode ser entendido que o autor propõe a formação de um padrão e/ou modelo de consumo direcionado a atingir os índices estabelecidos de sustentabilidade.

Um aspecto raramente focado nas publicações sobre os alimentos orgânicos diz a respeito ao seu consumidor: quem é o consumidor deste tipo de produto? Quais suas necessidades? De que maneira ocorrem as transformações dos hábitos de consumo destes cidadãos?

Os padrões de consumo não podem ser definidos igualmente para toda a sociedade global. Não se trata apenas uma questão aritmética, um cálculo mundial do limite da natureza, também é uma questão social e cultural que implica em inúmeras variáveis agrupadas em dois grandes processos: as questões econômicas e políticas entre os países e sua capaci-

dade de decisão; e as questões éticas de cada sociedade e sua capacidade de resistência a imposição de normas e práticas socioculturais desvinculadas das questões territoriais.

Qual a perspectiva de consumo sustentável para milhões de pessoas no Brasil, que deixam nos anos recentes a linha de miséria e ascendem para as “classes D e C”, adquirindo capacidade de consumo nunca antes imaginado? O que seria o consumo sustentável para estas pessoas?

Institutos e grupos de pesquisas se dedicam à busca da concretização de indicadores da sustentabilidade ambiental, entre eles, o World Resources Institute - WRI, um dos pioneiros no desenvolvimento de pesquisas sustentáveis conforme destacam Marzall e Almeida (2000). Entretanto, não conseguem definir índices e metas centrais que possam criar modelos de consumo sustentáveis, não conseguindo também impor indicadores aceitos mundialmente voltados para a transformação da sociedade pelo consumo.

Os indicadores sobre a produção e o consumo de orgânicos apresentados na última feira internacional sobre o assunto, a World Organic Trade Fair - Biofach<sup>15</sup>, em Nuremberg, Alemanha, realizada em fevereiro de 2012, indicam um crescimento de 20% da produção mundial em relação ao ano de 2010. Estes dados foram divulgados no recente livro “The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2012” lançado na mesma feira. Conforme os dados apresentados, o setor movimentou no mundo todo um valor de US\$ 59 bilhões no ano de 2011 (dados da International Federation of Organic Agriculture – FiBL- 2012) e a ocupação de terras com produtos orgânicos aumentou:

Trinta e sete milhões de hectares de terras agrícolas em todo o mundo são cultivados organicamente.

---

15 BIOFACH: World Organic Trade Fair (Feira Internacional de negócios de produtos orgânicos) originalmente ocorre anualmente na Alemanha, porém, possui extensões em todos os continentes. No Brasil, ocorreu uma edição da *Biofach da América Latina*, em 2003, na cidade de São Paulo.

[...] O maior crescimento de terra agrícola orgânica concentra-se na Europa, onde a área aumentou em 0,8 milhões de hectares (9% em comparação com 2009). (FiBL, 2012, tradução nossa).

A perspectiva positiva para este mercado promove um aceleramento no processo produtivo e é apontado como comércio do futuro, ela emerge nos países centrais, com destaque para os países da Europa ocidental, onde os produtos orgânicos são encontrados para venda em diferentes estabelecimentos comerciais: supermercados, lojas especializadas, feiras, entre outros. Também formatos diversificados produtos in natura e produtos industrializados.

Os consumidores orgânicos são analisados em diferentes perspectivas analíticas. Portilho (2003) faz uma abordagem dos consumidores de produtos orgânicos como participantes da construção do mundo da sustentabilidade; já Brei (2007) aponta para a ideia de satisfazer as necessidades e desejos produzidos socialmente no mundo moderno; por fim, Canclini (2008) aborda os consumidores de produtos orgânicos como cidadãos, fazendo uma importante reflexão crítica sobre o ato de consumo de produtos orgânicos estar vinculado à ideia de transformação pelo consumo, substituindo as utopias coletivas transformadoras.

Estes diferentes discursos estão nas falas dos consumidores de produtos orgânicos entrevistados. Em Lisboa-PT foram entrevistados 30 consumidores, que se identificaram como consumidores de orgânicos, no período de 20 de novembro de 2011 a 01 de fevereiro 2012, nos supermercados especializados e **feiras livres**.

A técnica de entrevista utilizada foi a abordagem aleatória, escolhendo alguns cidadãos após a observação do pagamento das compras realizadas. As entrevistas foram feitas em diferentes dias da semana e em diferentes horários do dia. Os locais das entrevistas foram definidos após análise dos supermercados exclusivamente de produtos orgânicos. No caso, duas redes de supermercados exclusivamente a comercialização de



produtos orgânicos em Lisboa-PT, localizados em diferentes áreas da cidade.

O primeiro supermercado, Brio, possui uma rede de cinco lojas em Lisboa-PT, nas freguesias do Chiato, Campo Ourique, Carnaxide, Alcantra e Estoril.<sup>16</sup> Cada uma destas lojas atende a públicos diferenciados. A loja localizada no Chiato, definida para a análise, é a mais antiga da rede. Localizada em área tradicional turística possui o maior fluxo de frequentadores da rede, segundo informações da gerente, em função da sua localização, um local de concentração de comércio, ocorrendo um fluxo maior de consumidores (Entrevista com gerente de supermercado em Lisboa-PT, realizada em 06/01/2012).

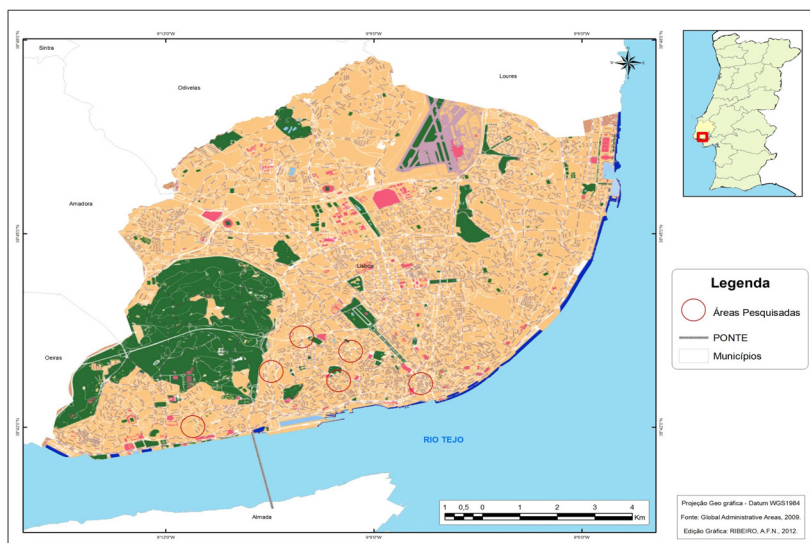


Figura 7. Locais da área urbana de Lisboa-PT onde foi realizada a pesquisa de campo

16 Em Portugal, utiliza-se o termo freguesia como referência ao bairro ou distrito. As freguesias possuem relativa autonomia financeira e administrativa. Os locais onde estão localizados os supermercados orgânicos são a freguesia do Chiato, Campo Ourique, Carnaxide, Alcantra e Estoril.



Foto 17. Supermercado Brio, em Lisboa-PT – PT, no Chiato.  
Autoria: MORETTI, S.A.L.. Janeiro 2012

Os frequentadores dessa loja são de diferentes perfis: trabalhadores do comércio, turistas e consumidores regulares. Segundo o gerente, estes “consumidores buscam alimentação orgânica e barata”. O processo de se tornar dos seus consumidores passa por um roteiro temporal: a princípio, compram as comidas orgânicas prontas e, aos poucos, começam a frequentar as gôndolas, primeiramente, as de higiene pessoal e beleza; depois, aquelas de produtos de saúde considerados naturais, como chás e remédios fitoterápicos. Mais tarde, compram os alimentos orgânicos *in natura* para levarem para casa, estes produtos estão na parte do fundo do mercado como uma estratégia de venda (Dados obtidos em entrevista com gerente de supermercado em Lisboa-PT, realizada em 06/01/2012).

Com o objetivo produzir o consumo, capacitar e criar o desejo pelos produtos orgânicos, a rede realiza constantemente eventos, palestras, *cooking-show* e demonstrações gastronômicas.

Outra prática diferenciada da rede Brio é que o produtor entrega os produtos pela porta da frente, em horário comercial, buscando aumentar a confiança do consumidor em relação ao produtor.

Outro supermercado definido para a amostra foi o *Miosotis*, com duas lojas em Lisboa-PT é o próprio gerenciadas empreendimento. O proprietário foi produtor agrícola de produtos orgânicos e é representante classista dos produtores orgânicos, diretor da Associação Inter profissional para a Agricultura Biológica - INTERBIO<sup>17</sup>.



Foto 18. Loja do supermercado Miosotis em Lisboa-PT.  
Autoria: MORETTI, S.A.L.. Novembro 2011.

---

17 A INTERBIO – ASSOCIAÇÃO INTERPROFISSIONAL PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA – é uma associação portuguesa, sem fins lucrativos, de natureza Inter profissional, que nasceu em 2005 para a defesa e representação dos interesses dos operadores de agricultura biológica. A INTERBIO integra operadores de todos os sectores da agricultura biológica: produtores, transformadores, a condicionadores, comerciantes, certificadores, técnicos etc. [www.interbio.pt](http://www.interbio.pt). (acesso em 05/03/20112).

A passagem de produtor rural convencional para produtor orgânico ocorreu devido à perspectiva do mercado. Ele considera o segmento de orgânicos como “um nicho de mercado com futuro.” Também considera importante “contribuir para a superação do problema ambiental.” Assim ele investiu em sua formação pessoal participando de cursos sobre produção e comércio de produtos orgânicos na França e na Alemanha. Iniciou a produção em propriedade familiar e a comercializava em feiras livres na cidade de Lisboa-PT. O supermercado é viabilizado com financiamento da União Europeia, sendo o primeiro supermercado direcionado exclusivamente ao comércio de produtos orgânicos.

A abertura da segunda loja foi realizada utilizando os recursos advindos do comércio praticado na primeira loja, e o proprietário consegue articular uma entidade não governamental, que concentra os profissionais atuantes na comercialização de produtos orgânicos, chamada INTERBIO (Dados obtidos com entrevista com proprietário de supermercado, realizada em 10/01/2012).

A INTERBIO é promotora de eventos ligados aos profissionais do comércio e distribuidora de produtos orgânicos, como a VI Semana de Produtos Biológicos de Lisboa-PT e a Semana do Consumidor Consciente de Lisboa-PT, e promove uma ligação direta entre os comerciantes e produtores estabelecendo suas regulamentações e preços.

A loja no qual foi realizada a pesquisa atende a população da Freguesia do Saldanha. Esta clientela caracteriza-se por ser de classe média e residencial, o perfil do morador se concentra em dois segmentos: os jovens casais construindo família e a população envelhecida. Portanto a loja consegue atingir dois segmentos diferenciados de consumidor, os produtos à disposição visam atender o público diversificado.

Nas entrevistas com os frequentadores dessa loja foi possível identificar que eles são mais assíduos e possuem plena confiança nos produtos e no proprietário que está constantemente atendendo o consumidor.

A pesquisa nos supermercados de Lisboa-PT indica que os produtos orgânicos, assim como foi verificado na pesquisa no comércio em

Dourados-MS, são comercializados por preços superiores aos produtos convencionais. Mas este fato não foi considerado pelos consumidores com inibidor para a compra, que destacam o fato de estarem consumindo produtos de melhor qualidade e com produção em menor escala, o que encarece o produto final. Foi ressaltado “[...] os produtos orgânicos sempre são mais caros, mas são mais saudáveis, dá mais trabalho produzir orgânico, acho ser justo ser mais caro, mas às vezes é muito caro.” (Entrevista realizada com consumidor em Dourados-MS, C11, 11/06/2011).

Ao analisar a composição do preço dos produtos orgânicos, Carvalho (2000) tenta explicar as motivações para o valor mais elevado: Para ele os preços, que em regra geral são mais elevados do que os praticados em produtos equivalentes convencionais, em consequência do custo de produção ser mais elevado, mas, também, das exigências da concorrência convencional. Por outro lado, os estabelecimentos aproveitam para vender estes produtos como “produtos de luxo”, realizando margens muito superiores às praticadas na generalidade dos produtos. (Carvalho, 2000, p.46). Foto 19.



Foto 19. Verduras em exposição para venda em loja em Dourados-MS. Destaque para a diferença nos valores dos produtos. Autoria: MORETTI, S.A.L.. Maio /2012.

O valor superior dos preços dos produtos orgânicos em relação ao convencional é uma das contradições do processo de produção e de consumo desse tipo de produto. A produção sai do campo como produto de sustentabilidade socioambiental, como apresentado no capítulo anterior, porém ao ser comercializado é considerado como um produto diferenciado, de luxo, agregando no valor do produto final a questão subjetiva do desejo do consumo de produtos melhores para a saúde individual do consumidor e para o planeta.

Para Truninger (2010), o preço nem sempre ganha centralidade nas justificativas alimentares dos consumidores. Para eles nem sempre os consumidores agem em conformidade com premissas da maximização da utilidade e minimização do custo econômico de um produto. Assim as teorias econômicas neoclássicas têm dificuldades em responder e reconhecer este fenômeno de consumo. As entrevistas realizadas com os consumidores corroboram com esta afirmativa ao indicarem que existem formas plurais e justapostas para definir o consumo dos produtos orgânicos.

As justificativas para o consumo de produtos orgânicos são variadas, como alimento natural, saborosos, de boa qualidade, ecológico, éticos, produzido por métodos tradicionais, inovadores, entre outros. Ou seja, temos uma pluralidade e multidimensionalidade na motivação para o consumo, muitas vezes superando a racionalidade econômica.

Ainda Truninger (2010), tem demonstrado que o motivo do aumento do consumo dos produtos orgânicos é provocado pela divulgação constante nos meios de comunicação de problemas de saúde gerado pelo consumo de determinados alimentos, movimento conhecido como “Pânicos Alimentares”.

Os “Pânicos Alimentares” vivenciados recentemente no mundo são frutos de divulgação planetária, pelos meios de comunicação, de doenças originárias do consumo de alimentos. Por exemplo, ela cita as doenças originadas em lugares específicos, mas que atingem milhares de pessoas em curto espaço de tempo, como *doença da vaca louca*, a *gripe aviária* e a *febre aftosa*. Normalmente, estas doenças estão vinculadas a produtos genética-



mente modificados ou a superbactérias geradas no processo de criação de determinados alimentos. Também está relacionada à ideia de “Pânico Alimentar” a vinculação de notícias referente ao consumo inadequado de determinados produtos, gerando, por exemplo, a obesidade infantil, que em países como os Estados Unidos já é tratada como doença social<sup>18</sup>.

A divulgação planetária desses problemas de saúde vinculada à alimentação promove a insegurança da população e reforça a discussão sobre o tema segurança alimentar e momentaneamente gera o aumento do consumo de produtos orgânicos.

Especificamente no Brasil, o uso de agrotóxico pode ser considerado como um problema de saúde coletiva. De acordo com dados apresentados pelo pesquisador Pinheiro (2012). O Brasil é considerado como o maior consumidor de agrotóxico do mundo: estima-se que cada brasileiro consuma em média 5,2 litros de veneno por ano, uma quantidade muito superior ao permitido pelas legislações vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Nas entrevistas realizadas com consumidores de produtos orgânicos, a saúde individual aparece como primeiro motivo para a mudança para o consumo de produtos orgânicos, mais especificamente no Brasil, um motivo relevante é o uso de veneno na agricultura. Para exemplificar;

Sei que os alimentos são produzidos com o uso de veneno, passei a consumir produtos orgânicos sem veneno. (entrevista com consumidor – C11 - em Dourados-MS, realizada em 11/06/2011);

Para produzir hoje estão usando muito veneno para matar pragas, para o alimento ficar pronto para colher mais rápido, estas coisas devem ficar no corpo

---

18 Estudos sobre os índices de obesidade infantil são divulgados constantemente por órgãos de comunicação do mundo todo. A ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – tem estudado e divulgado dados sobre obesidade infantil no Brasil. [www.abeso.org.br](http://www.abeso.org.br).

da gente, ai decidi procurar comer mais produtos orgânicos. (entrevista com consumidor – C09 - em Dourados-MS, realizada em 11/06/2011).

Dos produtores de orgânicos entrevistados para esta pesquisa, todos informaram que um dos motivos mais relevantes para terem optado pelo orgânico foi a saúde, prejudicada pelo manuseio de veneno na produção.

O entrevistado P-18, morador do Distrito de Itahúm, distante 22 km de Dourados-MS, em sua entrevista afirma que na horta orgânica possui “um sócio efetivo, os insetos, e só vende aquilo que os bichos não conseguiram comer.” Acredita estar passando ao consumidor um produto sadio livre de agrotóxico.

Minha produtividade é baixa, os bichos comem muita coisa, mas prefiro assim, tive muitos problemas de saúde e sei que foi o veneno agrícola. Agora não tenho mais, estou bem de saúde, e quem compra não vai ficar doente. (entrevista com produtor de Dourados, P-18, realizada em 05/06/2011).

Os motivos apontados pelos produtores e consumidores para optarem pelo produto orgânico constroem um discurso de um circuito “alternativo” ao mercado. O sentimento apresentado pelos produtores e consumidores de Dourados. Trata-se da participação em um singelo e romântico mundo alternativo que busca, com muitos problemas para a produção e o consumo, uma vida mais saudável e socialmente mais justa.

A confiança aparece como a palavra chave na relação entre o produtor, o comerciante e o consumidor. Confiança de que o produto está livre de agrotóxicos, confiança no preço justo e confiança na fidelidade do consumidor.

Mas, algumas práticas do mundo moderno urbano exigem posturas vinculadas à racionalidade técnico-científica, conforme indicam as entrevistas com consumidores de Lisboa-PT:



Compro os produtos com selo de biológico, e observo a origem do produto, é estampado na embalagem, só compro os de origem portuguesa. (Entrevista com consumidor – C04, realizada em Lisboa-PT em 06/01/2012);

No Brio os produtos são todos estampados com selo biológico e a região de origem do produto. Não compraria sem estas informações. (Entrevista com consumidor – C09, realizada em Lisboa-PT em 20/12/2011).

Os produtores precisam da certificação para ampliar suas vendas. O comerciante, para agregar valor ao produto orgânico, principalmente o *marketing*, necessita de instrumentos legais para divulgar a venda dos produtos. E com a ampliação do número de consumidores, aqueles com conhecimento da existência da certificação exigem garantias da qualidade orgânica dos produtos.

A “Quinta Vão Pequeno”, na freguesia de Lamasosa, distante 120 km de Lisboa-PT, tomamos conhecimento de que a propriedade é toda certificada pela auditoria privada. O proprietário questiona os altos valores cobrados pela certificação que inclui o uso da água e da terra, enquanto a produção convencional não tem essa obrigatoriedade.



Foto 20. Exposição de produto orgânico em prateleira de comércio em Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L.. Junho 2011.

O comércio de produtos orgânicos assume sofisticação a partir do uso de técnicas de armazenamento, transporte, certificação e distribuição, seguindo normas da racionalidade urbano-industrial. Algumas imagens captadas no momento da comercialização em Lisboa-PT e em Dourados, apresentadas no quadro de fotos a seguir, quadro (2) permitem visualizar a estruturação do comércio de orgânicos.

## Quadro 2. Produtos de Origem Orgânica em Dourados- MS e Lisboa-PT

 <p>Divulgação de marca de produtor orgânico, Portugal. Autoria: MORETTI, S.A.L., 12/12/2011.</p>	 <p>Embalagem de café orgânico produzido na região da Grande Dourados e comercializado em loja em Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L., 08/03/2011</p>
 <p>Veículos climatizados utilizados para transporte de produtos orgânicos da área de produção para a área de comercialização em Lisboa-PT. Autoria: MORETTI, S.A.L., 07/01/2012.</p>	
 <p>Disposição dos produtos orgânicos à venda em feira na cidade de Lisboa-PT, com destaque para a identificação do produtor. Autoria: MORETTI, S.A.L., 07/01/2012.</p>	 <p>Comércio de cosméticos orgânicos em loja no centro de Lisboa-PT. Autoria: MORETTI, S.A.L., 07/01/2012.</p>
 <p>Comércio de alimentos orgânicos em supermercado biológico em Lisboa-PT. Autoria: MORETTI, S.A.L., 30/11/2011</p>	 <p>Barraca de produtos orgânicos em feira na cidade de Lisboa-PT. Autoria: MORETTI, S.A.L., 07/01/2012.</p>

As formas que assumem o comércio dos produtos orgânicos vinculam-se à constituição do comércio do mundo moderno e sua racionalidade burguesa, e à criação de desejos e necessidades objetivando a obtenção de lucro, participando da reprodução do capital.

As diferenças visíveis entre o comércio em um lugar e outro, são resultado dos tempos e escalas que cada lugar vivencia. Em Lisboa-PT, o comércio de orgânicos participa de uma rede consolidada que vincula produtor e comerciante, às vezes sujeitos diferentes, outras vezes o mesmo sujeito, mas que no ato de comercialização constituem uma rede nacional. A rede nacional está vinculada à rede europeia de produtores e comércio de orgânicos, constituindo-se um movimento articulado de inserção, de disputa e competição pelo mercado. O comércio dos orgânicos produzidos em Dourados tem como característica, no caso de produtos vendidos em lojas, o vínculo pessoal entre o agricultor e o comerciante. No caso da venda em feira, o comércio é realizado diretamente por cada produtor individualmente, dependendo de sua capacidade de transporte do campo para a cidade.

Significativa em Dourados é a iniciativa de grupos de produtores na participação em rede de economia solidaria, principalmente, organizando a comercialização. Pequenos produtores rurais mediados por projetos de órgãos vinculados ao poder públicos – ministérios, universidades, secretarias estaduais e municipais, e mesmo pelo SEBRAE<sup>19</sup> - organizam-se em grupos solidários de comércio. Alguns produtores orgânicos participam dessa iniciativa, fazendo parte da rede de economia solidária, integrados a produtores não orgânicos. Portanto, o que os une, mais do que a forma de produção, é a condição de pequeno produtor e a possibilidade de decisão coletiva sobre o que produzir e o destino da produção. Como ensina Singer (2002, p.18), “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão”.

---

19 SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

A análise teórica das práticas baseadas nos preceitos da economia solidária é feita por pesquisadores em diferentes partes do mundo, entre eles Paul Singer (2002), Euclides A. Mance (2008), Luiz Inácio Gaiger (2008), Susana Hintze (2003), Marisa F. L. Farias (2006). No entanto, é fundamental refletir sobre as possibilidades dos produtores e consumidores de produtos orgânicos participarem de uma rede de solidariedade para além do objetivo do consumo de alimentos saudáveis, e pensar na possibilidade de participação em estruturas de produção e consumo que apontem para práticas diferenciadas de solidariedade e gestão democrática.

A rede constituída pela economia solidária em Dourados, centrada no pequeno produtor agrícola, permite que os produtos cheguem à cidade e sejam comercializados em feiras, caracterizando-se numa forma encontrada pelos agricultores para superar a dificuldade de circulação das mercadorias. Os produtores orgânicos participantes desta rede conseguem, com esta estratégia, atingir um público maior de consumidores.

Participo das atividades desenvolvidas pela Economia Solidária, vou às reuniões. Fiz cursos para administrar melhor e sempre que tem alguma feira de produtos eu participo. Um ajuda o outro no transporte, na venda. Vendo bem os produtos. Facilita porque tem o transporte, os eventos junta gente, aí vende mais. (Entrevista com produtor orgânico em Dourados-MS, P06. Realizada em 03/05/2011).

O consumidor, nesse caso, tem conhecimento da sua participação em uma rede diferenciada, com práticas de solidariedade. Ele é moldado para o consumo desse tipo de produto; ele reconhece o diferencial do processo de produção e comercialização.

Sempre que tem feira da Economia Solidária, eu procuro participar e comprar os produtos, principalmente os produtos orgânicos. O problema que encontro é que não é uma venda constante; somente encontro quando tem feiras em eventos aqui

na universidade. Não encontro este pessoal para comprar na cidade. (Entrevista com consumidor em Dourados-MS, C13, realizada em 18/03/2012).

A questão apontada pelo consumidor é um dos principais entraves ao comércio de produtos orgânicos, a dificuldade em encontrar os produtos para compra, ou seja, a distribuição da produção.

A estrutura produtiva montada na região da Grande Dourados é direcionada para a produção de *commodities* – cana; soja, milho, entre outros – não existindo infraestrutura específica para a circulação da pequena produção destinada ao consumo interno. A produção e o consumo de orgânicos, mesmo com a construção de imagem e de necessidades em escala mundial (o mundo da sustentabilidade), são submetidos à lógica central do capital, à sua reprodução e à disputa pela hegemonia das formas e estruturas de acumulação. Na Região da Grande Dourados, a estrutura produtiva e de consumo de alimentos vincula-se ao poder do agronegócio. A cultura produzida no local é associada diretamente à construção do agronegócio. Desta forma, a música, a alimentação, a dança, enfim, as representações culturais são produzidas no processo de produção do território do agronegócio.

A produção e o consumo de produtos orgânicos vinculados a um processo mundial de ressignificação cultural na Região da Grande Dourados são apresentados como alternativos, como marginais no sentido de não estarem incorporadas às estruturas e práticas sociais hegemônicas cotidianas. Nesse sentido, os consumidores locais de produtos orgânicos criam nichos de consumo específicos, criando uma rede de contato e troca de experiências que passam pelo conhecimento de práticas e técnicas distantes do cotidiano local. A rede de consumo informal está diretamente vinculada à pequena escala de produção e consumo, sendo possível o conhecimento de quem produz e onde se produz, e de quem comercializa e onde se comercializa, estando, portanto, desvinculada de redes produtivas e de comércio em grande escala.

Esta parece ser um dos embates fundamentais vivenciados na produção e consumo de orgânicos. A pequena escala permite o conhecimento e o controle, mas a pressão pelo ganho de escala, o aumento da capacidade de disputa de mercado e a competitividade dos produtos promovem a mudança espaço-tempo da produção e do consumo.

A participação dos produtos orgânicos no mundo da mercadoria e a transformação do valor de uso para o valor de troca impõem práticas sociais, econômicas, culturais e ambientais diferentes do apresentado pelos discursos dos produtores e consumidores de orgânicos. Em sua essência, a mercadoria orgânica apresenta um caráter fetichista como qualquer outra, participando do mundo global competitivo. No próximo capítulo, a proposta é tratar da construção da espacialidade na relação entre agricultura orgânica e mercadoria.





## Capítulo 4

### A PRODUÇÃO DA MERCADORIA COM A MARCA DO VERDE: O ORGÂNICO NO MUNDO DO MERCADO

*En principio, comprar productos biológicos es participar en el desarrollo de una agricultura generadora de vida y luchar contra la devastación del medio ambiente; es rechazar el consumo a ultranza, respetar a los animales, proteger la salud. Es también un modo de resistencia a la fealdad invasora, es ser responsable de las propias elecciones en un aun relativamente preservado, es una forma de libertad, una esperanza. Es combatir a favor del futuro del mundo. (Un apetitoso mercado para las multinacionales. Le Monde diplomatique. Julio/1999. (Acessado em 11/07/2012).*

As discussões realizadas até aqui embalam as questões apresentadas neste capítulo, que pretende reforçar temas apresentados anteriormente, mas, principalmente, tem o objetivo de apontar para a centralidade analisada: as contradições e disputas vivenciadas na produção do território do orgânico no mundo da sustentabilidade em uma região dominada pelas estratégias do agronegócio.

A percepção dos produtos orgânicos como fora do mercado e da lógica de reprodução do capital foi construída por duas forças antagônicas, mas complementares: uma hegemônica, presente no discurso e na prática do produtor vinculado ao agronegócio, que utiliza técnicas com base na indústria química para aceleração da produção e consequentemente da escala de produção, constituindo cadeias produtivas complexas e atendendo a um amplo mercado consumidor mundial; e outra considerada como a força da produção alternativa ao modelo do agronegócio, formada por pequenos produtores de produtos sem o uso de agroquímicos no proces-

so produtivo, vinculados à ideia da conservação ambiental, que atende ao consumidor local, muitas vezes com relações comerciais simples, baseadas na confiança da qualidade do produto e no preço justo.

Os produtores vinculados ao agronegócio apontam a inviabilidade econômica da produção orgânica e a incapacidade desta em atender à demanda mundial de alimentos com base na produção orgânica. Já os produtores de orgânicos pregam o atendimento ao mercado local, a venda direta ao consumidor, a produção realizada com insumos produzidos na própria propriedade.

Como apresentado nos capítulos anteriores, as perspectivas da produção orgânica desvinculada do mercado capitalista são discursos algumas vezes ingênuos, outras vezes fantasiosos, fora da realidade vivenciada por produtores e consumidores que enfrentam as dificuldades impostas pelo controle do mercado exercido pelas grandes empresas, pela hegemonia do grande capital na produção e comercialização de alimentos. As análises que desconsideram os conflitos e as disputas no chamado “mundo verde” começam a ser rompido e superado com o domínio cada vez mais visível das grandes empresas mundiais na produção e comercialização dos chamados orgânicos, constituindo cadeias produtivas vinculadas a esse tipo de produto.

Autores como Caporal e Costaberbe (2007) e Schultz (2006) apontam para o perigo dos desvios nos princípios da prática produtiva e de comercialização de produtos orgânicos a partir do controle das grandes empresas sobre o chamado mercado dos produtos orgânicos, que passam a impor transformações estruturais com o objetivo de padronizar a produção com base na racionalidade econômica.

Sobre este assunto, Ruy Moreira (2006) esclarece de forma inequívoca o papel da transformação da ideia de riqueza para a de valor na configuração do mundo moderno. Para o autor, riqueza, nas sociedades antigas, é “(...) *entendida como tudo que é capaz de contemplar as necessidades dos homens.*” Assim, natureza e trabalho são “(...) *entendidos como formas de riqueza inatas.* *A natureza é a fonte originária das riquezas. O trabalho é a fonte que prepara e dispo-*

*nibiliza a riqueza natural na forma babil para o consumo humano.”* (MOREIRA, 2006, p. 108).

A transformação do conceito de riqueza pelo conceito de valor ocorre com a construção do mundo moderno. De acordo com o citado autor, riqueza passa a ser “(...) *tudo aquilo que apresenta valor para fins de mercado*”. Nesta nova configuração de riqueza, natureza e trabalho “*viram fatores de produção definidos no mercado por seu valor monetário*”. (MOREIRA, 2006, p. 108).

Esse processo, que está no cerne da constituição do mundo moderno, promove a coexistência de duas noções de riqueza, “*a ideia de riqueza da tradição, hibernando no interior das utopias, e a ideia moderna de riqueza como valor, em que tudo é traduzido na água fria do valor-para-fins-de-mercado.*” (MOREIRA, 2006, p. 108-9.).

A passagem da produção orgânica do “sistema tradicional” para o “sistema de valor para o mercado” significa a transformação das relações entre os homens e destes com a natureza, porque o trabalho humano em transformar a natureza passa a ser mediado pelo valor de troca definido pelas relações capitalistas e sua reprodução, e não pelas necessidades de sustentabilidade social. Sobre a constituição do mundo do mercado e as transformações da natureza, Ruy Moreira (2006):

A relação de transformação da natureza ganha um horizonte ilimitado, conforme seja o tamanho da demanda e a escala da extensão territorial do mercado. Por isso, a divisão do trabalho é mínima nas sociedades de subsistência, encerrando-se no horizonte das atividades agropastoris, incluindo-se a indústria artesanal. Nas sociedades de mercado, a divisão do trabalho inclui ampla gama de relações de produção e de trocas organizadas com centro na moderna indústria fabril e nas relações de troca desta indústria com a agricultura, articulando a produção e o mercado com base nas relações de troca entre o campo e a cidade, sob o comando desta. (MOREIRA, 2006, p.109).

Retornando ao perigo da perda dos princípios da agricultura orgânica, é preciso considerar que a leitura do real exige a compreensão da totalidade do funcionamento societário moderno. O desejo dos produtores orgânicos em inserirem-se e/ou ampliarem sua participação ou não no sistema de produção de riqueza para o mercado promove a diferenciação entre os produtores. Por essas razões, há na leitura econômica os produtores tradicionais e os modernos; e, na leitura ideológica, há aqueles que resistem e os que se subjugam às regras do mercado. Portanto, é temeroso classificar a agricultura orgânica como uma unidade analítica homogênea, pois as práticas dos produtores orgânicos são diferenciadas entre si, apresentam diversidade na forma de produzir e no conteúdo de entendimento de mundo.

O que foi verificado nas pesquisas de campo e nas análises teóricas é a existência de grupos de produtores orgânicos com diferentes perspectivas de produção e de vida, e relações contraditórias, conflituosas, que participam do mundo moderno. Alguns praticam a agricultura orgânica como resistência ao modelo de produção da moderna agricultura baseada na geração de valor. São pequenos proprietários que utilizam basicamente mão de obra familiar e participam do circuito curto de comercialização. Outros praticam a agricultura orgânica sob a perspectiva da geração e acúmulo de riqueza, buscam a inserção no mercado das grandes cadeias de varejo e almejam a constituição de redes de produção e comercialização de produtos orgânicos com base nas diretrizes do agronegócio. Ambos estão participando do mundo moderno de geração de valor, no qual os produtos orgânicos assumem valor de troca, produzindo territórios conforme analisado nos capítulos anteriores.

As considerações apresentadas até aqui permitem pensar que o tamanho e a demanda do mercado podem definir a capacidade de manutenção dos princípios da produção orgânica. E a ampliação ilimitada do mercado exige formas de produção e de comercialização baseadas na lógica do valor da riqueza, e, portanto, na exploração do trabalho e na pilhagem ambiental.

## 4.1 A circulação da mercadoria orgânica no mundo globalizado

A produção do território da agricultura orgânica está associado à construção do chamado “mundo da sustentabilidade”<sup>20</sup>. Desde a produção até o consumo, como considerado nos capítulos anteriores, o ideário presente na produção e no consumo dos orgânicos é o da busca de uma “vida saudável” associada à conservação ambiental, indicando a necessidade de alternativas para a produção de mercadorias. Nesse sentido, é premente refletirmos sobre a constituição da mercadoria orgânica com o olhar voltado para o chamado mundo da sustentabilidade presente no mundo moderno.

A “mercadoria verde” é vinculada ao processo de internalização do problema ambiental na lógica da reprodução ampliada do capital. Constitui-se como uma das formas encontradas pelo modo de produção capitalista para se reinventar e garantir seu domínio sobre as diferentes práticas sociais. Portanto, no turbilhão de contradições e incertezas geradas pela transformação da riqueza em mercadoria, é essencial, para a reprodução do capital, imaginar os problemas ambientais como “mercadorias indesejadas”<sup>21</sup> e as soluções para tais problemas pensadas no interior da lógica da produção de valor de troca.

A agricultura orgânica, ou seja, a produção da mercadoria “alimento orgânico”, faz parte do chamado mundo da sustentabilidade no sentido de que a produção e o consumo de orgânicos contribui para a solução

---

20 “Mundo da sustentabilidade” é um termo utilizado por Moretti (2012) para caracterizar as práticas sociais direcionadas pelo ideário da crise ambiental e que escondem os conflitos presentes nas relações sociais. De acordo com esse autor o discurso das chamadas “boas práticas” para a salvação do planeta permeia desde as ações em grandes empresas (como bancos, indústrias, etc.) até as ações cotidianas das pessoas, constituindo o chamado “mundo da sustentabilidade”.

21 A ideia de mercadoria indesejada é aqui apresentada conforme discutida por Rodrigues, A.M., 1998.

dos problemas identificados como ambientais, conforme apresentado nos capítulos 2 e 3.

A mercadoria com o rótulo orgânico participa do circuito da reprodução do capital e do processo de transformação da riqueza em valor de troca. O produto orgânico é valorizado pelo significado que lhe é atribuído no mundo moderno, ou seja, a mercadoria orgânica é apresentada como nova no sentido de ser uma das soluções para resolver o problema ambiental. Portanto, ao seu valor enquanto mercadoria é acrescida a ideia de um produto ambientalmente sustentável, criando-se a ideia de uma mercadoria rara, valorizada.

O sucesso desta mercadoria dependerá do consumo do produto orgânico, ou seja, da identificação por parte das pessoas da necessidade de consumir esta nova mercadoria. David Harvey (2011), a partir da leitura de Marx, apresenta a regra para que uma mercadoria se sustente enquanto uma necessidade:

Uma imensa quantidade de esforço, incluindo a formação de uma vasta indústria de publicidade, tem sido colocada para influenciar e manipular as necessidades, vontades e desejos das populações humanas para assegurar um mercado potencial. Mas algo mais do que apenas publicidade está em jogo aqui. O que é necessário é a formação de condições diárias de vida que exigem a absorção de um conjunto de certas mercadorias e serviços, a fim de se sustentar. (HARVEY, 2011, p.91).

A mercadoria orgânica tem sua necessidade centrada na construção da crise ambiental e nas soluções a partir da lógica do capital para superação dos problemas geradores da crise. O comércio de produtos orgânicos, analisado no capítulo 3, acontece em diferentes escalas da circulação da mercadoria, sendo que no circuito curto acontece a venda direta do pequeno produtor ao consumidor local, e no circuito longo acontece a venda pelos grandes varejistas que produzem redes de circulação internacionais e participam na constituição da cadeia produtiva dos orgânicos.

Avançando a análise em relação à citação de David Harvey, a necessidade e o desejo para o consumo de produtos orgânicos estão associadas ao processo de fetiche da mercadoria. As reflexões realizadas até aqui permitem pensar na valorização da mercadoria orgânica relacionada ao processo de construção do fetiche da mercadoria orgânica.

A discussão sobre este assunto terá como base a concepção Benjaminiana da modernidade, para compreender o capitalismo atual associado ao fenômeno do fetichismo da mercadoria, abordada por MATOS (2010):

A partir de Marx, um dos mecanismos principais do fenômeno do fetichismo da mercadoria é a impossibilidade de o sujeito apreender a estrutura social da determinação do valor dos objetos em virtude de um regime de encantamento por sua visibilidade absoluta, sua suposta objetividade. Efetivamente, o fetichismo produz aparência – mercadorias - inclusive a mercadoria visual que, como toda mercadoria, é ‘objetividade fantasmática (gespenstige Gegenständigkeit) daquilo que aparece. Trata-se da ‘falsa objetividade da aparência’, da facticidade de um estado falso, de um mundo objetivado, reificado. (MATOS, 2011, p. 223).

A mercadoria orgânica associada à ideia da salvação do planeta, portanto, no interior do chamado mundo da sustentabilidade, caracteriza-se como um fetiche moderno, por meio do qual o valor é definido pela aparência da objetividade da mercadoria verde e o consumo movido pelo desejo por *coisas* que proporcionem uma vida saudável. Desta forma, a resolução dos problemas modernos associados ao ambiente é induzida de ser alcançada pelo consumo de mercadorias com o rótulo de orgânica. Ou seja, no consumo de objetos que aparentemente são produtos que no seu processo de produção não utilizam técnicas de produção prejudiciais ao meio ambiente. A construção da associação entre crise ambiental - produtos orgânicos - vida saudável/salvação do planeta define o caráter de raridade da mercadoria orgânica no mundo contemporâneo.

Conforme já foi dito, o fetiche da mercadoria orgânica passa pela produção do chamado mundo da sustentabilidade que incorpora aspectos ideológicos, econômicos e culturais e, sobretudo, na constituição de um discurso, na aparência revolucionária e de transformações nas relações sociedade – natureza, mas que na essência promove a manutenção e reprodução do capital.

Apesar dos desejos individuais de parcelas dos produtores na produção e na comercialização baseada nos preceitos da solidariedade social e econômica, o modo de produção dominante impõe regras para a sobrevivência desses produtores; regras baseadas na produção individual e na competitividade econômica das mercadorias, exigindo dos produtores um constante e permanente processo de reinvenção das formas de organização social na busca dos caminhos para alcançarem os objetivos de vida centrados na solidariedade, conforme os preceitos apresentados nos capítulos anteriores.

As regras impostas para a produção da agricultura orgânica a insere nos parâmetros da padronização de mercado, com a “*comoditização*” dos produtos, de formação de noções de “empreendedorismo” e de possível profissionalização desta nova categoria de produtor. O objetivo é de transformar a produção orgânica em mais uma modalidade do agronegócio brasileiro, conforme definido pelos próprios produtores como “agronegócio orgânico” ou “agricultura orgânica de mercado” (Schultz, 2006) ou mesmo como “agronegocinho” (Caporal e Costabeber, 2004).

Autores como Caporal e Costabeber (2004), Altieri (2004), consideram que é necessário refletir e cuidar para não repetir na produção orgânica os mesmos processos da agricultura convencional, que reproduzem segregações sociais. Eles alertam para problemas tais como:

- Diferenciação social entre os agricultores em função de variável ecológica;
- Expansão da oferta de alimentos limpos apenas para consumidores melhor informados e com maior poder aquisitivo;



- Incremento na exportação desses alimentos, restando produtos de menor qualidade para o consumo interno;

- Exploração de mão de obra e a degradação do trabalho para viabilização da produção em grande escala.

A atuação dos produtores nesse mercado de orgânicos exige reflexões sobre o futuro da produção orgânica considerando a articulação na organização da cadeia produtiva dos alimentos, principalmente na comercialização inserida no “circuito longo” (Schmidt. 2001), dominado pelas grandes redes de supermercados. Elas, recentemente, introduziram no comércio dos produtos orgânicos com certificação por auditoria própria e fechada, fortemente, o que impede qualquer ação de controle por parte dos pequenos produtores locais.

Duas situações foram identificadas na pesquisa realizada junto ao comércio e produtores na Região da Grande Dourados: uma relacionada ao comércio dos produtos orgânicos e outra relacionada à produção, ambas constituindo uma unidade na inserção da produção orgânica no mercado globalizado. Especificamente sobre o comércio, em entrevista com gerente geral de uma rede de supermercados internacional instalada na cidade de Dourados, foi identificado que o administrador local da empresa não tem informação sobre o local da origem do produto orgânico comercializado nas gôndolas do mercado, mas tem conhecimento de que a certificação ocorre pelo grupo empresarial e que os produtos são distribuídos para todas as lojas da rede no mercado nacional. Contudo, ele desconhece a origem do produto orgânico ali comercializado.

Tal mecanismo resulta, geralmente, em baixo retorno financeiro para o produtor, preços elevados para o consumidor e grande retorno para os intermediários ou para as empresas que controlam o mercado por meio do controle da certificação e do fluxo da mercadoria, (des)configurando os princípios do comércio justo e solidário, uma das bandeiras da produção orgânica enquanto alternativa.

Conforme já o dissemos, os principais representantes de comercialização no circuito longo, segundo Schmidt (2001), são as grandes redes

de supermercados e hipermercados espalhados pelo mundo. A articulação destas redes comerciais com os pequenos produtores orgânicos é difícil de efetivar, considerando, entre outros fatores, que as redes trabalham com volumes grandes de mercadorias, padronizações dos produtos oferecidos para o consumidor, longas distâncias entre as lojas da rede, e principalmente, porque a relação da rede não ocorre diretamente com o produtor, mas com empresas intermediárias.

Cabe ressaltar que as mercadorias orgânicas identificadas nas lojas de redes de supermercados e hipermercados são produtos industrializados, produzidos em diferentes regiões do mundo. Este tipo de produto viabiliza sua distribuição mundial, associando o tempo de duração do produto com a localização das lojas. Nas gôndolas destinadas para os produtos orgânicos, existe uma confusão e dificuldade para identificação dos produtos, uma vez que estes são expostos juntos com os produtos industrializados definidos como naturais e dietéticos, em uma clara confusão na identificação dos produtos orgânicos que assumem, neste caso, o significado de alimento como medicamento (Lopes, 2005).

Com relação à produção, nos assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul, foi identificado em diferentes assentamentos a prática da produção de maracujá orgânico destinada à uma empresa alemã produtora de suco de frutas. Os assentados firmam um contrato com um intermediário da indústria para a produção do maracujá orgânico, com o compromisso de entrega da produção para a empresa de acordo com as regras de produção e de comercialização impostas pela indústria internacional. A forma de produzir o produto é definida pela empresa pelos manuais técnicos que orientam o produtor e o valor pago pela produção é estabelecido pela indústria considerando a análise do produto final realizada de acordo com as especificações de qualidade definidas pela empresa internacional. A vantagem para o pequeno produtor é o valor superior pago pela empresa em relação à produção de maracujá tradicional.

Neste caso, a relação estabelecida entre a indústria e os assentados para a produção de produto orgânico possui as mesmas formas e estru-

turas da relação estabelecida para a produção de produtos não orgânicos, como frango, seda, suínos, entre outros. Estas relações, definidas pelas indústrias com a super exploração do trabalho e da natureza, retirando qualquer poder de decisão dos pequenos produtores, são bastante analisadas por autores da geografia brasileira como; Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (2002), Marcia Y. Mizusaki (2010), entre outros.

Como exemplo, Ana Maria Matos Araújo (2009) apresenta uma síntese sobre a relação da agricultura familiar com o agronegócio, especificamente sobre a integração agricultura e indústria. Ela afirma:

A integração dialética entre agricultura e indústria pode ser examinada a partir da participação do campo no fornecimento de força de trabalho e de alimentos, compatibilizando o processo de acumulação global da economia. A indústria, por sua vez, ao crescer redefine as condições estruturais da agricultura, mudando relações de produção no campo, viabilizando o consumo interno e externo. Tais relações estruturais entre os setores estão na lógica da expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil e no mundo, embora permaneçam tensões ao nível interno das relações de produção em cada um dos setores, sobretudo na agricultura que além de manter relações não-capitalistas, assume relações capitalistas sem garantir direitos dos trabalhadores e até resgatando antigas formas ainda mais perversas tais como a escravidão por dívidas. (ARAÚJO, 2009, p. 13).

O entendimento da produção territorial foi buscado nos diálogos com os produtores a partir das entrevistas, dos encontros informais, das participações em reuniões de entidades dos produtores e em eventos institucionais promovidos por órgãos de governo. Assim, foi possível compreender que um dos desafios impostos para a sobrevivência e reprodução do pequeno produtor orgânico é a participação no “circuito longo”, acom-

panhado da reflexão sobre a globalização da economia, principalmente quanto à comercialização dos produtos, que define regras e normas pelo mecanismo da certificação impondo a homogeneização da mercadoria. Isso, definido pela lógica do mercado globalizado.

Não é interesse, no presente trabalho, realizar uma sistematização aprofundada sobre a globalização. Autores com diferentes matrizes teóricas fazem análises do processo de globalização em seus diversos aspectos da produção da vida moderna; dentre eles, geógrafos que analisam a relação entre a globalização e a produção do espaço. Estes pesquisadores, alguns apresentam leituras e diálogos possíveis entre os desafios apontados pelos pequenos produtores e o processo de globalização, destacando-se Chesnais (1996); Featherstone (1994); Giddens (1991); Santos (1993); Benko (1996).

As análises referentes ao processo de globalização, acreditamos que a leitura apresentada por Milton Santos também contribui para pensar sobre a produção orgânica e a sua participação no mundo globalizado:

As realidades são outras e os sistemas de relações que elas presidem são nitidamente novos. O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço (...).

Hoje; o que é federativo ao nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói. (SANTOS, 1993, p. 11 e 19).

A análise dos produtores orgânicos e de suas práticas sociais, feita nos capítulos anteriores indica as contradições presentes no processo da

produção territorial, visíveis no desejo de construção de território baseado na solidariedade, na sustentabilidade social e ambiental. A análise mostra também a imposição das regras e normas do mundo capitalista com base na competitividade econômica, no individualismo e na produção dominada pelas grandes empresas, ou seja, as condições modernas impostas para a reprodução do capital, corrompendo os ideais e desejos de construção de uma geografia socialmente sustentável.

Os produtores orgânicos na Região da Grande Dourados, em um processo constante de refletir sobre suas práticas e embates, percebem a fragilidade e a insegurança da agricultura orgânica centrada na venda direta ao consumidor (circuito curto) como única forma de geração de renda, vivenciando a imposição das regras do mundo econômico globalizado.

Teoricamente, conforme apontado no capítulo 1, a agricultura orgânica como alternativa ao modelo de produção moderno/tradicional baseado na monocultura e nas *commodities* não deve ser observada apenas pelas suas possibilidades econômicas no mundo globalizado, sob pena da perda de experiências que apontem sinais de formas e conteúdos de vida para além do econômico.

No olhar excludente do econômico, a forma alternativa de produção e comércio diferenciados em relação à concentração e à competitividade não consegue ser representativa no sentido de produzir um sistema produtivo efetivo.

Schmidt (2001) traz uma importante contribuição ao abordar as contradições no processo produtivo e de comercialização no chamado “circuito curto” e chama a atenção para a necessidade de pensar a produção de alimentos orgânicos no contexto de um mundo urbano e com padrões alimentares diferentes do construído historicamente no campo. Ou seja, as exigências e desejos do consumidor urbano são diferentes dos desejos da sociedade baseada no mundo rural.

A decisão de produzir e o que produzir está ligada à tênue linha do rural/urbano e o desafio colocado para o pequeno produtor da agricultura orgânica é como inserir em um mercado urbano, global, produtos que na

origem são pensados a partir de uma lógica cultural, produtiva e de circulação diferenciada e mesmo com princípios contrários às bases do mundo moderno. Ainda é o mesmo autor, em uma perspectiva de valorização do econômico, que afirma:

[...]. Isto porque essa estratégia (temporária) de aumento da renda, pela venda de produtos diferenciados a um preço mais alto, pode contribuir para a consolidação desta proposta nesse período de transição agroecológica (Costabeber e Moyano, 2000). Mas é preciso que, contraditoriamente, esta estratégia contenha em si o seu próprio fim: a inclusão de cada vez mais de agricultores e por consequência, a ampliação dos volumes comercializados. Isto exige, é claro, a baixa gradativa de preços. (SCHIMIDT, 2001, p.65).

Na perspectiva apontada pelo autor, existe a necessidade da efetivação de políticas que possam garantir mercado e reconhecimento para a agricultura orgânica pela sua capacidade produtiva, com a inserção em um mercado competitivo com base na lei do preço.

Nas atividades de campo para esta pesquisa, fica evidenciado que os agricultores de produtos orgânicos enfrentam o dilema da inserção no mercado com a perspectiva do crescimento econômico e valorização de seu produto enquanto valor de troca no mercado mundial ou a manutenção dos desejos e ideais de vida vinculados a formas de produzir aqui produtos chamados de alternativos.

A produção do território da agricultura orgânica na Grande Dourados, permitiu elaborar um quadro da tipologia dos produtores orgânicos locais, com suas relações com o mercado, qualificação e institucionalização.

**Quadro 3 - Diferenças tipológicas entre produtores orgânicos e o mercado da região da Grande Dourados-MS.**

Categoria de Análise	Produtores para o agronegócio internacionalizados	Produtores empreendedores locais	Produtores para a subsistência
Comercialização	Relação com grandes atacadistas, redes de varejistas, commodities agroindustrial.	Relação com supermercados, feiras e lojas especializadas locais.	Venda direta ao consumidor em feiras ou residências.
Qualificação profissional	Qualificação técnica especializada.	Qualificação baseada na diversidade das atividades e transformação social.	Qualificação baseada na experiência de vida, diversidade agrícola e transformação social
Relações institucionais	Relação com organizações públicas que promovem as regulamentações do setor alimentício e empresas privadas, indústrias de alimentos.	Relações institucionais com organizações governamentais e não governamentais e empresas privadas locais.	Relações com instituições públicas com atuação técnica e social (universidades, Embrapa, entre outros).

**Organizado: S.A.L. Moretti, 2012.**

Por meio da análise dos diferentes grupos de produtores orgânicos e sua relação com o mercado, é possível identificar produtores que acreditam que a produção familiar juntamente com a produção orgânica possam promover as transformações sociais pelas quais sonham. Nas entrevistas com produtores desse grupo, destacam-se algumas expressões utilizadas por eles, como por exemplo, “a necessidade de sermos convertidos na ecologia”; “o produtor deve ser *ecologizado*, pensar no futuro do planeta”. Esse grupo de produtores é formado, na sua maioria, por assentados de projetos de reforma agrária que já experimentaram a luta pela terra e a organização social. Internamente. Nesses assentamentos, eles sofrem o preconceito de outros produtores que os desqualificam por não limparem *o mato* da terra, por não terem máquinas e por desenvolverem práticas tecnológicas, sócias e ambientais definidas pelo grupo de economia solidária.

É importante destacar, mesmo com o risco da repetição, destacar a necessidade de pensar e produzir conhecimento sobre o mundo rompendo com as “amarras analíticas” que consideram exitosas apenas as práticas sociais economicamente solidificadas.

De acordo com a pesquisadora Denise Van Dam (2005):

L'agriculture biologique n'est ni une méthode, ni une action isolées. Au contraire, elle fait partie d'un système complexe où elle entre en relation avec les auteurs acteurs du monde agricole, les institutions publiques, les diverses composantes du marché; il s'agit tantôt d'individus, tantôt d'associations ou encore d'institutions.

L'agriculture biologique est soumise à des réglementations et des contrôles, a droit à un label spécifique, peut faire appel à des conseillers, participe à des actions de sensibilisation et de lobbying, a droit à des primes, etc. (DAM, 2005, p.18).

Concordando com a autora, a produção orgânica não pode ser considerada uma ação isolada de métodos produtivos alternativos, pois esta prática agrícola envolve uma série de ações interligadas ao sistema produtivo e ao consumo. Também, em Schultz (2006), encontramos um caminho interessante para refletir sobre as reais possibilidades da agricultura orgânica no mundo globalizado:

[...] a legitimidade da agricultura orgânica, como sistema de produção voltado para viabilização da sustentabilidade do meio rural, assume um papel de destaque no cenário das “alternativas” propostas para a promoção de políticas públicas direcionadas para agricultura familiar. (SCHULTZ, 2006, p.19).

A legitimação da produção orgânica está na crítica ao modelo convencional chamado de modernização agrícola, e o discurso crítico está presente nas falas dos sujeitos atuantes na produção e comercialização dos



orgânicos. Na produção, ela pode significar uma alternativa à agricultura tradicional com o sentido de produzir mercadorias baseadas em princípios do *mundo da sustentabilidade*. De acordo com um depoimento:

Praticamente não ganho nada com a produção orgânica, mas não vou deixar de tentar, porque a terra está ficando ruim, a água está toda poluída, temos que ajudar a melhorar isso, um dia a produção orgânica vai ser a principal, porque todo mundo vai ver que é melhor para a vida. (Entrevista realizada em 09/02/2011, com entrevistado P09).

Na comercialização, a mercadoria orgânica apresenta para alguns comerciantes um sentido a mais, além do lucro imediato:

Mantenho um espaço nas gôndolas da frutaria para os produtos orgânicos, mesmo perdendo muito com isso, são desperdiçados 60% dos produtos orgânicos que trago para vender, mas mantenho porque tem gente que quer comprar, que procura este tipo de produto, porque precisa, porque gosta, e eu acho que é importante para ajudar a melhorar a qualidade de vida, estes produtos são melhores, sem veneno, saudáveis. (Entrevista com comerciante de produtos orgânicos em Dourados-MS. 07/06/2012).

Portanto, retornando à discussão realizada no capítulo 1, é essencial pensar à produção orgânica e ao mundo moderno, suas contradições e conflitos relacionados à identidade territorial.

A medida do sucesso pela produtividade e pela inserção no mercado não parece ser adequada para qualificar a importância da prática orgânica para a produção de subsistência. É uma categoria de produtores cujas práticas e técnicas são realizadas por meio de troca de conhecimento, sem o reconhecimento de sua capacidade de competitividade e alta produtividade, mas sim pela confiança do consumidor na qualidade do produto e no preço justo.

Pensar o produto orgânico pela perspectiva do mundo da mercadoria impõe refletir sobre aspectos das relações sociais para além do econômico, ou seja, as motivações e desejos para produtores e consumidores apresentam aspectos culturais vinculados aos preceitos do mundo contemporâneo, que pressupõe a transformação do valor de uso da natureza para o valor de troca.

Nos termos usados por David Harvey (2011, p.151) “a destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de ‘segunda natureza’ – a natureza remodelada pela ação humana”. No modo de produção capitalista, a destruição criativa sobre a terra atinge um ritmo nunca antes experimentado pela sociedade humana, provocando “(...) o desenvolvimento de práticas humanas em relação ao mundo físico e à teia da vida ecológica, que mudam a face da terra de maneira muitas vezes dramática e irreversível”. Harvey (2011, p.152).

As mudanças da *face da terra* de forma irreversível e com riscos para a vida humana constroem o alicerce para que parcelas da sociedade passem a exigir novas formas de produção. A produção orgânica na perspectiva da construção de novas relações sociais com o “natural”, pautadas na superação das mudanças irreversíveis sobre a terra, consolida-se no modo de pensar dominante como uma mercadoria sustentável, participante do mundo da sustentabilidade, mas, como vimos à produção orgânica, de maneira contraditória, também pode significar um novo caminho para a sociedade no seu processo de desenvolvimento.

## 4.2 O produto orgânico como mercadoria sustentável e as resistências

A produção do produto orgânico como mercadoria retira sua capacidade de aglutinar experiências para a superação da matriz produtiva da agropecuária mercantil, conhecida como agronegócio.

A matriz produtiva consolidada como agronegócio, aposta na produção de commodities para a geração de riqueza transformada, no mundo

moderno, em valor de troca. A produção da riqueza enquanto valor de troca na agricultura gerou preocupações sistematizadas por Tommasino (2001):

(...) sobre explotación de los recursos no renovables, degradación del suelo, salud y efectos ambientales y químicos agrícolas, inequidad, disminución de comunidades rurales, pérdida de valores tradicionales agrarios, calidad alimentaria, seguridad de los trabajadores agrícolas, disminución de autosuficiencia y disminución del número y aumento de tamaño de los productores. (TOMMASINO 2001, p.142).

Acrescento como consequências da transformação da produção agrícola em riqueza para o valor de troca, a destruição das experiências de produtores agrícolas adquiridas pela vivência espaço-temporal na lida com a terra, homogeneizando a produção e o consumo de alimentos e retirando a capacidade e a liberdade de escolha dos sujeitos produtores e consumidores.

A produção orgânica pode significar um sinal de resistência à hegemonia do capital na esfera dos alimentos. Mas, para isso ela deve ser pensada para além da produção e do comércio de uma mercadoria rara capaz de participar das estratégias do poder hegemônico para a salvação do planeta, ou seja, participar do mundo da sustentabilidade mercantilizado.

Assim constituída, a produção orgânica tende a não ser sustentável do ponto de vista socioambiental e não apresenta uma possibilidade de resistência. Nestes termos, o território da sustentabilidade, constitui formas diferenciadas de reprodução do capital, mas não indica a superação das mazelas fundamentais (pilhagem ambiental e geração de miséria), pois não apresenta possibilidades de pensar a terra como bem comum.

A ideia de sustentabilidade é construída a partir de diferentes perspectivas políticas com diferentes leituras de mundo e proposições para o tema sustentabilidade. Tommasino (2001) faz um esforço para aglutinar estas diferentes posições;

(...) existe diferentes posiciones en torno al tema de la sustentabilidad. Una que entiende que la sustentabilidad es solo una cuestión ecológica o ambiental. (...) Un grand segundo grupo (...) tiene por lo menos dos grandes âmbitos de análises, el socio-económico (o social en sentido amplio) y el ambiental (...) Esta concepción entiende que el crecimiento económico junto con políticas de conservación y geración de tecnologías ambientalmente adecuadas son la llave de la sustentabilidad.

En tercer lugar, identificamos la corriente a la que denominamos críticos del crecimiento + conservación en donde se sitúan autores que entienden que el sistema debe ser corregido a través de políticas que disminuyan los procesos de inequidad. (...)

Por fin, indentificamos la corriente de la in-sustentabilidad, compuesta por autores que entienden que la dinâmica de la sociedad capitalista genera intrínsecamente inequidad e insustentabilidad. (TOMMASINO, 2001, p.161).

No primeiro grupo apresentado pelo autor, estão os autores que defendem a conservação ambiental com base em critérios ecológicos, são os defensores da criação de territórios da conservação sem a presença de seres humanos, fortalecem a dicotomia sociedade natureza.

O segundo grupo estão os defensores das premissas do Desenvolvimento Sustentável, aliando a conservação ambiental com a ideia de desenvolvimento são, em grande parte, defensores da *internalização* dos custos ambientais e da técnica como capaz de resolver os problemas ambientais, que são tratados como desvios do desenvolvimento.

O terceiro agrupamento refere-se aos críticos da proposta tecnicista para resolver os problemas ambientais, defendem a reforma do sistema de produção dominante, entendem que a solução para os problemas ambientais está na política, parte deste grupo forma a corrente da ecologia política.

Por fim, o terceiro grupo, são os críticos radicais, questionam a capacidade de sustentabilidade do modelo de desenvolvimento da sociedade moderna, propõe a transformação do modo de produzir capitalista como modelo hegemônico da sociedade.

Especificamente sobre a sustentabilidade agrícola esta última corrente se aproxima das ideias aqui defendidas. Os pequenos produtores estão sujeitos às regras e definições da economia globalizada, que pelo seu caráter de competitividade, de produção e consumo de mercadorias em maior quantidade e menor tempo, são insustentáveis do ponto de vista social e ambiental.

Em um estudo profundo da obra de Marx, Foster (2005) apresenta argumentos convincentes sobre a impossibilidade da sustentabilidade na agricultura capitalista. O autor recupera passagem fundamental do Livro 3 do Capital ilustrando o pensamento de Marx com referência à leitura atual de insustentabilidade socioambiental das relações capitalistas;

*O modo pelo qual o cultivo de determinadas lavouras depende das flutuações dos preços de mercado e as mudanças constantes do cultivo com estas flutuações de preço – todo o espírito da produção capitalista, que é orientada para os lucros monetários mais imediatos – é contraditório com a agricultura que precisa se preocupar com toda a gama de condições de vida permanente exigidas pela cadeia de gerações humanas. (MARX apud FOSTER, 2005, p.230).*

A agricultura orgânica somente terá condições de ser uma das estratégias para superação da destruição criativa sobre a terra e, portanto uma estratégia para a sustentabilidade, se em sua essência for associada às formas de pensar e de produzir que consideram a riqueza como resultado das relações societárias solidárias entre os homens, e a natureza como bem comum produzido para a vida.

Portanto, como expressou Tommasino (2001), o Estado tem papel fundamental para o fortalecimento da produção agrícola familiar, para que esta consiga se reproduzir e que sua experiência produza de fato a susten-

tabilidade agrícola. Sustentabilidade no sentido amplo de diversidade cultural e natural, pressupõe a multiplicidade territorial. Portanto, conforme discorre BARKIN (2003), a sustentabilidade é relacionada a diversidade, em todas as suas dimensões:

La sostenibilidad no es, simplemente, un asunto del ambiente, de justicia social y de desarrollo. También se trata de la gente y de su supervivencia como individuos y culturas. De manera más significativa, la pregunta es si los diversos grupos de población continuarán sobreviviendo y de qué manera. De hecho, la nueva bibliografía sobre el movimiento hacia la sostenibilidad celebra a los diversos grupos que han adaptado exitosamente sus herencias culturales, sus formas especiales de organización social y productiva y las tradiciones específicas de relacionarse con sus ambientes naturales. (BARKIN, 2003, p.185).

A leitura das entrevistas e diálogos com produtores, comerciantes e consumidores de produtos orgânicos indica sinais da constituição de um território com identidade no sentido da sustentabilidade, conforme define BARKIN, com práticas sociais definidas que extrapolam a produção de mercadoria. São apenas sinais, porém importantes porque ocorrem num mundo constituído hegemonicamente pela riqueza como valor de troca. A resistência está na existência e sobrevivência no mundo moderno de territórios com sentidos diferenciados do dominante.

As práticas dos sujeitos sociais participantes do território da produção orgânica ao indicarem o caminho do comércio justo e solidário e o não uso de agrotóxicos na produção de alimentos, estão construindo formas de resistência e promovendo a disputa pelo território. Tais práticas produzem o enfrentamento às vezes silencioso, outras vezes não, na disputa para constituir territórios baseados nas identidades que os produzem enquanto grupo social, procurando superar a insustentabilidade da lógica produtiva mercantilizada.

A venda direta ao consumidor é uma estratégia fundamental para valorização do produtor orgânico, pois, se o lucro não é o fundamental, a relação pessoal entre o produtor e o consumidor gera uma rede de solidariedade baseada na confiança: para o produtor. É a confiança na demanda do consumo; para o consumidor, é a confiança na qualidade do produto. O contado direto direciona a produção, cria demandas por novos produtos e gera a vivência de uma rede entre produtores e consumidores. De acordo com os entrevistados:

Eu gosto de comprar na feira, conheço o produtor há muito tempo, até já indiquei algumas coisas para ele produzir. *Conheci ele* aqui na feira mesmo, sempre conversamos aqui na feira. (consumidor na feira de Dourados – C18. 18/08/2012);

A feira é o melhor lugar para vender, encontro sempre com as mesmas pessoas, conversamos, tem alguns que gostam de saber até como produzimos. (produtor orgânico na feira de Dourados - P 21. 18/08/2012);

Acostumei todo sábado e domingo ficar na feira, fiz amigos, que compram sempre meus produtos. Eles confiam nos produtos e eu sempre trago algo novo. (Entrevista com produtor orgânico na feira de Dourados - P 22. 18/08/2012);

Vender aqui na feira da universidade já ficou uma tradição, agora que tem o lugar para vender fixo, sempre vêm professores e alunos comprarem, porque sabem que o produto é orgânico. (Entrevista com produtor orgânico na feira da economia solidária na Cidade Universitária de Dourados - P23. 22/09/2012).

A ideia de sustentabilidade passa, nesses casos específicos, da valorização mercantil da mercadoria orgânica para a relação de confiança e

de solidariedade. O trabalho do agricultor ao transformar a natureza tem como referência a lógica da produção de alimentos para atender ao desejo de pessoas por produtos diferenciados quanto a sua qualidade (livre de agrotóxicos), revertendo a lógica da produção de mercadorias voltadas para o lucro.

A resistência está em produzir um caminho diferente do hegemônico via produção orgânica, não aceitando as regras do agronegócio como as únicas possibilidades de práticas sociais e pressupondo enfrentamentos. A partir do início do século XXI no Brasil, ocorre uma aliança dos produtores de orgânicos com parcelas do Estado, que pelas políticas públicas específicas, coordenadas pelo programa Território da Cidadania, cria estratégias para a valorização da produção orgânica por meio de ações como assistência técnica e estruturas de circulação, entre outras.

Alguns grupos de produtores orgânicos fazem uso da política de Estado e inserem suas atividades na reprodução ampliada do capital, constituindo redes de comercialização de produtos orgânicos locais ou globais. Também participam da geração de riqueza para o valor de troca. Outro grupo de agricultores aproveita este momento de aliança com o Estado para consolidar um projeto de resistência e superação do modelo agrícola tecnificado, industrial, e em sua essência destinada ao lucro privado.

As práticas deste segundo grupo de produtores fazem aproximações com a ideia de sustentabilidade social, constituem um projeto de produção territorial diferenciado da estrutura produtiva do agronegócio, promovem a disputa política territorial e, em momentos pontuais, conseguem alianças que permitem avanços principalmente nas estruturas de comercialização.

A aliança entre os produtores rurais orgânicos e segmentos da sociedade urbana no mundo contemporâneo, está alicerçada na noção de sustentabilidade, ou seja, sujeitos consciente da chamada crise ambiental promovem espaços de circulação dos produtos orgânicos. Especificamente em Dourados, o espaço da circulação dos produtos orgânicos produzidos pelos produtores locais é fruto desta aliança entre o produtor e os



sujeitos urbanos em busca de práticas que consideram sustentáveis. Assim, a ideia de sustentabilidade dos produtos orgânicos é a essência para a aliança local entre a sociedade urbana e os produtores rurais de orgânicos.

A sobrevivência e reprodução dos produtores orgânicos que resistem ao domínio da produção da mercadoria orgânica pelo circuito do agronegócio está associada à construção social de sustentabilidade, como já apontado por Tommasino(2001), uma ideia com múltiplas perspectivas políticas de atuação. A produção do território da produção orgânica, no contexto do mundo da sustentabilidade, encontra-se em disputa, seja no interior da própria estrutura dominante pelas diferentes formas que a acumulação do capital assume em determinados momentos, seja pelo embate entre os interesses de classe.

A Região da Grande Dourados experimenta no início do século XXI, um processo de alteração de sua base produtiva com significativas transformações na produção territorial devido à inversão da reprodução do capital da produção de grãos – lembrando que a base produtiva da Região não é restrita à produção de grãos, ocorrendo outras formas de produção associadas à produção de grãos – para a produção canavieira, base para a bioenergia e o açúcar.

A mobilidade do capital, que significa mobilidade espacial, além das alterações na apropriação e uso da terra, significa a produção de novas relações sociais locais e do local com o global. Esse momento de transformação e a consolidação da nova forma de produção do lugar como forma dominante, tem o sentido de produção de novas territorialidades, principalmente com o fortalecimento do processo de separação entre campo e cidade. Para a sociedade não indígena, cada vez mais o campo significa somente o lugar de trabalho e/ou pontos específicos privados são produzidos para o lazer (hotéis fazendas, ranchos de pesca, pesque-pague, entre outras formas) e a cidade cada vez mais significa o lugar de trabalho, morada, lazer, entre outros.

A monocultura da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul e notadamente na Região da Grande Dourados, está em rápido processo de

expansão de sua área plantada, conforme indica estudos recentes como de Domingues (2011):

(...) o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 49% de área plantada de cana-de-açúcar, passando de 265,4 mil em 2009/2010 para 396,2 mil hectares em 2010/2011. Assim, no que diz respeito a todo o território brasileiro, a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul ficou em primeiro lugar no ranking dos estados brasileiros. (DOMINGUES, 2011, p.21).

Deste modo, em Mato Grosso do Sul está em curso a efetivação do deserto verde, tanto ecológico quanto social. Ecológico no sentido da eliminação das poucas áreas de florestas nativas ainda existentes na região e do cultivo de uma ou poucas plantas destinadas ao mercado internacional; social no sentido da impossibilidade da moradia no campo, com a terra extensivamente e intensivamente utilizada para o cultivo da cana de açúcar.

Os sinais já foram apontados por moradores do campo, produtores de orgânicos que permanecem com sua morada no espaço rural e indicam o fenômeno de esvaziamento populacional:

Quase todos os meus vizinhos já mudaram para a cidade, poucos ficam aqui para morar, moram na cidade e vem apenas trabalhar no sítio. (Entrevista com produtor orgânico, P06. Maio de 2010);

Antes tinha no campo a casa, com pomar, rio, árvores, ficava a casa montada para o dono vir passar o final de semana, feriados. Acabou, não tem mais como ficar no campo. (Entrevista com produtor orgânico, P03. Março de 2010).

Para estes relatos serem considerados com algum significado analítico, pesquisas específicas sobre a mobilidade moderna devem ser realizadas. Presentemente eles assumem o caráter de impressões e percepções

importantes para o entendimento do processo de constituição do deserto verde na Região da Grande Dourados.

No processo de mudanças, é fundamental compreender que as alterações sociais e culturais na formação territorial, e o distanciamento maior entre cidade e campo implicam em alterações na cultura e na forma de relação com a natureza. A ideia de sustentabilidade ambiental no campo está distante da vida cotidiana, é oculta, não é vivenciada pelos moradores da cidade, mesmo estes sendo proprietários de terra ou trabalhadores no campo. O urbano é a referência como experiência. A produção do urbano como lócus da vida exclui o campo enquanto espaço de vivência.

Assim, a resistência dos produtores familiares orgânicos em produzir e o morar no campo assume relevância impar quando a preocupação é com a sustentabilidade social fora dos ditames do modo de produzir a vida moderna. A resistência é, também, no sentido da valorização e utilização das experiências históricas da lida com a terra e com o ritmo da natureza.

O entendimento de sustentabilidade na produção de produtos orgânicos somente tem algum sentido se refletido no contexto da identidade territorial relacionada à apropriação da natureza e ao uso da terra. Portanto, retomamos as premissas apresentadas nos capítulos 1 e 2 quando foi discutida a constituição do território da produção orgânica.

### **4.3 Sinais de resistência - Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul- APOMS**

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS é a entidade de classe que articula e promove a disseminação da produção de bens orgânicos na região da Grande Dourados.

A luta dos produtores orgânicos para a criação da associação começou na década de 1980, quando o grupo inicial teve a ideia de produzir café orgânico para exportação, atendendo à demanda internacional. Buscaram no estado do Paraná a tecnologia de produção orgânica na rede

Eco-Vida, uma ONG já consolidada em atuação com os produtores orgânicos daquele estado.

Realizaram as adequações técnicas relacionadas ao solo e ao clima da região para a produção orgânica de café e conseguiram realizar a primeira colheita em 1990. Naquele momento, a questão que se apresentou de forma crucial foi a impossibilidade de exportar a produção. O café não tinha certificação e a seguradora da exportadora, localizada em Santos – SP, cobrou um valor acima da possibilidade de pagamento dos produtores. O valor, considerado alto pelos agricultores, foi justificado como sendo em função da mercadoria, café orgânico, ter uma supervalorização no porto de Santos.

Os produtores estavam com um grande estoque de café colhido e com dívidas contraídas devido à implantação da mudança técnica na forma de produção. A saída encontrada pelo grupo foi vender o café orgânico como se fosse convencional. O fator comercial levou à criação de uma associação em detrimento de uma cooperativa, pois na associação estavam livres para comercializar os produtos individualmente ou em conjunto, dependendo da situação de comercialização.

No processo, tomou forma a associação e a APOMS apresentou-se como referência no estado em relação à produção agroecológica. Desde princípio, adotou-se o sistema de formação de células, distribuídas territorialmente pelo Mato Grosso do Sul. Atualmente, são conhecidas e consolidadas pelo menos nove células ou núcleos<sup>22</sup>.

A APOMS contou com o apoio de pesquisadores e entidades governamentais em seu processo de criação e consolidação, fortalecendo a sua presença nas decisões políticas, e garantindo o status de um grupo

---

22 O funcionamento dos núcleos ou células definidos pelas APOMS está baseado na descentralização da sede da associação, possibilitando a criação de núcleos regionais independentes que levam o nome da associação. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes, o que facilita a troca de informações e o processo de produção individual ou coletiva.

capaz de articular com o estado. Nas palavras do pesquisador da EMBRAPA – CPAO Milton Padovani,

A APOMS é um produto, porque a gente conseguiu a partir de alguns agricultores que se organizaram, eles entenderam o processo, partiram a busca juntos, tomaram iniciativas, algumas até mais arrogadas do que o próprio Estado estava querendo e a partir de um determinado momento de maturação criou-se a associação, a - APOMS, com sede em Glória de Dourados. A partir daí procuramos sempre estar acreditando e estar colocando o nome à disposição como eu, outros colegas da Embrapa, várias outras pessoas de Universidades e trabalhando no sentido de fortalecer, porque nós sabemos que aquela é à base do processo. (Entrevista realizada em maio de 2010).

A entidade foi criada em 09 de setembro de 2000 e, segundo consta em seu Estatuto de criação com a missão de “viabilizar a sustentabilidade da agricultura familiar por meio de processos agroecológicos”. Considerando os vários desafios que se apresentaram na época, a APOMS considera que somente com a organização em grupos produtivos seria possível avançar em questões essenciais como: i) a conversão de propriedades fundamentadas nos sistemas tradicionais para o sistema agroecológico; ii) a construção de canais de comercialização alternativos; iii) validação de tecnologias; e iv) busca da sustentabilidade para esses sistemas inovadores.

A organização social da entidade conta com uma estrutura diretiva de 04 membros denominados de Coordenadores, sendo um Coordenador Geral, um Coordenador Técnico, um Coordenador Social e um Coordenador Financeiro. Todos eles pequenos produtores rurais do município de Glória de Dourados e fortemente engajados na produção orgânica e/ou agroecológica, atuando na gestão da Associação de forma voluntária, sem nenhum tipo de remuneração. Faz parte também da estrutura organizacional, o Conselho Fiscal e uma Assessoria Jurídica.

Os agricultores orgânicos filiados a APOMS têm conseguido avanços significativos com o apoio de órgãos governamentais, como o MDA, a EMBRAPA e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS, na efetivação de importantes projetos voltados para a produção, sua organização e comercialização.

Segundo o atual presidente da APOMS, Sr. Pedro Luis de Souza a entidade consegue atuar junto ao “MDA, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Projeto Comércio Justo e Solidário – Ecojusto, na EMBRAPA no projeto Ecofuturo, no Território Rural Sustentável – TRS e Território da Cidadania, e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA na comissão da certificação dos orgânicos” (Entrevista realizada em janeiro de 2011). O objetivo, no momento, tem sido melhorar a estrutura de comercialização com a discussão da certificação e da participação na rede do Comércio Justo e Solidário.

Os agricultores orgânicos estão concentrados na região da Grande Dourados, com destaque para o município de Glória de Dourados, sede da APOMS. São propriedades pequenas, de estrutura familiar. No cotidiano, as tarefas são divididas entre os membros da família e, esporadicamente, no período de safra, são contratados funcionários temporários.

A APOMS contava, em 2010, com 17 produtores associados, cujas propriedades variam de 5 a 50 hectares e a produção é realizada, basicamente, pela família<sup>23</sup>. Os agricultores filiados à APOMS, além da produção de produtos alimentícios voltados para o mercado, produzem, essencialmente, dois produtos orgânicos, o café e o açúcar mascavo. Dos filiados, 75% produzem café e 25% açúcar mascavo.

---

23 Os dados e informações referentes à APOMS e aos agricultores filiados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas em 2009 com membros da diretoria da entidade e com todos os agricultores filiados.



Foto 21. Produção de cana-de-açúcar orgânica mascavo, sítio em Glória de Dourados /MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.



Foto 22. Produção de café orgânico em sítio Santa Cecília em Glória de Dourados - MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.





Foto 23. Secagem do café orgânico em sítio Santa Cecília, Glória de Dourados-MS.  
Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.



Foto 24. Café orgânico seco no sítio Santo Cecília, de Glória de Dourados-MS.  
Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.





Foto 25. Equipamento utilizado para torrar café em sítio Santa Cecília de Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.



Foto 26. Processo de moagem do café orgânico em sítio Santa Cecília em Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.



**Foto 27. Processo de embalagem do café orgânico em sítio santa Cecilia em Glória de Dourados -MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Julho 2009.**

A produção destina-se, geralmente, ao comércio local, sendo vendida em feiras e órgãos públicos municipais, participando de licitações. A produção total chega a aproximadamente 750 sacas de café orgânico e 500 toneladas de açúcar mascavo.

O trabalho de comercialização nas feiras urbanas é das mulheres, segundo relatos das mesmas. Os homens trabalham na terra e se preocupam com as grandes vendas, ficando para as mulheres a venda no varejo ou, nas palavras delas, “a venda do produto picado”.

Também a embalagem do produto é função das mulheres, conforme observado na foto 27. Portanto, foi verificada nas propriedades a fragmentação do trabalho em função do sexo, cabendo ao homem o trabalho na terra e a comercialização em grande escala, e à mulher, a embalagem e a venda do produto fracionado.



Foto 28. A comercialização de produtos dos sítios orgânicos em feira na cidade de Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Agosto 2009.

Os produtores de orgânicos filiados à APOMS produzem outros produtos em suas terras, como hortaliças e frutas. De maneira geral, todos têm gado de leite para a comercialização de produtos como leite in natura ou queijo nas cidades próximas. No caso dos produtores de açúcar mascavo, destaca-se a produção de rapadura.

Praticamente todos eles têm a atividade da produção do leite como um complemento ou como renda fixa para a propriedade. Nenhum dos entrevistados leva em conta a atividade de suas esposas, que realizam trabalhos de venda direta em feiras livres nas cidades da região.

Foram identificadas três (3) mulheres num universo de 13 mulheres entrevistadas, que participam da venda dos produtos em varias feiras em torno de Glória de Dourados. Porém, conforme dito nas entrevistas, essa venda não é somada à renda familiar, figurando como uma renda não computada pela família. Pode-se considerar, a princípio, que ou o grupo

desvaloriza o trabalho feminino na feira ou desvaloriza a venda do produto sem a embalagem com o indicativo de “orgânico”.

Entre o grupo de produtores, dez (10) residem no próprio sítio, enquanto quatro (4) moram na cidade. Destes, dois (2) moram no mesmo município e próximos à propriedade rural, distante no máximo dez quilômetros, e dois (2) residem em outro município.

A maioria dos produtores trabalha nas propriedades há tempos, em média acima de vinte anos de residência ou de posse da propriedade rural. Apenas um deles trabalha a menos de cinco anos, justamente o que possui a propriedade em assentamento rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.



Foto 29. A produção de hortaliças orgânicas em sítio no município de Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Agosto 2009.





**Foto 30. A criação de gado de leite em sítio de produtores orgânicos em Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Agosto 2009.**

A comercialização dos produtos tem sido o principal entrave para o crescimento da atividade. Existe, segundo informação dos representantes da APOMS, a tentativa de construção de uma Rede de comercialização. Para tanto, está sendo elaborado um cadastro dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul com o intuito de aumentar a escala de comercialização, permitindo melhores preços.

A proposta da associação é participar da rede do Comércio Justo e Solidário<sup>24</sup> e, para isso, tem participado e realizado seminários para inser-

---

<sup>24</sup> Em 2006, foi constituído o Grupo de Trabalho Governamental Brasileiro de Comércio Justo e Solidário composto por entes governamentais e organizações da sociedade civil, para a construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. O Comércio Justo e Solidário (CJS) é entendido como o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, so-

ção deste conhecimento junto aos produtores locais. A grande dificuldade apontada pelos entrevistados é a falta de uma rede de comércio que tenha como prática o Comércio Justo. Tal dificuldade tem criado barreiras para o desenvolvimento da atividade na região.

Outra questão relevante é a certificação dos produtos orgânicos, necessária para inserir a produção no mercado, principalmente nas grandes redes varejistas ou supermercados. Os produtos produzidos na região não possuem certificação, sendo o valor cobrado pelas empresas privadas que realizam tal processo o maior obstáculo segundo informações dos produtores rurais.

Com relação à certificação dos produtos orgânicos, a direção da APOMS tem entendimento diferenciado, preconizando a necessidade de trabalhar coletivamente pela transformação no formato da certificação, que, no momento, é controlada por empresas privadas.

Na tentativa de transformar o processo de certificação, o MDA planeja a implantação de um sistema público de certificação com o apoio da APOMS, que participa do processo de construção de tal sistema.

---

lidariedade e transparência, que resulta no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional. Entre os princípios e características do CJS, destacam-se: a promoção de condições dignas de trabalho e remuneração às atividades de produção; agregação de valor e comercialização, incluindo a prática do preço justo para quem produz e consome os produtos e serviços do CJS; a sustentabilidade socioambiental das redes de produção e comercialização; o respeito e a preservação do meio-ambiente; e a valorização, nas relações comerciais, da diversidade étnica e cultural e do conhecimento das comunidades tradicionais. (Fonte: Ministério do Trabalho e Renda. [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 28 de janeiro de 2009).



Foto 31. Embalagem do café orgânico vendido fora no município de Glória de Dourados-MS. Autoria: MORETTI, S.A.L. Agosto 2009.



Foto 32. Café orgânico de Glória de Dourados - MS embalado para a comercialização local. Autoria: MORETTI, S.A.L. Agosto 2009.

No entendimento da direção da APOMS, a junção da certificação pública com a consolidação do Comércio Justo proporcionará o ambiente adequado para o desenvolvimento da produção orgânica, sendo a produção e a comercialização baseada no trabalho coletivo.

O ideário dos produtores familiares entrevistados está de acordo com o teorizado por Paul Singer (2004):

O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que assim o fazem, mais favoráveis aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria (SINGER, 2004, p.07).

A busca pela construção do desenvolvimento apontado por Singer, baseada na economia solidária, passa necessariamente pelo significado do progresso tecnológico ser destinado a atender as necessidades da maioria.

A classificação do grupo filiado a APOMS como tendo o estatuto de cidadania procura demonstrar que este grupo consegue estabelecer um diálogo com o Estado e com o mercado, possuindo estratégias e táticas de negociação para atingirem seus objetivos de constituição de um novo estatuto do desenvolvimento. Os agricultores orgânicos da APOMS conseguem participar diretamente das diretrizes do projeto Território Rurais da Grande Dourados.

O ex-presidente da APOMS deixou o cargo em 2009 para assumir a função de articulador institucional do Território da Grande Dourados, sendo o responsável pela organização do projeto na região. A valorização do ex-presidente da APOMS é uma sinalização da importância do grupo



organizado no processo de construção do Território Rural e, portanto, da capacidade política de articulação do grupo de produtores orgânicos.

O grupo organizado, conforme relatos dos produtores orgânicos que não participam da associação é uma referência para os outros agricultores. A não participação é relacionada a fatores como: ausência de uma cultura de organização social, dificuldade de articulação em função das distâncias entre as propriedades, falta de informação sobre como participar da entidade.

A evolução da capacidade de visibilidade e de poder de negociação do grupo organizado quanto ao financiamento e para organização da comercialização dos produtos tende a promover a disseminação da proposta de inserção nos programas e ações do poder público por meio da entidade representativa dos produtores orgânicos. Entretanto o processo ocorre de modo contraditório. Para tais produtores que, para conseguirem a inserção de seus produtos no mercado global, necessitam do reconhecimento de uma normatização produzida pela racionalidade técnico-científica que seja compreendida, aceita e imposta globalmente. O reconhecimento é conferido por meio da certificação dos produtos orgânicos no mundo globalizado.

A linguagem técnico-científica é o instrumento universal de diálogo entre os diferentes lugares e suas práticas. O reconhecimento dos produtos e sua aceitação pelas diferentes culturas são balizados pelo julgamento técnico e científico normatizado por critérios definidos pela racionalidade do mundo moderno. Os produtos orgânicos são aceitos no mundo global ao atenderem especificações técnicas de produção e de comercialização definidas pelas certificadoras estabelecidas e aceitas como capazes de fazerem esta avaliação. Neste processo dinâmico e contraditório da construção e desconstrução da organização coletiva, torna-se essencial refletir sobre o significado das técnicas enquanto instrumento de poder. Estas se efetivam e se concretizam na construção do território, remodelado, definido e redefinido pelas redes, fluxos e fixos, e são modificadas a partir de processos históricos de acordo com as necessidades dos grupos sociais.

Retomando o sentido da análise feita anteriormente, é importante destacar que a identidade que possibilita falar em território da agricultura orgânica na Região da Grande Dourados é centrada na ideia de resistência do grupo social ao atual modelo de administração industrial dos recursos naturais (Costa Neto e Canavessi, 2003), na resistência ao permanecer no campo e optar pela produção e circulação fora do circuito de domínio do agronegócio. Como um grupo social apresenta no processo de consolidação contradições, avanços e recuos, momentos de efervescência e momentos de imobilidade, trata-se de um território em movimento.

Por isso, a leitura do orgânico como mercadoria sustentável passa pelo entendimento da incorporação ao mundo do capital de desejos e práticas pensadas para além desse modo de produzir. Os produtos orgânicos são sustentáveis apenas enquanto ideia, mas insustentáveis ao serem aprisionadas como mercadorias nas leis gerais de reprodução ampliada do capital que busca a homogeneização das práticas sociais e centralização espacial. Conforme apresentado anteriormente, sustentabilidade tem o sentido da existência do diverso, tanto natural quanto cultural, contrário à ideia de padronização.

Reforçando a ideia aqui apresentada de sustentabilidade, Barkin(2003), incorpora o sentido de biodiversidade vinculada à produção social. O autor afirma:

El interes por la biodiversidad, en su sentido más amplio, abarca no solo la flora y la fauna almacenadas, sino también la supervivencia de estas comunidades humanas, como administradoras del ambiente natural y como productoras. (BARKIN, 2003,p.185)

Assim, podemos utilizar a ideia de sociobiodiversidade expressando as práticas dos produtores de orgânicos que, ao constituírem o território da produção orgânica, passam de sujeitos invisíveis para sujeitos protagonistas de seu presente e de sua história, com identidade territorial que garante a unidade na diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sê plural como o universo!  
Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação. Fernando  
Pessoa. Lisboa-PT: Ática, 1966.

O objetivo aqui foi *analisar a produção agrícola orgânica como produtora de território no Mato Grosso do Sul e as práticas sociais no processo de consolidação do território dos orgânicos na região da Grande Dourados, área dominada pela produção de commodities agrícolas*

Defendo a tese, mesmo considerando as diferenças existentes entre os agricultores, de que a produção de orgânicos por famílias proprietárias de pequenas porções de terras é uma resistência ao processo de homogeneização do território pelas formas capitalistas de produção mais rentáveis economicamente. A luta pela existência e pela emergência no contexto do desenvolvimento constrói um sentido de identidade no grupo de agricultores orgânicos, identidade centrada na cultura da lida com a terra enquanto fundadora de relações sociais preechidas de contradições e de superações cotidianas.

O desafio era responder a perguntas definidas como questões investigativas:

- o porquê da existência de produtores rurais de produtos orgânicos, proprietários de pequenas porções de terras, com propostas de comércio justo e solidário, em uma região brasileira produzida e dominada pela produção de produtos destinados à indústria alimentícia mundial, dominada pela forma de produzir associada ao uso intenso de produtos químicos, da terra e de mão-de-obra, produzindo como resultado um território de transformação intensa da natureza e da geração de profundas desigualdades sociais;

- como o estado tem participado da mediação entre a produção orgânica e a produção convencional, com destaque para o entendimento da política pública do governo federal do Território Rural, com a valorização da ideia de território como pertencimento – cultura;

- refletir se a proposta do Território Rural da Grande Dourados fortalece os pequenos produtores rurais orgânicos e coloca esse grupo social no centro do debate local acerca do modelo de desenvolvimento. A produção orgânica significa a possibilidade da valorização do trabalho na terra.

Por fim, três questões foram pensadas e desvendadas: o significado da produção orgânica na perspectiva de alternativa à produção convencional, a valorização como mercadoria com o selo de “verde” e o significado da produção orgânica para os pequenos produtores e para a produção de um território múltiplo, na perspectiva de que a produção orgânica gera um novo estatuto de cidadania para estes produtores.

As aproximações e reflexões sobre estas questões foram realizadas primeiramente com o olhar voltado para a relação dos proprietários com a terra. O ponto central nesta reflexão era associar a produção do território com a posse e uso da terra, a crítica estava baseada fundamentalmente na estrutura fundiária brasileira, na submissão da agricultura à indústria, e na compreensão das práticas dos produtores orgânicos como alternativa ao modelo de desenvolvimento dominante entendido como centrado na produção da miséria e da pilhagem ambiental.

No caminhar das atividades propostas para a pesquisa, foi incorporada à leitura da produção orgânica a noção de identidade e sua participação na constituição territorial, e a geografia produzida pelos agricultores orgânicos foi estudada pela categoria território. Neste momento, impõe-se a política de estado dos Territórios Rurais, que fortemente valoriza a pequena produção local e incentiva a organização de diferentes grupos sociais de agricultores familiares no sentido de utilizarem as técnicas da agricultura orgânica. A trajetória da pesquisa neste ponto encontra-se com a Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul, a iden-

tidade territorial dos associados a esta entidade reforça a noção de alternativa na produção orgânica, e exige aprofundamentos teóricos para o entendimento da geografia dos produtores orgânicos.

O território passa a ser compreendido como categoria geográfica de análise. A partir da existência da política de estado, que expressa diferentes territorialidades e formas diferenciadas, ocorre o controle das territorialidades e o exercício do poder por um estado que pensa o desenvolvimento a partir da lógica do capital. O estado normatiza, regula e aprisiona a produção agrícola familiar. Como tese, defende-se que o Estado usa a gestão do território como discurso, mas esse discurso não alcança o território real, pois existem limites para isto, devido a uma diferença entre gestão do território e território enquanto política de estado-nação que no plano da política pública aparecem como iguais.

A ação pública do Território Rural Sustentável implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no interior da política do Território da Cidadania, de forma contraditória valoriza a produção familiar das pequenas propriedades e o uso da técnica orgânica, mas a estratégia para esta valorização promove a competitividade, e a individualização ao pensar o território como algo a ser homogeneizado por normas e práticas permeadas pela racionalidade técnica do mundo moderno radicalizado, desconsiderando a identidade territorial dos produtores.

A identidade dos produtores orgânicos, que no discurso oficial garante a sua participação na política pública do Território Rural Sustentável, é constituída por práticas econômicas, sociais, culturais e ambientais que confrontam com o modelo de desenvolvimento pensado pela política pública, modelo este centrado no mercado e na busca pela inserção dos produtos orgânicos no chamado mercado verde.

A produção orgânica não é condizente com o sistema produtivo do mercado verde, porém parcelas significativas dos produtores se associam às práticas do mercado, seguindo as suas regras e as suas definições. Portanto, a identidade territorial construída na prática do trabalho com a terra é superada por identidades vinculadas ao mercado, grupos de produtores

orgânicos interagem e participam da estrutura local do agronegócio. A identidade territorial desses produtores é agora a do desenvolvimento do agronegócio, da terra como negócio e o fruto do trabalho como mercadoria para a troca.

Nesse contexto, ocorre a filiação da produção orgânica ao chamado mundo da sustentabilidade, dominado e controlado pela apropriação privada da natureza e centrado na ideia da superação dos chamados problemas ambientais pela correção das técnicas, ou seja, o problema ambiental é causado por falhas técnicas que serão superadas no interior da racionalidade industrial e, portanto, seguindo a lógica do mundo moderno e do conhecimento técnico-científico enquanto responsável pela resolução da “crise ambiental”.

Entretanto, outros agricultores, resistindo e mostrando a possibilidade de outro território, promovem práticas sociais que buscam novas alianças de conhecimentos com grupos de pesquisas, parcelas dos governos, entidades de classes, entre outros, escapando do domínio das regras e normas do agronegócio. São os participantes e construtores de territórios de resistências e alternativos que compreendem que o conhecimento é produzido para além do técnico-científico e defendem o diálogo entre os saberes como o caminho para a superação dos problemas socioambientais. Trata-se de pessoas possuidoras de identidade produzida historicamente por relações sociais e ambientais centradas no trabalho com a terra, identidade esta fundadora da existência do grupo social de produtores de orgânicos em uma região dominada pela produção agroindustrial.

As práticas desse grupo social têm o significado de resistir ao domínio da grande propriedade, ao consumo sem limites de insumos agrícolas e à produção de mercadorias para os grandes centros consumidores. Neste contexto, a produção orgânica aparece como central na construção da ideia de um modelo de desenvolvimento rural diferenciado, baseado na perspectiva de uma relação com a terra de valorização da natureza e da cultura.

O território está em disputa e o conhecimento é fundamental para a sobrevivência de práticas alternativas à estrutura do agronegócio.

O caminhar teórico e o encontro com o empírico possibilitaram a oportunidade de conhecer e ampliar as condições para a reflexão a partir da pesquisa sobre o mundo dos orgânicos em um país europeu. Estudar as relações travadas em Lisboa-PT para a constituição da rede de produtores e consumidores de produtos orgânicos permitiu aproximações sobre os caminhos que a produção orgânica segue no mundo moderno. Foi possível aferir o domínio da racionalidade do mundo moderno no uso de técnicas de gestão da propriedade e da terra – busca pelo lucro e pela competitividade entre produtores – no mesmo tempo e espaço. Foi também aferido a manutenção de práticas de produção e de circulação da mercadoria baseadas na solidariedade e na justiça, exigindo estratégias de convivência entre a racionalidade do mercado e a racionalidade dos produtores familiares baseada em sua identidade territorial.

A resistência é visível quando observada a partir da manutenção do conhecimento da produção orgânica transferida de geração para geração no interior das famílias e mesmo quando esse conhecimento é perdido e os jovens, filhos de produtores agrícolas, procuram recuperar o conhecimento da agricultura orgânica em cursos e em diálogos com grupos de agricultores.

A resistência também está presente em outras esferas da vida moderna, no consumo pela relação de confiança entre produtor e consumidor quanto a origem e qualidade dos produtos comercializados. Assim, o caminhar pelo tema, os diferentes momentos da pesquisa, o contato com pessoas que vivenciam no seu cotidiano o mundo da produção, do comércio e do consumo de orgânicos possibilitaram aprender as diversas e dinâmicas relações produzidas, os diferentes conhecimentos em disputa, o território como diverso e prenhe de conflitos.

Diferentes territórios são produzidos no processo de construção do planejamento e na ideia de desenvolvimento, mas alguns territórios são invisíveis aos olhos de parcelas da ciência e das políticas públicas, sendo

a proposta trazer à tona as ausências (SANTOS, 2007), refletir sobre as construções sociais desconsideradas e ocultadas em um território colonizado pela produção agroindustrial. A produção dos pequenos produtores orgânicos “desaparece” enquanto processo de construção territorial; seu desvendamento é função da ciência crítica que procura formas de resolução dos problemas sociais, culturais e ambientais presentes no mundo moderno.

Os sujeitos que produzem a geografia da Região da Grande Dourados possuem diferentes olhares sobre a terra: indígenas, agricultores familiares, grandes proprietários de terras, sem-terras, entre outros, compõem um caldo sociocultural diversificado, prenhe de conflitos e de aproximações. A harmonia e a homogeneidade territorial produzida pela classe dominante local é uma falsa questão, de fato é uma estratégia para o controle e o domínio da classe social dominante sobre as classes subalternizadas. Naturalizar as diferenças promove a dominação de classe pelo viés da cultura; a harmonia entre as classes pela perspectiva do respeito às identidades somente é possível se a identidade for tratada ingenuamente e simplificadamente como exótica e/ou folclórica. Além da naturalização das práticas sociais, a leitura da identidade como socialmente produzida, dinâmica e partícipe da territorialidade pressupõe admitir que o território está em disputa.

A caracterização do território pressupõe uma leitura desses significados. Uma escolha das formas e estruturas produzidas que possibilitem a compreensão de um determinado olhar geográfico sobre o real. Especificamente, o olhar proposto foi sobre os movimentos cotidianos da sociedade na constituição territorial, com a proposta de cartografar o lugar da produção agrícola orgânica no Território Rural da Grande Dourados e o significado da produção e do consumo de produtos orgânicos no mundo moderno.

Como vimos, no primeiro capítulo o marco definidor do modelo de desenvolvimento atual adotado para a região da Grande Dourados foi a política de ocupação da faixa de fronteira definida pelo governo federal



na década de 1940. Basicamente, esta política tem como centralidade a transformação da natureza de valor de uso para valor de troca, com o domínio que se estabelece entre o uso da natureza e as práticas agrícolas. Desconsiderou-se a existência da população indígena local, tratada como “ausente” e não produtiva pelo fato de não estar inserida no processo produção de mercadorias para o mercado. A chamada questão indígena é a grande ausência na leitura territorial da Região da Grande Dourados, mas outras ausências existem, como a dos produtores de orgânicos. A prática da eliminação pela ausência repete-se na estruturação da região. O território em disputa, mais uma vez sendo homogeneizado pelo grande capital, primeiro com os indígenas, questão que chega até o tempo presente como tragédia social; e agora os produtores rurais familiares, que lutam para existirem na relação com a terra.

Natureza e culturas são transformadas e ressignificadas, produzindo um território múltiplo, pois os sujeitos sociais dominados resistem, não desaparecem, reproduzem culturas, criam estratégias de sobrevivência mesmo em um processo dominado pela territorialização do capital.

Para autores como Slavoj Žižek (2012), vivemos “no fim dos tempos”, para ele, “o sistema capitalista global aproxima-se de um ponto zero”, e os pontos centrais que levam a este final são,

a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problemas de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais. (ŽIZEK, 2012, p. 11-12).

Os estudos realizados com os agricultores orgânicos, permitem afirmar como tese, que as motivações para a resistência estão relacionadas aos quatro pontos apresentados por Žižek como os “cavaleiros do apocalipse”. Estariam os agricultores orgânicos apresentando alternativas para a construção de um novo mundo? Ou, nas palavras de Boaventura de Souza

Santos, seriam as práticas destes agricultores “sinais” de que um novo mundo é possível?

Em Glória de Dourados, na Região da Grande Dourados, interior do Brasil produzido pela territorialização do capital em forma de soja, gado, cana, e outros, ou em Lamarosa, interior de Portugal, e Lisboa-PT, capital de Portugal, o desejo dos produtores orgânicos vai além da produção e do consumo de mercadorias e de riqueza como valor de troca. O desejo é de resistir na terra, produzir alimentos, ter o direito de refletir sobre o que é produzido e o que é consumido, refletir sobre quem produz e sobre quem consome. Enfim, pensam, refletem sobre as ações e práticas sociais, buscam novos caminhos para o desenvolvimento e sonham com a produção de um território com base na identidade de quem o produz cotidianamente. O desejo é que as experiências “dessas gentes” possam definir os caminhos para a sustentabilidade social e a sociobiodiversidade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, S. **Planejamento governamental: a sudeco no espaço mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. 2001.316 f..Tese (Doutorado em Geografia) USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, J. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural**: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique. Porto Alegre - RS: e-book UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009.

\_\_\_\_\_. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In **Ensaio FEE**. Porto Alegre - RS, v.24, n.2, 2003. p.499-520.

ALMEIDA, M. G. As ambiguidades do ser ex-migrante: o retorno e o viver entre territórios. Org. ALMEIDA, M. G. In. **Territorialidades na América Latina**. Goiânia – GO: Editora UFG, 2009, p. 208-218.

\_\_\_\_\_. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais- Brasil sertanejo. In. **Geografia e Cultura**. Goiânia-GO: Editora Vieira, 2008, p18-48.

\_\_\_\_\_. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre o sujeito excluído. In: **Tantos Cerrados**. Goiânia – GO: Editora Vieira, 2005. p. 321-347.

\_\_\_\_\_. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. p. 71-88.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 130-114, 2005.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 a. ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. A; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial e produção e distribuição**. 2003 Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos.>>. Acesso em: 12/2010.

ARAÚJO, A. M. M. Agricultura familiar camponesa e o agronegócio: uma contraditória relação sócio-espacial de acumulação ampliada e de reserva capitalista. In. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo - SP, 2009, p. 1-23.

ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro - RJ: Editora Access, 2007.

BACELAR T. Gestão social e desenvolvimento sustentável dos territórios: os desafios da multidimensionalidade. Visão a partir do Brasil. In: **Gestão social dos territórios**. Brasília-DF: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10).

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**. Numero 6, jul/dez Curitiba PR: Editora UFPR, 2002, p.40 56.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro RJ.: Editora Zahar, 2001.

BARKIN, D. **El desarrollo autônomo: um camino a la sustentabilidad**. In: Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires AR: Editora Clacso, 2003.

BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo - SP: Editora UNESP, 1997.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo - SP: Editora HUCITEC. 1996.

BOVÉ, J., DUFOUR, F. **O mundo não é uma mercadoria**. Camponeses contra a comida ruim. São Paulo-SP: Editora UNESP. 2001.

BOGO, A. Identidade e luta de classes. 1ª ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2008. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Vol. 5. Série Agronegócio. Brasília- DF: IICA, MAPA/SPA, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRO-ORGÂNICO**. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. Curitiba- PR, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. In **Sistema de Informações Territoriais**. <Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/mapa>> acessado em: 01/2010.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Grande Dourados – MS**. Brasília- DF: 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Guia para o planejamento. Brasília- DF: IICA, 2005.

\_\_\_\_\_.Ministério do desenvolvimento agrário. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília DF: SDT, 2005.

\_\_\_\_\_.MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília- DF: Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável/CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. (Série Textos para Discussão).

\_\_\_\_\_.MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT, 2005. (Série Documentos SDT: n.01).

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Renda**. Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> acesso em 01/2009.

BREI, V. A. **Da necessidade ao desejo do consumo: uma análise da ação do marketing sobre a água potável**. 2007. 310f. Teses (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do sul – Escola de Administração um programa de Pós-graduação em Administração. Porto Alegre - RS, 2007.

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília DF: Editora IICA, 2006.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. 7 a.ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora UFRJ, 2008.

CANCLINI, N. G; **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2aed. Rio de Janeiro -RJ: Editora UFRJ, 2007.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. Disponível em: < <http://www.coopgirasol.com.br>>. Acesso em: 20 junho 2010.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n. 27, p. 153-165, 2003.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília DF: MDA/SAF/DATER, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília - DF: Editora MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARLI, M. A. F. **Dourados e democratização da terra: povoamento e colonização da colônia agrícola municipal de Dourados (1946- 1956)**. Dourados- MS: Editora UFGD, 2008.

CARVALHO, A. **Potencialidades de criação de emprego no âmbito da agricultura biológica.** Lisboa-PT – PT: Editor Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2000.

CASSARINO, J. P. Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária.** Niterói RJ 2009. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária. 2009 CD.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 6 a.Ed. São Paulo- SP: Editora Paz e Terra, 2008.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto - II – Domínios do Homem.** Rio de Janeiro RJ: Editora Terra e Paz, 1987.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo- SP: Editora Xamã, 1996.

Conselho nacional de desenvolvimento Sustentável. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável.** 3ª v.. Brasília DF: 2002.

COSTA NETO, C. e CANAVESSI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à ‘reforma agrária agroecológica’ no Brasil? In: **Ecologia Política: natureza, sociedad y utopia.** Buenos Aires AR: Editora Clacso, 2003.

COSTA, H.S. de M. Meio ambiente e desenvolvimento. Um convite à leitura. In: **Saberes ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DAM, Denise Van. **Les agriculteurs bio, vocation ou intérêt?** Begique FR: Maison d’édition Presses Universitaires de Namur. 2005.

Direcção Geral do Ordenamento do Território- DGOT: **Carta Europeia de Ordenamento do Território:** Lisboa-PT – PT; SEALOT – MPAT, 1998.

DI MÉO, G. **Les Territoires Du Quotidien.** Paris-FR: Maison d’édition L’Harmattan, 2009.

DULLEY, R. D. **Ambiente e produção agrícola: principais paradigmas.** Tese( Doutoramento) 2003,332f. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas UNICAMP Campinas SP-, 2003.

DOMINGUES, A. T. O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas. In: **Revista Tamoios.** Ano VII. Nº 2, 2011.

ERNANDES, M. A. **A construção da identidade douradense: (1920 a 1990).** 2009 261f. Dissertação (Mestrado) Faculdade ciência Humana programa de pós-graduação em Historia UFGD. Dourados-MS. 2009.

FEATHERSTONE, M. Cultura global: introdução. In: **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994. p.7-21.

FERREIRA, D. Ap. de O. **O mundo rural e Geografia.** Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2002.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE-FFIBL, 2012, [www.organic.worold.net](http://www.organic.worold.net), acessado em 03/02/2012.

FONT, J. N; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, Identidade e Globalização.** São Paulo – SP: Editora Annablume, 2006.

FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx. Materialismo e natureza.** Rio de Janeiro RJ: Editora Civilização Brasileira. 2005.

GAIGER, L. I. **A dimensão empreendedora da economia solidária:** notas para um debate necessário. In: Outra Economia. v. II. n. 3, 2o sem/2008. Disponível em: <[www.rilles.org/otraeconomia](http://www.rilles.org/otraeconomia)>. Acesso em: 06/2012.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo - SP: Editora UNESP, 1991.

GLIESSAMAN, S.,R..**Agroecologia ecológica em agricultura sustentável.**3 a ed. Porto Alegre - RS: Editora UFRGS, 2005.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília DF: Editora Embrapa, 2005. p. 71-98.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo – SP; Editora Contexto, 1989.

GUZMÁN, E. S. **De la sociología Rural a la agroecología.** Barcelona – ES; Editora Icaria, 2006.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para um agricultura orgânica sustentável.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 101- 131.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: **Identidades territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro-RJ: Editora Access, 2007. p. 33-56.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos.** Niterói-RJ: Editora da UFF, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11.a ed. Rio de Janeiro RJ: Editora DP&A, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo - SP: Editora Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo – SP: Editora Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna.** 3aed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HINTZE, S. (org). **Trueque y economía solidaria. ICO, Universidad Nacional de General Sarmiento.** Argentina, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/ico/trueque.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS-IBGE. **Censo Agropecuário do ano de 2006.** Disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: **Agroecologia:** princípios. Editora EMBRAPA, 200., p. 21-45.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu- SP: Editora Agroecológica. 2001.

LIJERÓN, E. A. **Produção orgânica em Mato Grosso do Sul:** Uma investigação sobre a APOMS. 2006. Dissertação (Mestrado) Consórcio entre UFMS, UnB e UFG do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Campo Grande - MS, 2006.

LIPIETZ, A. **A ecologia política, solução para a crise da instância política?** In: Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y utopia. Buenos Aires:Clacso, 2003.

LOPES, E. S. A; MOTA, D. M; SILVA, T. E. M. (Org.). **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura.** Aracajú SE: Editoras Embrapa / UFSE, 2002.

LOPES, P. **A modernidade alimentar:** in (e)volução simbólica do acto alimentar. Lisboa-PT: Edições Colibri/CEOS, 2006.

MANCE, E.A. **Constelação Solidarius.** As fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo -RS: Instituto Superior de Filosofia Berthier. 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano regional de desenvolvimento sustentável da Grande Dourados.** Dourados - MS: IPLAN-MS, 2006.



MATOS, O. C. F. **Benjaminianas**. Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MATTOS, C. A. de. La descentralización, ¿una nueva panacea para impulsar el desarrollo local? In **Estudios Regionales**. Madrid-ES: n. 26, 1990. p.49-70.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo-SP: Editora Unesp/NEAD/IICA, 2010.

MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, v. 11, 2010.

MIZUSAKI, M.Y. **Território e reprodução produtiva na avicultura**. Dourados MS: Editora da UFGD, 2009.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo - SP: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Abril de 2003, p.113-143.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. 1 a.ed. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_.(Org.). **Identidades sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro RJ: Editora DP&A, 2005.

MORETTI, E. C. O significado do Geoparque Bodoquena – Pantanal como planejamento territorial no mundo da sustentabilidade. In. **Pantanal territorialidades, culturais e diversidade**. Campo Grande – MS:Editora UFMS, 2012, p. 271-284.

OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 2003. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, J.; ROCA Z. e LEITÃO N. **Territorial identity and development: from topophilia to terraphilia**. Journal Land Use Policy, 27 (2011) 801-814. [www.elsevier.com/locate/landusepol](http://www.elsevier.com/locate/landusepol).

PAULUS, G. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: Possibilidades de transição.** 1999. 185f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias. Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis-SC. 1999.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília-DF: editora IICA, 2009.

PINHEIRO, S. **O alimento orgânico na guara do capital.** (Entrevista) Movimento Camponês popular. Disponível em: [www.mcpbrasil.org.br](http://www.mcpbrasil.org.br). Acesso em: 01/2012.

PORTILHO, M. F. F. **O discurso internacional sobre o consumo sustentável: possibilidades de politização e ambientalização da esfera privada.** 2003 189f Tese (Doutorado). Instituto de filosofia e Ciências humanas. UNICAMP, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder..** São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCA, Z.; OLIVEIRA, J.A.; ROCA, M. de N. Claiming territorial identity and local development: from wishes to deeds. ROCA, Z., CLAVAL, P. and AGNEW, J. **Landscape, identities and development.** England GE: editora Ashgate. 2011.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço:** problemática ambiental urbana. São Paulo – SP: Editora Hucitec, 1998.

RODRIGUES, J. D. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: conceitos e aplicações.** 2006. Dissertação (Mestrado) Consórcio entre UFMS, UnB e UFG programa de Pós –Graduação em Agronegócios: Campo Grande- MS, 2006.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (org.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências.** 1aed. Brasília DF: Embrapa 2002.

SACHS, I. Gestão social para desenvolvimento sustentável e democrático dos territórios. v.10. In. **Gestão Social dos Territórios.** Brasília-DF: editora IICA/NEAD, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:).

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo - SP: Editora Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_.(Org.) **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo-SP: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, S; BALESTRO, M. V. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1a.ed. São Paulo- SP: Editora Expressão Popular, 2009.

SAYAGO, D. **Linha de base**. Brasília DF: Editora EMBRAPA, 2007.

SCHIMIDT, W. Agricultura orgânica entre a ética e o mercado? In. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto alegre – RS, v. 2, n. 1, jan/mai, 2001.

SCHNEIDER, S. BLUME, R. Ensaio Para Uma Abordagem Territorial da Ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba.**, n.107 jul./dez, 2004, p.109-135. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/392.pdf>>. Acesso em: 01/2010.

SCHNEIDER, S; SILVA, M.K; MARQUES, P. E. M. (Org). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2.a ed. Porto Alegre- RS: Editora da UFRGS, 2009.

SCHULTZ, G. **A relação com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudo e Pesquisa em Agronegócio, Programa de Pós-graduação em Agronegócio. Porto Alegre – RS, 2006.

SILVA, J. G. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. In Revista Estudos Avançados. São Paulo-SP, v. 15, n. 43., 2001, p. 37-50.

SILVA, M. C. T. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. 1992. Dissertação (Mestrado) USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós Graduação em Geografia, São Paulo, 1992.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo. In. **Estudos Avançados**. N. 51. MAI/AGO. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 02/2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia à Solidária**, 1a ed. São Paulo- SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado) USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, 2002.

TOMMASINO, H. Sustentabilidades rural: desacuerdos y controversias. In: **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.** Montevideo UR : Editora Trabajo y Capital. 2001.

TRUNINGER, M. **O campo vem à cidade:** agricultura biológica, mercado e consumo sustentável. Lisboa-PT – PT: Editora ICS, 2010.

WILLER, H.;KILCHER, L. (Eds.) **The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2012.**Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, and International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), Bonn, 2012. Disponível em: <[www.organic.world.net](http://www.organic.world.net)>. Acesso em: 01/2012.

ZAPATA, T; AMORIN, M. A; ARNS, P. C. **Curso à distância de Desenvolvimento Territorial** Florianópolis-SC: UFSC /Secretaria de Educação a Distância, 2007.

ZIZEK, S. . **Vivendo no fim dos tempos.** São Paulo – SP: Editora Boitempo, 2012.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 87-112. 2000.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, 2003.

ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1.ed. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2008.

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994. p.311-327.

BACELAR, T. et al. **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.8).

BARBERO, J. M; DE LA ROCHE, F. I.; ROBLEDO, A. I. (Ed.). **Cultura y región**. 1.ed. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2000.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa-PT: Edições 70, 2 edição, 2009.

BAUMAN, Z. Espacio/tiempo. In: BAUMAN, Z. **Modernidad Líquida**. Tradução: ROSEMBERG, M; SQUIRRU, J. A. Buenos Aires: Grafimor S. A; 2006. p. 99-114.

BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BENKO, G; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1994.

BOMBARDI, L. M. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-95, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria>>. Acesso em: 17 maio 2010.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro-RJ: Editora EDUERJ, 2002. p. 83-131.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Tradução: Mendes, L. S. 2.ed. São Leopoldo: Editora Uníssimos, 2008.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARLOS, A. F. A. O lugar na “era das redes”. In: **O lugar no/do mundo**. São Paulo-SP: Editora Hucitec, 1996. p. 27-38.

CARVALHO, V. **Plano de negócios dos territórios rurais**. Natal-RN: SDT, 2007.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF, R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro RJ: Editora Mauad X, 2009.

CLAVAL, P. Uma, ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana? In: **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador BA: EDUFBA, 2008. p. 13-29.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul RS: Editora EDUNISC, 2007. p. 11-27.1996.

DUARTE, L. M. G; BRAGA, M. L. S. (Org.). **Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília- DF: Editora Paralelo, 1998.

DULLEY,R.D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. In: **Revista Agricultura**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, 2006 ( serie documentos). MS: Editora Dinâmica, 2006.

FAVARETO, A. A abordagem territorial - do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? In: **Revista Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, São Paulo SP, 2010 p. 299-319.

\_\_\_\_\_. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. V12, Brasília DF: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:)

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília DF: Editora Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 49-69.

FELIPE, J. L. A (re) invenção do lugar: os rosados e o “país de Mossoró”. In: **Revista Território**; v 6, n. 10. Rio de Janeiro-RJ, 2001 p. 33-49.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. (Org). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamento rurais**. Brasília-DF: MDA/NEAD 2008.

FONSECA, C. A. D. La producción simbólica de y en los territorios urbanos. In: **Territorios e imaginários entre lugares urbanos: proceso de identidad y región en ciudades de los Andes Colombianos**. Manizales: Editorial Universidad de Caldas, 2005. p. 81-99.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 20-37, 1999.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção – narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 450f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia do Programa de Pós Graduação Geografia. Presidente Prudente SP, 2006.

GUANZIROLLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Garamond, 2001.

GUPTA, A; FERGUSON. J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Editora Papirus, 2000. p. 31-47.

HAESBAERT, R; BÁRBARA, M. J. S. Identidade e migrações em áreas transfronteiriças. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 33-46, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia>>. Acesso em: 14 outubro 2010.

HALL, S. A. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: SILVA, T. T; LOURO, G. L. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. p. 51-70.

HOLZER, W. Sobre paisagens, lugares e não-lugares. In: **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 109-127.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. 2001. 186f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas- SP: Editora UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1991.

LIMA, R. O. Dinâmica e conflitos da modernização agrícola. In: **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina-PR: Editora Eduel, 2004. p. 1-21.

LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAIA, C. M; FILIPPI, E. E; RIEDL. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 5, n.1, Taubaté -SP, p. 192-202. 2009.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112. 2002.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. In: **Caderno de Ciência & Tecnologias**. Brasília – DF. v. 17, n. 1. jan/abr, 2000. p.41-59.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.

MELLO, B. A. A. Cultura popular e multiculturalismo. In: **Revista Vivência Artigos**. Erechin, n. 27, p. 9-14, 2004.

MENDES, E. P.P. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no Município de Catalão (GO). In: **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: E.V; 2008. p. 137-165.

MILANEZ, A. **Estudo propositivo: território da grande dourados**. Campo Grande-MS: Fundação Cândido Rondon, 2005.

MONNET, J. Las escalas de La representacion e el manejo del território. In: **Territorio y cultura: del campo a La ciudad**. Últimas tendencias em teoria y método. Quito -EQ: Editora Ediciones Abya-yala, 1999. p. 110-121.

MORAES, R. C; ÁRABE, C. H. G; SILVA, M. de P. e. **As cidades cercam os campos: Estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada**. São Paulo-SP : Editora Unesp/NEAD, 2008.



MORLEY, D. Pertenencias. Lugar, espacio e identidad en un mundo mediatizado. In: ARFUCH, L. (Org.). **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias**. Buenos Aires AR: Paidós, 2005. p. 129-161.

MUÑOZ, F. El tiempo del territorio, los territorios del tiempo. In: **Las otras geografías**. Valencia: Tirant lo blanch, 2006. p. 235-254.

PENNA, M. Que faz ser nordestino: examinando hipóteses. In: PE **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo-SP: Cortez, 1992. p. 49-61.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro -RJ: Editora FGV, 2006.

RUA, J. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

\_\_\_\_\_. Urbanidades no Brasil: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n. 1, p. 82-106. 2006.

RUA, J; ACIÓLI, A; GIANNELLA, L; VASCONCELOS, T. S. Geografia e desenvolvimento territorial. **Revista GEOPUC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-29, 2009. Disponível em: <<http://publique.rdc.puc-rio.br/geopuc>>. Acesso em: 25 agosto 2010.

SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis-RJ: editora Vozes, 2000.

SANTANA JUNIOR, J. R. Formação territorial da região da grande dourados: colonização e dinâmica produtiva. In **Revista Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 75-87, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>. Acesso em: 07 abril 2010.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1.a ed. São Paulo SP: Editora Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1a.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: **Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Viera; 2008. p.98-136.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. 1.ed. São Paulo- SP: Editora Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2009. p.73-94.

SERPA, A. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2005.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro RJ: Editora Bertrand Brasil S.A. 1988.

TUAN, Y. Experiência íntima com lugar. In: **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo- SP: DIFEL, 1983. p. 151-164.

\_\_\_\_\_. Tempo e lugar. In: **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo SP: Editora DIFEL, 1983. p.198-219.

VIEIRA, P.F; CERDAN, A. C. C; CARRIÈRE, Jean-Paul (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil** – Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis SC: Editora Secco, 2010.

WANDERLEY, B; NAZARETH, M. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires-AR: Editora CLACSO, 2001. p.31-44. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009.



